

COLABORAGOV

GUIA PRÁTICO DE

REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS

Programa **Esplanada Viva**

MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

GUIA PRÁTICO DE REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS
Programa Esplanada Viva

1ª EDIÇÃO

Brasília-DF, Junho/2026

FICHA TÉCNICA

MINISTÉRIO DA GESTÃO E INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS (MGI)

Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI

ESTHER DWECK

Secretário Executivo – SE/MGI

CILAIR RODRIGUES DE ABREU

Secretária de Serviços Compartilhados – SSC/MGI

ISABELA GOMES GEBRIM

Diretora de Administração e Logística – DAL/MGI

LUCIMAR RIZZO LOPES DOS SANTOS

Coordenadora-Geral de Infraestrutura Predial – CGERP/MGI

NÁGILA MONIQUE SILVA RAMOS

Coordenadora de Modernização e Obras – CGERP/MGI

BRUNA SUZANA MARINHO BEZERRA

Engenheiro Civil

MATHEUS ZANGERÓLAME TARÔCO

Arquiteto

EDGAR ROBERTO LUIZ PEREIRA

Engenheiro Civil

AISLAN DO PRADO OLIVEIRA

Engenheiro Civil

MICHEL MALTA TOUSSAINT

Contato: cgerp.dal@gestao.gov.br

COLABORADORES

MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS (MGI)

COORDENAÇÃO-GERAL DE INFRAESTRUTURA PREDIAL (CGERP)

Celso de Oliveira Santana

Fabiana Simões dos Santos

Anny Beatriz Pereira Marques

Bruno Carvalho de Queiroz

Marcelo Pereira Maia

Melissa Alexsandra Souza Ferreira de Sá

Natália Guimarães Leite

Thiago Alexandre dos Santos Antão

Fabrício Silva Carvalho de Assis

Amanda Crown Barbosa Santana

Lucas Henrique Gomes

Celso Taynan Martins Vieira

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL (GDF)

Eliton Mendes Brandão - Companhia Energética de Brasília

Gabriel Rocha - Companhia Energética de Brasília

Bruno José Bandim Olímpio - Administração Regional – Plano Piloto

João Renato Borges Abreu - Administração Regional – Plano Piloto

José Humberto Vieira - Departamento de Parques de Jardins/NOVACAP

Flávio Roberto Vieira - Departamento de Parques de Jardins/NOVACAP

Michelle Melo - Secretaria de Estado de Projetos Especiais

Vanessa Felix - Secretaria de Estado de Projetos Especiais

Ricardo Noronha - Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação

APRESENTAÇÃO

A Esplanada dos Ministérios constitui um dos espaços mais representativos de Brasília e da vida pública nacional. Sua relevância ultrapassa a dimensão monumental e simbólica do conjunto urbanístico, projetando-se também sobre a organização dos espaços públicos que sustentam, diariamente, a circulação, a permanência e o funcionamento das atividades institucionais ali desenvolvidas.

Diante desse contexto, o Programa Esplanada Viva busca transformar os espaços públicos da Esplanada dos Ministérios em ambientes mais acolhedores, acessíveis e vivos, valorizando sua importância para a circulação, a permanência e a convivência cotidiana, em equilíbrio com a preservação do conjunto urbano e patrimonial.

O Guia Prático de Requalificação de Espaços Públicos do Programa Esplanada Viva foi elaborado para **orientar, de forma prática e estruturada, a implantação de intervenções em espaços públicos**, com qualidade urbana, coerência técnica e articulação institucional.

Mais do que um documento conceitual, este Guia tem como objetivo apoiar gestores e equipes técnicas na **transformação de demandas reais em intervenções**. Ressalta-se que o Guia não substitui projetos executivos, normas técnicas ou processos administrativos específicos. Sua função é oferecer um **referencial comum de atuação**, capaz de reduzir incertezas no início das iniciativas, orientar decisões ao longo do processo e favorecer a replicação de soluções em diferentes contextos.

Este Guia foi desenvolvido para:

- gestores públicos responsáveis por infraestrutura e espaços institucionais;
- equipes técnicas de arquitetura, urbanismo e engenharia;
- órgãos e entidades interessados em requalificar áreas públicas;
- instituições que desejam participar de iniciativas como o programa “Adote uma Praça”.

Nesse sentido, sua leitura pode ser realizada de forma sequencial, como percurso de entendimento do Esplanada Viva, ou de forma orientada por tema, conforme a natureza da demanda. Em qualquer hipótese, este Guia deve ser compreendido como referência institucional voltada a apoiar intervenções e a fortalecer uma política contínua de cuidado, aperfeiçoamento e valorização dos espaços públicos da Esplanada dos Ministérios.

SUMÁRIO

MÓDULO I – O PROGRAMA ESPLANADA VIVA 01

CAPÍTULO 1 – CONTEXTO, ORIGEM E PROPÓSITO DO PROGRAMA..... 02

1.1. Contexto e motivação do Programa..... 02
1.2. Origem e construção do Esplanada Viva..... 04
1.3. Propósito e objetivos estratégicos..... 05

CAPÍTULO 2 – ESTRUTURA INSTITUCIONAL E ORGANIZAÇÃO DO GUIA..... 07

2.1. Governança colaborativa e responsabilidades institucionais..... 07
2.2. Estrutura e organização do Guia..... 08
2.3. Acervo técnico e normativo de referência..... 09

MÓDULO II – TERRITÓRIO, PATRIMÔNIO E CONDICIONANTES..... 12

CAPÍTULO 3 – ESTRUTURA URBANA, PATRIMÔNIO E CONDICIONANTES LEGAIS..... 13

3.1. Estrutura urbana da Esplanada dos Ministérios..... 13
3.2. Compatibilidade com o tombamento..... 16
3.3. Condicionantes legais e institucionais..... 19

MÓDULO III – O MÉTODO ESPLANADA VIVA 22

CAPÍTULO 4 – MODELO DE ATUAÇÃO E IMPLANTAÇÃO..... 23

4.1. Modelo de atuação do Programa..... 23
4.2. Etapas de implantação..... 23
4.3. O projeto-piloto como laboratório de implementação..... 24

CAPÍTULO 5 – ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E FLUXO DE DESENVOLVIMENTO..... 27

5.1. Articulação entre órgãos e agentes envolvidos..... 27
5.2. Fluxos processuais e tramitação institucional..... 27
5.3. Coordenação técnica e integração entre disciplinas..... 30

MÓDULO IV – DIRETRIZES DE REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS..... 32

CAPÍTULO 6 – FUNDAMENTOS URBANÍSTICOS, PAISAGÍSTICOS E DIAGNÓSTICO TERRITORIAL..... 33

6.1. Fundamentos urbanísticos e paisagísticos..... 33
6.2. Identidade visual e coerência estética..... 34
6.3. Diagnóstico físico, territorial e ambiental..... 36

CAPÍTULO 7 – INFRAESTRUTURA URBANA, ACESSIBILIDADE E USO PÚBLICO..... 38

7.1. Pavimentação e drenagem sustentável..... 38
7.2. Circulação, caminhos e acessibilidade universal..... 44
7.3. Mobiliário urbano, estruturas de sombra e apoio ao uso público..... 49

CAPÍTULO 8 – PAISAGISMO, CONFORTO AMBIENTAL E ILUMINAÇÃO PÚBLICA 53
8.1. Vegetação, implantação e manejo hídrico sustentável 53
8.2. Conforto térmico e microclima nos espaços públicos 60
8.3. Iluminação pública e infraestrutura elétrica 62

MÓDULO V – GESTÃO E MONITORAMENTO 66

CAPÍTULO 9 – OPERAÇÃO, AVALIAÇÃO E REPLICABILIDADE 67
9.1. Operação e manutenção dos espaços públicos 67
9.2. Monitoramento, indicadores e ICEP 68

CONSIDERAÇÕES FINAIS 73

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 74

Anexo A – Catálogo de Componentes do Esplanada Viva 78

Anexo B – Instrumentos de Monitoramento 86
Anexo B.1 – Formulário de Vistoria Visual Trimestral 93
Anexo B.2 – Formulário de Consolidação do ICEP 98
Anexo B.3 – Exemplo didático do cálculo do ICEP 103

Anexo C – Projeto Modelo 106

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Eixo Monumental / Plano Piloto....02

Figura 02 – Esplanada dos Ministérios (déc. 1960)....03

Figura 03 – Esplanada dos Ministérios (déc. 2020)....03

Figura 04 – Equipe do Esplanada Viva e Dona Dina no entreblocos OP....04

Figura 05 – Estrutura e percurso de leitura do Guia....09

Figura 06 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável....10

Figura 07 – Plano Diretor de Logística Sustentável (2024-2026)....11

Figura 08 – Diretrizes para o Desenvolvimento de Projeto para os Entreblocos....11

Figura 09 – Esplanada dos Ministérios (Croqui Niemeyer)....13

Figura 10 – Diretrizes de intervenção urbana na Esplanada dos Ministérios....14

Figura 11 – Integração Entreblocos....15

Figura 12 – Hierarquia de Usos....16

Figura 13 – Manual Orientativo – Conjunto dos Ministérios e Anexos....17

Figura 14 – Diretrizes para o Desenvolvimento de Projeto para os Entreblocos da Esplanada dos Ministérios....17

Figura 15 – Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília....18

Figura 16 – Fluxograma de modelagem, compatibilização e consolidação das informações de projeto....26

Figura 17 – Mapa de responsabilidades institucionais sobre os Entreblocos....27

Figura 18 – Fluxo Processual....28

Figura 19 – Programa Adote Uma Praça....29

Figura 20 – Unidade do Conjunto....35

Figura 21 – Seção-tipo de pavimentação permeável e drenagem sustentável....39

Figura 22 – Pavimento Permeável (Concreto Drenante)....40

Figura 23 – Pavimento Permeável (Intertravado)....40

Figura 24 – Sinalização tátil direcional em piso com faixa lateral com piso liso complementar....45

Figura 25 – Sinalização tátil no eixo da faixa livre de circulação com largura ≥ 1,60 m....45

Figura 26 – Rampa acessível....46

Figura 27 – Piso tátil alerta....47

Figura 28 – Piso tátil direcional....47

Figura 29 – Bancos em Concreto (Vista Lateral)....50

Figura 30 – Paraciclos....50

Figura 31 – Lixeiras....50

Figura 32 – Visão conceitual da proposta da estrutura de sombra....51

Figura 33 – Busto Institucional....52

Figura 34 – Totem Multifuncional....52

Figura 35 – Bromélias....54

Figura 36 – Costela de Adão....54

Figura 37 – Caliandras....54

Figura 38 – Pau-Brasil....54

Figura 39 – Grama São Carlos....54

Figura 40 – Jasmim-Manga....54

Figura 41 – A sazonalidade da paisagem em Brasília: do período seco ao reverdecimento após as primeiras chuvas....55

Figura 42 – Diretrizes de montagem do sistema de irrigação subterrânea por gotejamento....57

Figura 43 – Comparação da temperatura de superfície entre cenário de referência e cenário com reforço de arborização, com indicação da diferença térmica entre ambos....61

Figura 44 – Modelo de posteamento a ser adotado nos entreblocos ministeriais....63

Figura 45 – Fluxograma do sistema de monitoramento....72

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Síntese dos condicionantes legais e institucionais incidentes sobre a Esplanada dos Ministérios.....20

Tabela 02 – Síntese do diagnóstico físico, territorial e ambiental da Esplanada dos Ministérios.....37

Tabela 03 – Referências transversais aplicáveis às diretrizes do Capítulo 7 42

Tabela 04 – Referências aplicáveis ao projeto de pavimentação e drenagem sustentável.....43

Tabela 05 – Referências normativas e técnicas aplicáveis ao projeto de circulação, caminhos e acessibilidade universal.....48

Tabela 06 – Referências normativas e técnicas aplicáveis ao projeto de mobiliário urbano, estruturas de sombra e apoio ao uso público.....53

Tabela 07 – Referências normativas e técnicas aplicáveis ao projeto paisagístico e ao manejo hídrico sustentável.....58

Tabela 08 – Referências normativas e técnicas aplicáveis ao projeto de iluminação pública e infraestrutura elétrica.....64

Tabela 09 – Dimensões de análise do ICEP.....69

GLOSSÁRIO DE TERMOS E ABREVIAÇÕES

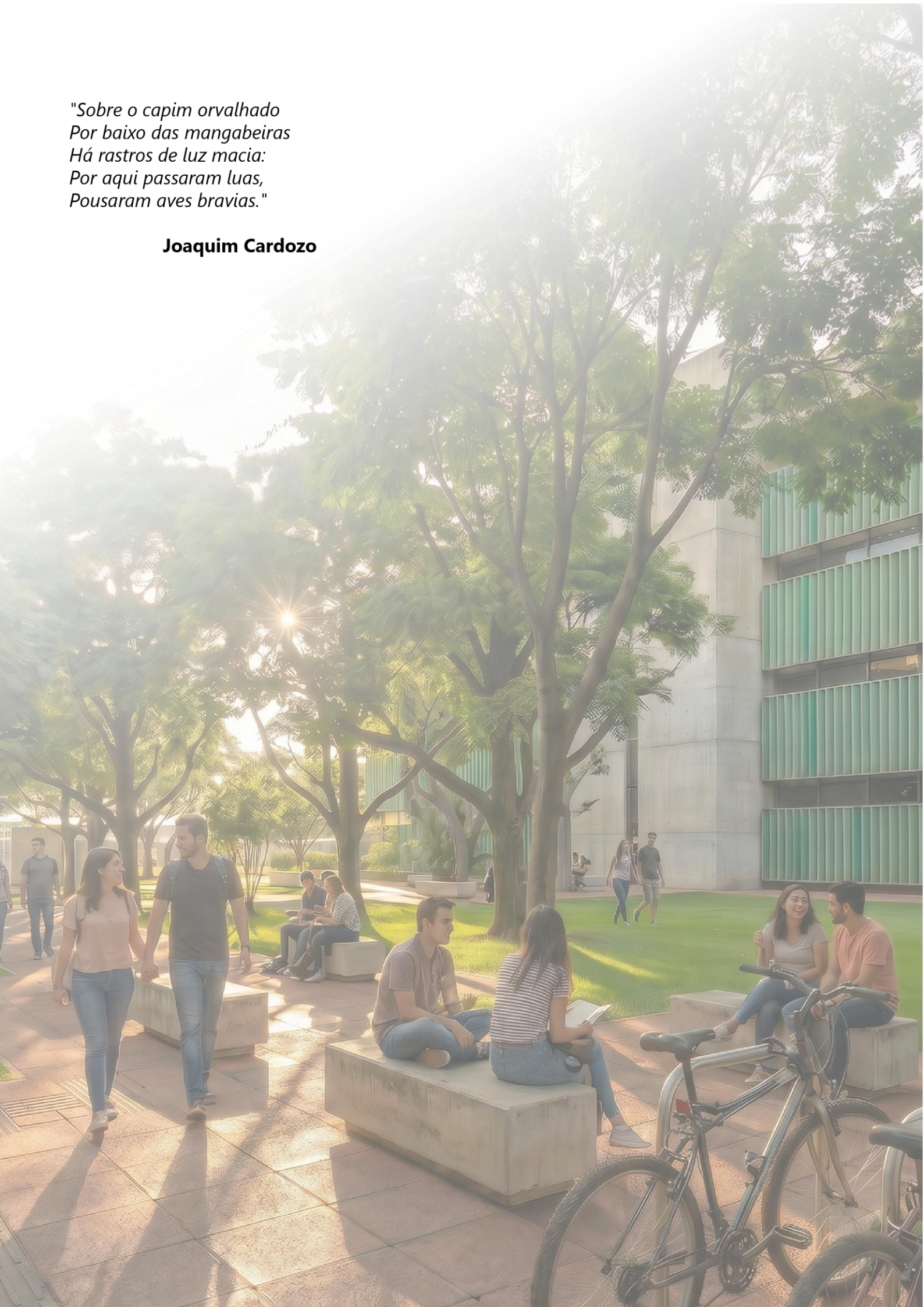
ACT	(Acordo de Cooperação Técnica) Instrumento formal de cooperação entre órgãos ou entidades, utilizado para viabilizar ações conjuntas, responsabilidades compartilhadas e apoio institucional à implantação, conservação ou manutenção de espaços públicos.
AS BUILT	Versão final do projeto que representa exatamente o que foi executado em obra, incluindo alterações realizadas durante a construção.
BIM	(Building Information Modeling) Metodologia de trabalho baseada em modelos digitais tridimensionais e paramétricos, que integra informações geométricas, físicas, operacionais e de desempenho ao longo de todo o ciclo de vida do ativo.
CAESB	(Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal) Empresa pública responsável pelos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Distrito Federal, atuando como concessionária das infraestruturas hídricas existentes.
CEB IPES	(Companhia Energética de Brasília – Iluminação Pública e Serviços) Empresa pública responsável pela gestão, operação, manutenção e modernização do sistema de iluminação pública do Distrito Federal.
CGERP	(Coordenação-Geral de Infraestrutura Predial) Unidade vinculada à estrutura do MGI responsável por ações de infraestrutura predial, gestão técnica, projetos e suporte à coordenação de intervenções.
CUB	(Conjunto Urbanístico de Brasília) Bem cultural tombado pelo IPHAN e reconhecido como patrimônio mundial, cuja preservação envolve valores urbanísticos, paisagísticos, arquitetônicos e simbólicos.

DAL	(Diretoria de Administração Logística) Unidade administrativa responsável pela gestão logística, infraestrutura física, contratos e serviços relacionados aos bens imóveis sob responsabilidade do MGI.
DETRAN	(Departamento de Trânsito do Distrito Federal) Órgão executivo responsável pela gestão do trânsito, fiscalização, sinalização e segurança viária no Distrito Federal.
DIUR	(Diretrizes Urbanísticas) Documento técnico emitido pelo órgão competente de planejamento urbano, destinado a orientar parâmetros, condicionantes e diretrizes aplicáveis ao desenvolvimento de projetos urbanos.
DPJ	(Diretoria de Parques e Jardins – NOVACAP) Unidade técnica responsável pelo manejo, manutenção e gestão da arborização, áreas verdes e parques públicos do Distrito Federal.
ICEP	(Índice de Conservação dos Espaços Públicos) Indicador multicritério utilizado para avaliar o estado de conservação, acessibilidade, segurança, paisagismo, iluminação e uso dos espaços públicos, expresso em escala de 0 a 100 e calculado semestralmente.
IPHAN	(Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) Órgão federal responsável pela preservação do patrimônio cultural brasileiro. No caso da Esplanada, regula intervenções através de portarias como a 166/2016 e valida projetos na ZP1A.
NOVACAP	(Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil) Empresa pública do Distrito Federal responsável pela execução e manutenção de obras de urbanização, infraestrutura e paisagismo.
ODS	(Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) Conjunto de 17 objetivos globais estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) para promoção do desenvolvimento sustentável até 2030.

PLS	(Plano de Logística Sustentável) Instrumento de planejamento que estabelece diretrizes e metas para racionalização de recursos, eficiência energética, eficiência hídrica e sustentabilidade na Administração Pública.
PPCUB	(Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília) Instrumento legal que define diretrizes e parâmetros para a preservação dos valores urbanísticos, paisagísticos e simbólicos do Conjunto Urbanístico de Brasília.
SCUB	(Subsecretaria do Conjunto Urbanístico de Brasília) Unidade vinculada à SEDUH responsável por temas relacionados ao Conjunto Urbanístico de Brasília, incluindo análise, orientação e acompanhamento de aspectos urbanísticos incidentes sobre a área tombada.
SEDUH	(Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal) Órgão responsável pelo planejamento urbano, ordenamento territorial e diretrizes urbanísticas no Distrito Federal.
SEPE	(Secretaria de Estado de Projetos Especiais do Distrito Federal) Órgão responsável pela coordenação de projetos estratégicos e estruturantes no âmbito do Governo do Distrito Federal.
SSC	(Secretaria de Serviços Compartilhados) Unidade do MGI responsável por serviços compartilhados, gestão administrativa e suporte institucional às áreas vinculadas à sua estrutura.
VVT	(Vistoria Visual Trimestral) Procedimento padronizado de inspeção presencial realizado a cada três meses, destinado ao registro sistemático das condições de conservação e uso dos espaços públicos.

"Sobre o capim orvalhado
Por baixo das mangabeiras
Há rastros de luz macia:
Por aqui passaram luas,
Pousaram aves bravias."

Joaquim Cardozo



MODULO I – O PROGRAMA ESPLANADA VIVA

Este módulo apresenta o Esplanada Viva como Programa e como base orientadora do Guia. Parte das circunstâncias que motivaram sua construção, ou seja, a leitura do território, o reconhecimento das carências do espaço público e a necessidade de requalificar os usos cotidianos da Esplanada dos Ministérios Ao situar a Esplanada como território de valor urbanístico, patrimonial e cívico, mas também como espaço cotidiano de circulação, permanência, orientação e convivência, o módulo responde à razão de existência do Guia, organizar uma atuação pública mais integrada, coerente e compatível com as condições reais do conjunto.

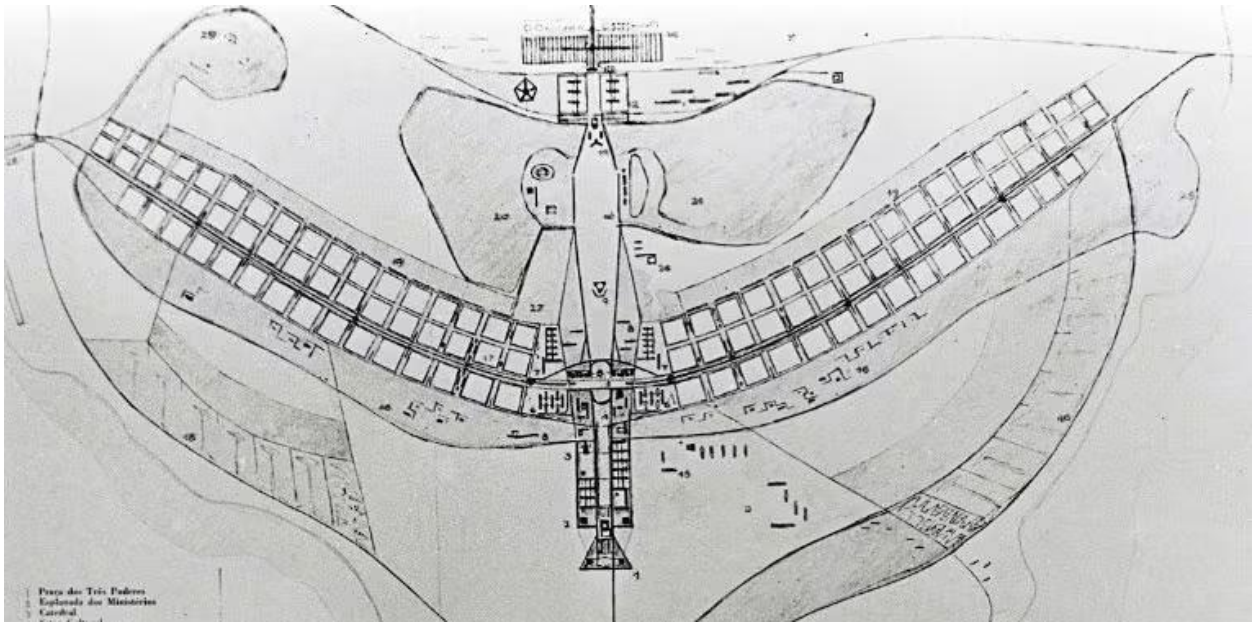
Além de apresentar a origem e o sentido do Programa, o módulo explicita ainda a estrutura institucional que sustenta sua implementação. São abordados a governança colaborativa, os papéis dos órgãos e agentes envolvidos, a organização interna do Guia e o acervo técnico, normativo e institucional que orienta suas diretrizes. Com isso, o Esplanada Viva é apresentado como processo de coordenação pública, amadurecimento metodológico e construção de referências para requalificar os espaços públicos da Esplanada dos Ministérios com rigor técnico, responsabilidade institucional e aderência aos valores do território.

CAPÍTULO 1 – CONTEXTO, ORIGEM E PROPÓSITO DO PROGRAMA

1.1 Contexto e motivação do Programa

A Esplanada dos Ministérios constitui uma das expressões mais emblemáticas do projeto urbanístico de Brasília. Inserida na lógica do Plano Piloto, ela organiza o principal eixo institucional da capital e articula, em uma mesma estrutura, representação do Estado, monumentalidade, vazios urbanos e espaços públicos de uso coletivo. Sua relevância decorre justamente dessa condição singular: a Esplanada não é apenas cenário da vida pública nacional, mas parte constitutiva da forma como Brasília materializa, no território, valores cívicos, administrativos e simbólicos. Essa leitura é coerente tanto com a interpretação consolidada do Plano Piloto quanto com o entendimento de que a força do conjunto reside na articulação entre estrutura urbana, paisagem e vida pública.

Figura 01 – Eixo Monumental / Plano Piloto



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal

Ao mesmo tempo, a Esplanada se realiza no cotidiano de quem a atravessa, nela trabalha, aguarda, circula e utiliza seus espaços públicos ao longo do dia. A permanência de um conjunto dessa natureza não depende apenas da preservação de sua imagem ou de seus atributos formais, mas também da qualidade dos espaços que sustentam sua experiência concreta de uso. O próprio conteúdo desenvolvido neste Guia reconhece esse processo ao apontar que a intensificação das atividades administrativas, a ampliação dos fluxos de servidores e visitantes e a incorporação de novas exigências relacionadas à acessibilidade, ao conforto ambiental e à sustentabilidade tornaram mais visíveis demandas que incidem diretamente sobre esses espaços.

Figura 02 – Esplanada dos Ministérios (déc. 1960)



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal

Figura 03 – Esplanada dos Ministérios (déc. 2020)



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal

Essa constatação encontra respaldo em uma compreensão mais ampla, hoje recorrente em processos contemporâneos de preservação e requalificação de espaços públicos de valor cultural: bens patrimoniais não se mantêm vivos por imobilidade, mas pela capacidade de responder, com responsabilidade, às necessidades de uso, permanência, acessibilidade e convivência que se renovam ao longo do tempo. O Manual Orientativo do Conjunto dos Ministérios e Anexos (IPHAN, 2023) reforça essa perspectiva ao afirmar que a preservação do legado modernista admite, em determinadas circunstâncias, atualizações necessárias, desde que coerentes com os valores do conjunto e conduzidas com articulação institucional.

Nesse contexto, o Programa Esplanada Viva surge como iniciativa voltada à requalificação dos espaços públicos da Esplanada dos Ministérios, partindo do entendimento de que preservar esse território também significa assegurar sua funcionalidade, sua legibilidade e sua capacidade de acolher, com mais qualidade, a vida institucional e cotidiana que nele se realiza. O próprio PLS do MGI, ao tratar sustentabilidade como instrumento de governança e vinculá-la a dimensões ambientais, sociais e econômicas, oferece lastro institucional para essa ampliação de perspectiva.

1.2 Origem e construção do Esplanada Viva

A construção do Programa Esplanada Viva não decorre de uma formulação abstrata nem de uma agenda exclusivamente normativa. Sua origem está vinculada a um processo gradual de aproximação com o território e de amadurecimento institucional a partir de situações concretas observadas no cotidiano da Esplanada dos Ministérios. Antes de se consolidar como Programa, a ideia foi se formando no reconhecimento de que os espaços públicos desse conjunto, embora centrais para a experiência diária de servidores, trabalhadores e visitantes, careciam de uma abordagem mais integrada, capaz de articular patrimônio, acessibilidade, infraestrutura, permanência, conforto ambiental e bem-estar.

A ideia começou a amadurecer em conversas realizadas entre os servidores Matheus Tarôco, Edgar Pereira, Michel Toussaint e Aislan Oliveira, em momentos de saída dos blocos e de descompressão da rotina de trabalho, entre os blocos O e P da Esplanada. Foi nesse movimento de passagem do ambiente interno para o espaço público que se tornou mais nítida a realidade cotidiana do território: a carência de espaços mais acolhedores para permanência, sombra, descanso e convivência e, ao mesmo tempo, o potencial desses lugares como suporte qualificado à vida institucional. A observação direta do ambiente, associada à troca de percepções e à leitura compartilhada do espaço, permitiu reconhecer que a requalificação da Esplanada exigia mais do que intervenções pontuais: exigia um programa capaz de reorganizar o olhar institucional sobre esses espaços e de tratá-los como parte essencial da vida pública e administrativa do conjunto.

Nesse processo, a equipe teve a oportunidade de conhecer a senhora Rivonilde Arão, carinhosamente apelidada de Dona Dina, senhora batalhadora cuja presença e trajetória se tornaram especialmente significativas para a maturação da ideia. Sua resiliência, forjada na convivência diária com as condições concretas daquele território, funcionou como elemento de sensibilização e incentivo para que a proposta deixasse de ser apenas percepção difusa e começasse a ganhar forma institucional. Ao evidenciar, de maneira simples e contundente, a dimensão humana daqueles espaços, Dona Dina ajudou a reafirmar que a Esplanada não pode ser compreendida apenas como paisagem monumental, mas também como lugar de

travessia, trabalho, permanência e vida cotidiana.

A consolidação do Esplanada Viva resulta, assim, da convergência entre essa experiência direta do território e o acúmulo de referenciais técnicos e institucionais já incidentes sobre a área, como as diretrizes urbanísticas voltadas aos entreblocos ministeriais e os instrumentos de preservação do conjunto tombado. O Programa não surge em ruptura com esses marcos, mas como passo de integração e sistematização, capaz de reunir em uma mesma agenda institucional elementos que antes apareciam de forma dispersa: preservação patrimonial, requalificação urbana, sustentabilidade, acessibilidade e coordenação entre atores públicos com competências sobre a Esplanada. As próprias diretrizes urbanísticas da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH, 2024) e o Manual Orientativo do IPHAN indicam que a leitura e o tratamento do espaço público no entorno dos blocos ministeriais exigem integração entre critérios de preservação, acessibilidade e ambiência.

Figura 04 — Equipe do Esplanada Viva e "Dona Dina" no Espaço Entreblocos O e P



Fonte: Autores (2026)

1.3 Propósito e objetivos estratégicos

O Programa Esplanada Viva se organiza como instrumento de aperfeiçoamento contínuo dos espaços públicos, orientado pela compreensão de que preservar também significa manter funcional, legível e vivo aquilo que confere sentido ao conjunto.

Esse propósito se desdobra, em primeiro lugar, no objetivo de consolidar um referencial comum para a atuação sobre os espaços públicos da Esplanada dos Ministérios, capaz de orientar decisões técnicas e administrativas de forma articulada. Em segundo, busca estruturar intervenções que ampliem acessibilidade, conforto ambiental, legibilidade dos percursos, permanência e convivência, requalificando a experiência cotidiana do território sem romper com sua lógica urbana e patrimonial. Em terceiro, pretende fortalecer a coordenação entre órgãos e equipes com competências sobre a área, reconhecendo que a qualidade do espaço público depende de integração institucional e de continuidade na gestão.

Há, ainda, um objetivo estratégico de natureza transversal: incorporar ao tratamento dos espaços públicos princípios compatíveis com as agendas contemporâneas de sustentabilidade, uso racional de recursos, desempenho ambiental, integração administrativa e gestão qualificada da informação. Nessa perspectiva, o Esplanada Viva se aproxima de marcos institucionais e referenciais mais amplos, como o Plano Diretor de Logística Sustentável do MGI e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ao mesmo tempo em que dialoga com a lógica do ColaboraGOV, especialmente no que se refere à integração entre órgãos, ao compartilhamento de soluções e à requalificação de serviços e espaços de uso comum.

Ao atuar sobre áreas utilizadas cotidianamente por servidores, colaboradores, visitantes e instituições situadas na Esplanada dos Ministérios, o Programa contribui para materializar, no território, uma agenda de gestão pública mais integrada, sustentável e orientada à experiência concreta dos usuários. Portanto não se limita à requalificação física, mas se estrutura como prática institucional capaz de irradiar critérios de atuação para outras dimensões do conjunto, à medida que sua experiência se consolide e sua base técnica e administrativa se fortaleça.

É nesse horizonte que o Guia se insere, organizando a base conceitual, metodológica e orientadora a partir da qual o Programa pode operar com coerência, continuidade e clareza institucional. O Esplanada Viva afirma, assim, seu caráter estruturante: uma iniciativa voltada à requalificação imediata do espaço público, mas também à construção de fundamentos sólidos para leituras integradas, intervenções progressivas e aperfeiçoamentos futuros no âmbito do conjunto ministerial, conduzidos com rigor técnico, responsabilidade institucional e visão de longo prazo.

CAPÍTULO 2 – ESTRUTURA INSTITUCIONAL E ORGANIZAÇÃO DO GUIA

2.1 Governança colaborativa e responsabilidades institucionais

A requalificação dos espaços públicos da Esplanada dos Ministérios exige uma forma de atuação compatível com a complexidade institucional do território. Trata-se de uma área em que convergem atribuições relacionadas ao planejamento urbano, à preservação do patrimônio cultural, à infraestrutura, à iluminação pública, à gestão ambiental, à mobilidade e à operação cotidiana dos espaços livres.

Nesse contexto, o Esplanada Viva se estrutura a partir de uma lógica de governança colaborativa, fundada no entendimento de que a qualidade das intervenções depende da articulação contínua entre órgãos e equipes com competências distintas, porém complementares. Essa organização não constitui um fim em si mesma: ela é a condição para que o espaço público seja tratado com mais coerência, continuidade e capacidade de resposta às demandas reais de uso.

No âmbito do Programa, a atuação colaborativa se organiza por meio da aproximação entre instituições que incidem, sob diferentes perspectivas, sobre o território da Esplanada dos Ministérios. Esse arranjo busca criar condições para alinhamento, compatibilização e corresponsabilidade entre atores públicos com competências próprias, de modo a favorecer intervenções coerentes com os valores patrimoniais, urbanos, ambientais e funcionais do conjunto.

A função exercida pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, nesse contexto, é a de articulação e indução de convergência entre iniciativas, sem afastar o caráter público e compartilhado do espaço nem substituir as atribuições legais e técnicas dos demais órgãos envolvidos.

Participam dessa governança, conforme suas atribuições, órgãos e entidades ligados ao planejamento urbano, à preservação do patrimônio, à infraestrutura, à iluminação pública, à gestão do trânsito, à paisagem e à operação dos espaços públicos, a exemplo de IPHAN, SEDUH/SEPE, NOVACAP, CEB IPES, CAESB, DETRAN e VIVO, entre outros já incidentes sobre a Esplanada. A atuação desses atores distribui-se ao longo das diferentes etapas do ciclo de intervenção e exige coordenação técnica permanente, tanto para evitar sobreposições quanto para assegurar que as soluções adotadas sejam compatíveis com o conjunto patrimonial, com a infraestrutura existente e com os objetivos do Programa. Assim, a governança colaborativa deixa de ser apenas arranjo administrativo e passa a operar como instrumento de qualificação concreta do espaço público.

A governança do Esplanada Viva também admite ambientes e instrumentos de integração voltados ao compartilhamento de informações, ao acompanhamento de iniciativas e à construção conjunta de soluções. O presente documento já reconhece,

nesse campo, o apoio de ambientes institucionais de articulação como o ColaboraGOV, sem lhes atribuir caráter decisório ou executivo. Da mesma forma, admite-se a possibilidade de mecanismos complementares de cooperação com terceiros, desde que subordinados às diretrizes do Programa, às decisões dos órgãos públicos competentes e às exigências legais aplicáveis. Nesses casos, tais instrumentos devem ser compreendidos como formas auxiliares de apoio, e não como substituição das responsabilidades institucionais que estruturam a atuação do Estado sobre o território.

A governança colaborativa do Esplanada Viva busca consolidar uma prática de atuação integrada, orientada por clareza de papéis, continuidade administrativa e compromisso com a qualidade urbana. É dessa capacidade de coordenação que depende não apenas a viabilidade das intervenções, mas também sua aderência aos valores patrimoniais, urbanos e ambientais da Esplanada dos Ministérios e sua permanência como política pública de requalificação do espaço público.

2.2 Estrutura e organização do Guia

Este Guia foi estruturado para apoiar a compreensão e a aplicação do Programa Esplanada Viva em uma sequência lógica e progressiva, capaz de articular leitura institucional, interpretação territorial, orientação técnica e continuidade da gestão. Assim, a estrutura do documento não apenas distribui conteúdos, ela traduz o próprio modo como o Programa pretende operar.

A arquitetura do Guia foi, por isso, concebida em módulos e capítulos complementares. O primeiro módulo apresenta o Programa Esplanada Viva em sua origem, motivação e propósito institucional. Este segundo capítulo explicita a base de governança, a organização do documento e o acervo de referências que dão sustentação ao Guia. Na sequência, o leitor é conduzido ao método de atuação do Programa, ao território e seus fundamentos, às diretrizes de requalificação dos espaços públicos e, por fim, aos instrumentos de operação, monitoramento e replicabilidade. Desse modo, o percurso de leitura acompanha a passagem do sentido do Programa para sua aplicação no espaço público.

Figura 05 — Estrutura e percurso de leitura do Guia



Fonte: Autores (2026)

2.3 Acervo técnico e normativo de referência

O Guia Esplanada Viva fundamenta-se em um acervo integrado de referências históricas, urbanísticas, normativas, institucionais e técnicas que orientam sua elaboração, interpretação e aplicação. Esse conjunto atua como base de legitimidade, coerência e lastro decisório para as diretrizes aqui estabelecidas. Seu papel é assegurar aderência aos marcos de preservação do território, às políticas públicas incidentes sobre o espaço público e às boas práticas contemporâneas de projeto, implantação e gestão.

Integram esse acervo, em primeiro lugar, os referenciais que estruturam a compreensão urbanística e patrimonial da Esplanada dos Ministérios. Nesse conjunto, o Relatório do Plano Piloto é a base para compreender as premissas de concepção de Brasília e a lógica espacial que organiza a cidade. O Manual Orientativo do Conjunto dos Ministérios e Anexos, por sua vez, explicita os critérios atuais de preservação aplicáveis à área e reconhece que o legado modernista pode admitir atualizações, desde que compatíveis com os valores do conjunto. Somam-se a esses documentos as diretrizes urbanísticas elaboradas pela SEDUH para os entreblocos ministeriais, que orientam aspectos como acessibilidade, calçadas, estacionamentos, praças e tratamento das áreas públicas no entorno dos blocos, reforçando o enquadramento urbano e patrimonial das intervenções.

Também integram esse acervo os referenciais estratégicos e institucionais voltados à sustentabilidade e à gestão pública. Entre eles, o Plano Diretor de Logística Sustentável do MGI confere base institucional para a incorporação, no Guia, de critérios relacionados a desempenho ambiental, uso racional de recursos, eficiência

pública e ciclo de vida das intervenções. Ao vincular a sustentabilidade ao planejamento estratégico do órgão e às dimensões econômica, social e ambiental, o Plano oferece a moldura programática a partir da qual o Esplanada Viva se alinha a uma agenda mais ampla de responsabilidade socioambiental e gestão qualificada. Essas referências, portanto, não substituem as especificações técnicas setoriais, mas orientam o sentido institucional das diretrizes adotadas no Guia.

Figura 06 — Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Organização das Nações Unidas (2015)

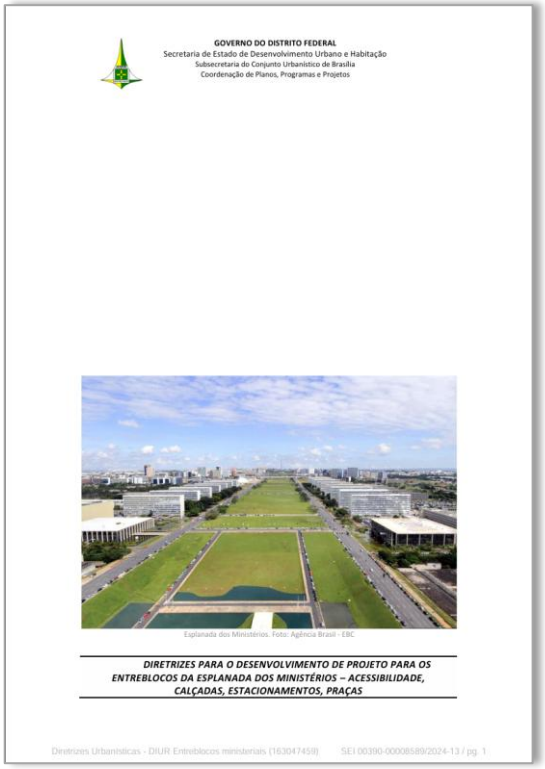
No plano técnico-operacional, esse acervo também reúne as referências aplicáveis às diferentes dimensões da intervenção. No campo da acessibilidade, a ABNT NBR 9050 estabelece os parâmetros para circulação, uso autônomo e segurança em espaços e equipamentos urbanos. Para pavimentação permeável e drenagem, a ABNT NBR 16416 orienta requisitos de projeto, execução, inspeção e manutenção, oferecendo base para soluções compatíveis com infiltração, desempenho hidráulico e conservação. Na iluminação pública, os normativos técnicos específicos definem critérios de padronização, desempenho e segurança dos sistemas adotados.

Figura 07 – Plano Diretor de Logística Sustentável (2024-2026)



Fonte: MGI (2024)

Figura 08 – Diretrizes para o Desenvolvimento de Projeto para os Entreblocos



Fonte: SEDUH/DF (2024)

Na gestão da informação, destaca-se o Guia Prático de Diretrizes BIM do MGI, que organiza parâmetros para modelagem, interoperabilidade, requisitos de informação, estratégia de federação, coordenação entre equipes, controle de qualidade e entrega dos projetos. Para o Esplanada Viva, esse documento apoia a compatibilização técnica entre disciplinas, a consistência dos dados produzidos, o controle de versões, a rastreabilidade das decisões e a consolidação de registros digitais confiáveis ao longo do ciclo de vida da intervenção. Em conjunto, essas referências não substituem a análise técnica de cada projeto, mas oferecem a base normativa e metodológica necessária para orientar soluções mais consistentes, integradas e compatíveis com a realidade da Esplanada dos Ministérios.

Por fim, o acervo de referência do Esplanada Viva também admite documentos complementares que ampliam a compreensão do território e qualificam o processo decisório, como registros de escuta pública, consultas e processos participativos relacionados a bens culturais de Brasília. Esses materiais não têm, em regra, caráter normativo, mas contribuem para incorporar ao planejamento a dimensão do uso cotidiano, das necessidades cidadãs e da experiência concreta do espaço público, reforçando que a preservação qualificada de um território dessa natureza depende tanto de rigor técnico quanto de sensibilidade institucional.

MODULO II – TERRITÓRIO, PATRIMÔNIO E CONDICIONANTES

A Esplanada dos Ministérios constitui um território singular, no qual estrutura urbana, representação institucional, patrimônio cultural e uso cotidiano se sobrepõem de forma indissociável. Qualquer iniciativa de requalificação de seus espaços públicos exige, portanto, uma leitura rigorosa desse conjunto, capaz de reconhecer os valores que fundamentam sua preservação e os condicionantes que orientam sua transformação responsável.

Este módulo reúne as bases necessárias à compreensão da estrutura urbana da Esplanada, de sua inserção no regime de proteção patrimonial e dos marcos legais e institucionais incidentes sobre as intervenções no território. Ao tratar da organização espacial do conjunto, da compatibilidade com o tombamento e dos instrumentos que condicionam a formulação e a análise das propostas, o módulo estabelece o quadro de referência a partir do qual qualquer ação de requalificação deve ser concebida.

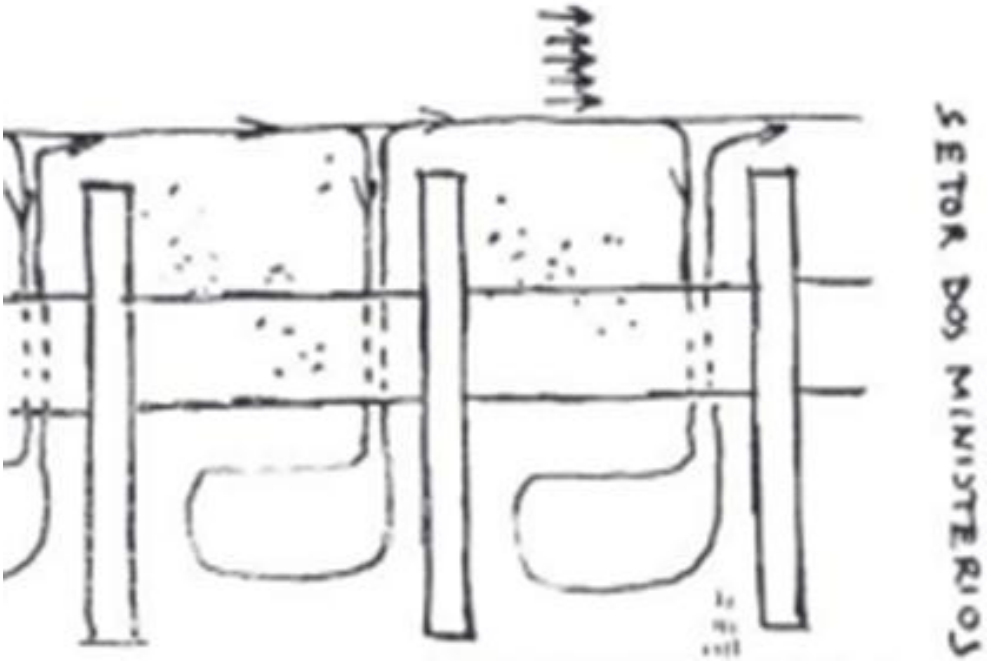
Neste módulo se consolida, portanto, a compreensão de que a requalificação dos espaços públicos da Esplanada não pode decorrer de soluções genéricas, mas de uma atuação compatível com a estrutura urbana do conjunto, com sua condição patrimonial e com o regime normativo e institucional que orienta sua preservação e transformação.

CAPÍTULO 3 – ESTRUTURA URBANA, PATRIMÔNIO E CONDICIONANTES LEGAIS

3.1 Estrutura urbana da Esplanada dos Ministérios

A Esplanada dos Ministérios constitui uma das expressões mais emblemáticas da estrutura urbana de Brasília. Inserida no Plano Piloto e articulada ao Eixo Monumental, ela organiza o principal eixo institucional da capital e reúne, em uma mesma conformação territorial, monumentalidade, representação do Estado, espaços livres e uso cotidiano. Essa condição decorre da própria concepção urbanística de Brasília, em que o Eixo Monumental assume papel estruturador da escala monumental e da imagem cívico-institucional da cidade.

Figura 09 – Esplanada dos Ministérios (Croqui Niemeyer)



Fonte: Relatório do plano piloto de Brasília – IPHAN (2018)

A leitura dessa estrutura não decorre apenas do alinhamento dos edifícios ministeriais, mas também da relação entre cheios e vazios, da continuidade dos espaços públicos e da organização dos acessos, percursos e conexões que estruturam a experiência do território. Nesse sentido, as Diretrizes para o Desenvolvimento de Projeto para os Entreblocos da Esplanada dos Ministérios tratam expressamente as áreas públicas situadas em torno dos blocos ministeriais como parte articulada do conjunto e registram que sua leitura deve ocorrer de forma integrada com calçadas, estacionamentos, conexões com os acessos principais e demais elementos do entorno das edificações.

Ao lado da ordenação edificada, a estrutura urbana da Esplanada depende da configuração de seus espaços livres. As áreas entreblocos, os passeios, os acessos e as conexões com os edifícios ministeriais não constituem espaços residuais, mas

partes constitutivas da forma urbana do conjunto. As diretrizes da SEDUH explicitam essa dimensão ao registrar, nas áreas livres junto aos Ministérios, dois eixos principais de percurso de pedestres: um passeio mais estreito, próximo ao meio-fio, associado à faixa de serviço ajardinada, e outro passeio mais largo junto às empenas dos edifícios ministeriais. Essa organização evidencia que o funcionamento da Esplanada depende de uma leitura integrada entre edifícios, espaços livres, circulação e permanência.

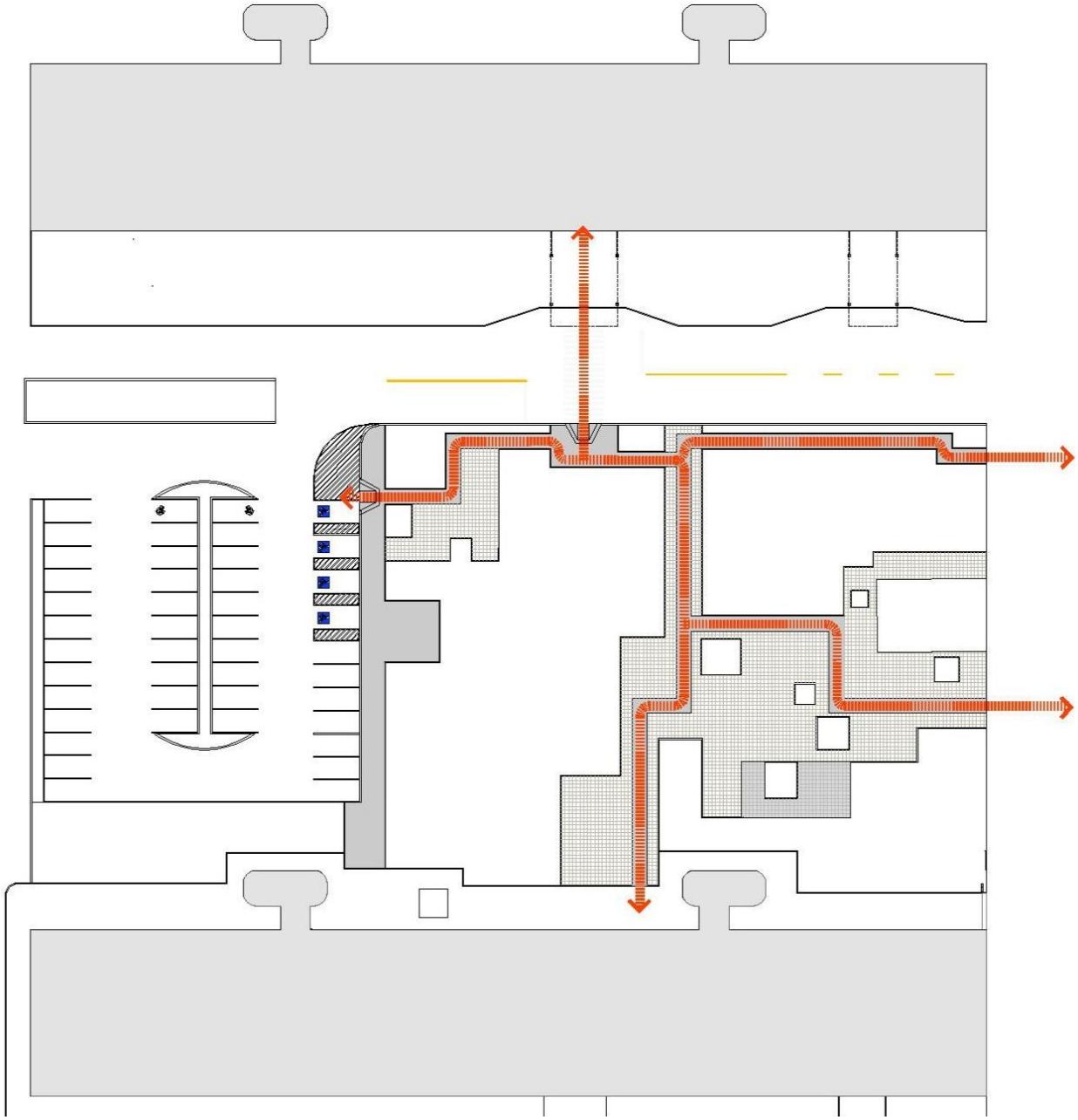
Figura 10 – Diretrizes de intervenção urbana na Esplanada dos Ministérios



Fonte: Diretrizes urbanísticas para os entreblocos ministeriais – SEDUH (2019)

Essa compreensão se torna ainda mais evidente quando se observa a necessidade de tratar os espaços entreblocos de forma articulada. As próprias Diretrizes para o Desenvolvimento de Projeto para os Entreblocos da Esplanada dos Ministérios (SEDUH) e o Manual Orientativo – Conjunto dos Ministérios e Anexos (IPHAN) convergem ao indicar que o tratamento do espaço público no entorno imediato das edificações deve integrar acessibilidade, ambiência, paisagismo e continuidade dos percursos. No Manual, as áreas externas aos edifícios aparecem associadas às plantas de sistema viário e de locação da Esplanada, evidenciando que a organização urbana do conjunto depende da relação contínua entre edifícios, áreas públicas e percursos.

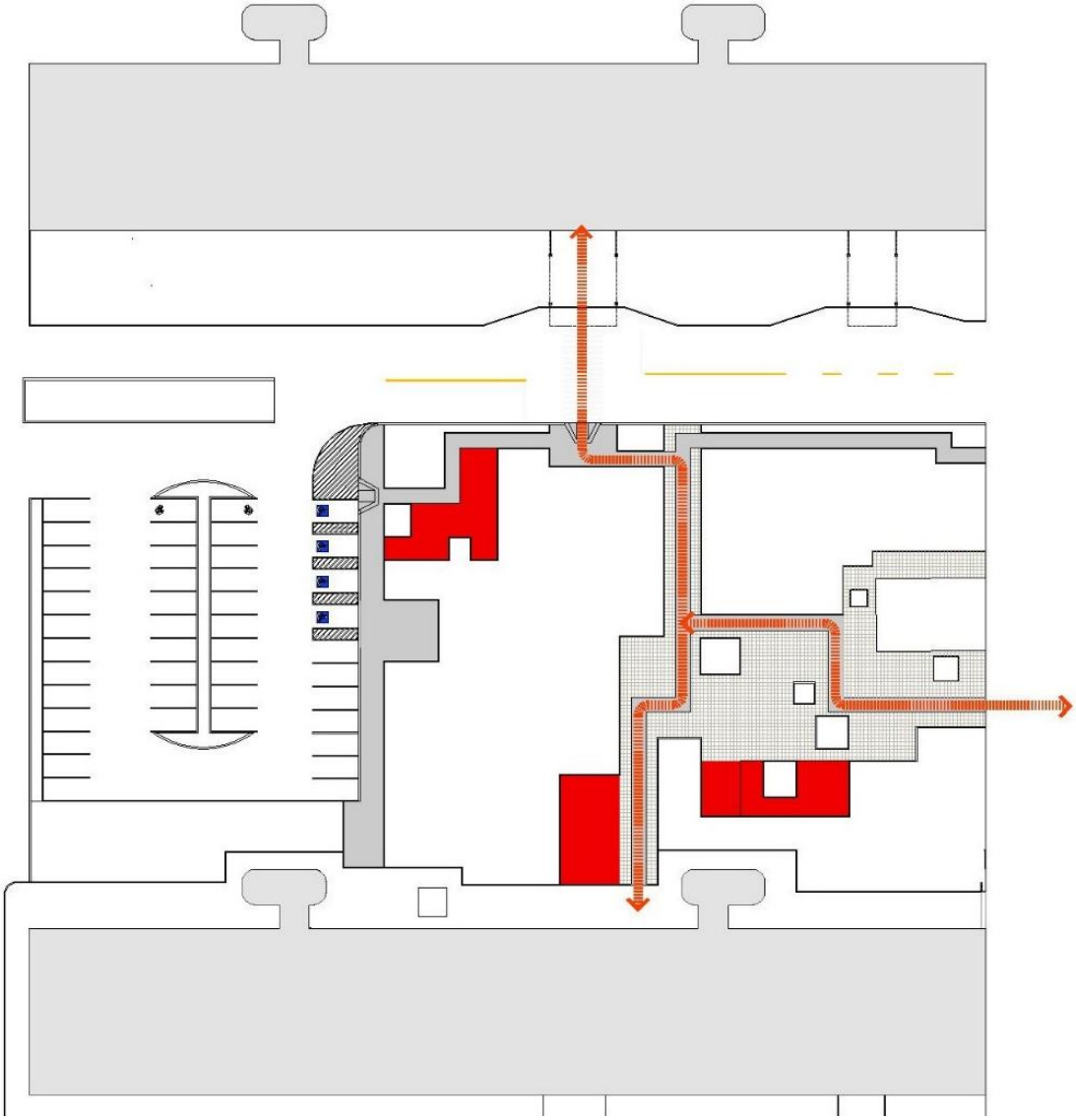
Figura 11 – Integração Entreblocos



Fonte: Autores (2026)

A leitura da estrutura urbana da Esplanada também pode ser aprofundada a partir da hierarquização dos usos e das relações entre circulação, permanência, acessos e áreas de suporte. Essa chave de leitura permite compreender que o território, para além da sua forma física, se organiza pela distribuição funcional de seus espaços, reforçando a necessidade de que as intervenções considerem a articulação entre percursos principais, áreas de permanência e setores de apoio ao uso cotidiano.

Figura 12 – Hierarquia de Usos



Fonte: Autores (2026)

Compreender a estrutura urbana da Esplanada dos Ministérios significa, assim, reconhecer a articulação entre Eixo Monumental, blocos ministeriais, anexos, áreas entreblocos, percursos e espaços públicos de uso coletivo. É essa leitura integrada que permite distinguir os elementos de permanência que estruturam a identidade do conjunto e os aspectos passíveis de requalificação para responder a demandas contemporâneas de acessibilidade, conforto, uso e permanência. Nesse sentido, a estrutura urbana da Esplanada não constitui apenas o pano de fundo das intervenções: ela é o quadro de referência a partir do qual qualquer transformação responsável deve ser formulada.

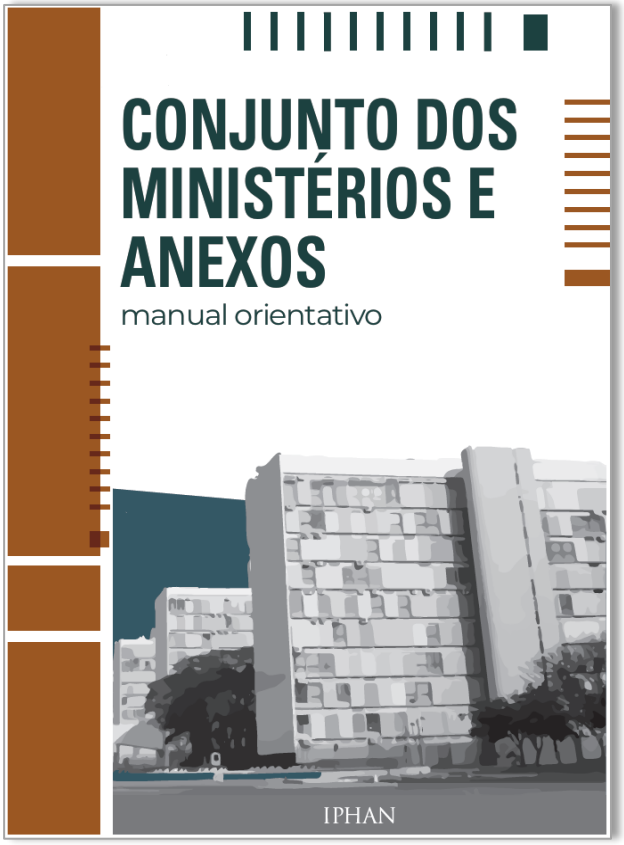
3.2. Compatibilidade com o tombamento

A requalificação dos espaços públicos deve ser compreendida, desde sua formulação, como intervenção incidente sobre território tombado e sobre conjunto arquitetônico de elevada relevância simbólica, morfológica e urbanística. Por essa razão, a compatibilidade com o tombamento não constitui etapa posterior de verificação, mas

condição prévia de admissibilidade das propostas, devendo orientar a definição das soluções e a avaliação de seus efeitos sobre o conjunto. O Manual Orientativo – Conjunto dos Ministérios e Anexos reconhece a Esplanada como elemento especialmente significativo do Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB) e situa sua preservação no âmbito da proteção federal incidente sobre a área desde o tombamento do CUB, regulamentado pelas Portarias nº 314/1992 e nº 166/2016.

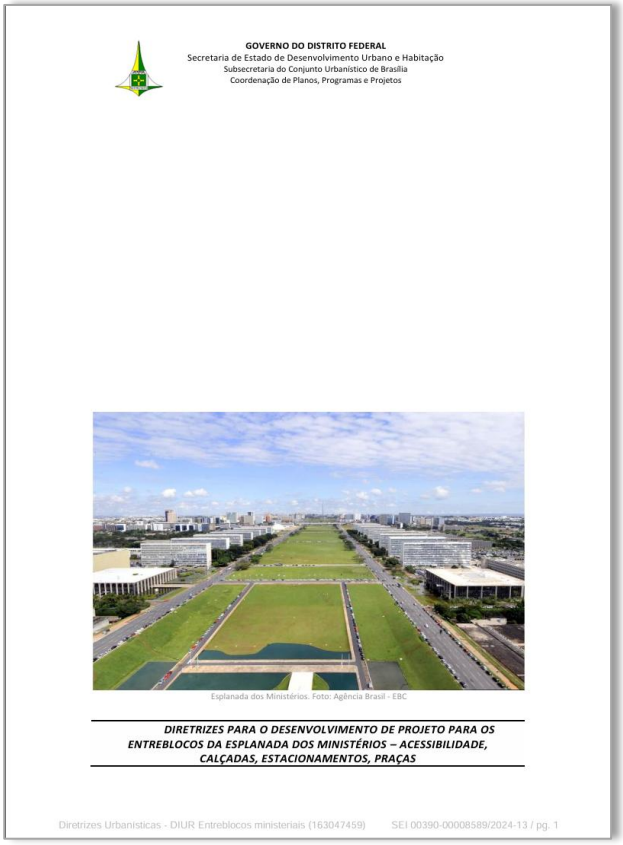
Essa leitura é complementada pelas Diretrizes para o Desenvolvimento de Projeto para os Entreblocos da Esplanada dos Ministérios, elaboradas pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, que tratam a área situada entre as vias S1-S2 e N1-N2 como inserida na poligonal do CUB e vinculada diretamente à legislação de preservação aplicável ao conjunto. O documento explicita que a Portaria IPHAN nº 166/2016 define a Esplanada dos Ministérios e seus anexos como parte da Área de Preservação 1 da Zona de Preservação 1 da Macroárea A, correspondente à porção de maior representatividade simbólica, morfológica e urbanística do Conjunto Urbanístico de Brasília.

Figura 13 – Manual Orientativo – Conjunto dos Ministérios e Anexos



Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2023)

Figura 14 – Diretrizes para o Desenvolvimento de Projeto para os Entreblocos da Esplanada dos Ministérios



Fonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (2024)

A compatibilidade com o tombamento exige, assim, o reconhecimento de critérios materiais e espaciais que condicionam a intervenção. O Manual Orientativo – Conjunto dos Ministérios e Anexos destaca a preservação dos edifícios-sede dos Ministérios e de seus anexos como conjuntos arquitetônicos de tipologia e volumetria uniformes, enquanto as Diretrizes para o Desenvolvimento de Projeto para os Entreblocos da Esplanada dos Ministérios registram, com base na Portaria IPHAN nº 166/2016, vedações e condicionantes relevantes para o espaço público da Esplanada, como cercamentos em praças, estacionamentos e áreas públicas, criação de novos lotes ou projeções e uso de rede de distribuição aérea para implantação de infraestrutura e serviços públicos. Esses parâmetros demonstram que a compatibilidade patrimonial não alcança apenas as edificações, mas também a organização dos vazios, a permeabilidade visual e a forma de inserção de novos elementos no território.

A leitura patrimonial da área também deve considerar o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), que enquadra a Esplanada dos Ministérios no Território de Preservação 1 – TP1: Eixo Monumental. Conforme sintetizado nas Diretrizes para o Desenvolvimento de Projeto para os Entreblocos da Esplanada dos Ministérios, o PPCUB reconhece essa porção da cidade como aquela em que a escala monumental se expressa de forma mais intensa e simbólica, destacando, para a área em análise, a preservação do Eixo Monumental como elemento de estruturação do plano urbanístico, a manutenção das áreas não edificadas no nível do solo como áreas públicas, a garantia de permeabilidade na circulação de pedestres e a elaboração de projeto padrão de mobiliário urbano.

Figura 15 – Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília



Fonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (2024)

Nessa perspectiva, compatibilizar-se com o tombamento não significa impedir a transformação, mas submetê-la a critérios de inserção, escala, materialidade, legibilidade e continuidade compatíveis com a singularidade da Esplanada. O próprio Manual Orientativo – Conjunto dos Ministérios e Anexos admite a necessidade de atualizações, desde que conduzidas com preservação do legado urbanístico e arquitetônico do conjunto, e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Projeto para os

Entreblocos da Esplanada dos Ministérios mostram que essa compatibilização deve alcançar, de modo articulado, acessibilidade, calçadas, estacionamentos, paisagismo e tratamento do espaço público. A compatibilidade com o tombamento opera, assim, como fundamento de método e não como mera exigência formal de aprovação.

Compreendida dessa forma, a compatibilidade com o tombamento estabelece o quadro de preservação dentro do qual a requalificação dos espaços públicos da Esplanada dos Ministérios pode avançar de modo responsável, conciliando preservação patrimonial, uso cotidiano e qualificação da experiência urbana.

3.3 Condicionantes legais e institucionais

As intervenções nos espaços públicos da Esplanada dos Ministérios não se submetem apenas a critérios de projeto, mas a um conjunto articulado de condicionantes legais e institucionais que orientam sua formulação, sua análise e sua tramitação. Nesse contexto, atuar sobre o território exige leitura combinada de normas patrimoniais, instrumentos urbanísticos, diretrizes setoriais e procedimentos administrativos, de modo que a proposta seja concebida, desde o início, em conformidade com o regime jurídico e institucional incidente sobre a área. O Manual Orientativo – Conjunto dos Ministérios e Anexos explicita essa condição ao afirmar que as intervenções necessárias devem ser adequadamente propostas e acompanhadas pelo IPHAN, sem que o Manual substitua a necessidade de anuência do Instituto, conforme a legislação de proteção do patrimônio cultural.

No campo patrimonial, esse quadro se apoia, em primeiro lugar, no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que estabelece a necessidade de autorização prévia para intervenções em bens tombados, e na Portaria nº 420, de 22 de dezembro de 2010, que detalha os procedimentos a serem observados para a concessão dessa autorização em bens tombados e respectivas áreas de entorno. O próprio Manual Orientativo – Conjunto dos Ministérios e Anexos destaca, nesse ponto, a definição de intervenção como toda alteração do aspecto físico, das condições de visibilidade ou da ambiência do bem edificado tombado ou de sua área de entorno, evidenciando a abrangência do controle patrimonial sobre a área da Esplanada.

A esse conjunto somam-se os instrumentos específicos que incidem diretamente sobre a área, em especial a Portaria IPHAN nº 166, de 11 de maio de 2016, com a alteração promovida pela Portaria IPHAN nº 421, de 31 de outubro de 2018, e o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, instituído pela Lei Complementar nº 1.041, de 19 de junho de 2024. As Diretrizes para o Desenvolvimento de Projeto para os Entreblocos da Esplanada dos Ministérios – Acessibilidade, Calçadas, Estacionamentos, Praças sistematizam esses marcos ao reunir, em um mesmo documento, os condicionantes patrimoniais e urbanísticos aplicáveis à área ministerial, demonstrando que as propostas sobre o espaço público

devem ser compreendidas como iniciativas simultaneamente submetidas à preservação do conjunto tombado e às diretrizes urbanísticas vigentes para o território.

No plano institucional, esses condicionantes se traduzem na atuação articulada de diferentes instâncias com competências incidentes sobre a área. O IPHAN exerce papel central na análise patrimonial das intervenções; a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal atua na formulação das diretrizes urbanísticas e na interpretação dos parâmetros urbanísticos e de preservação; e, conforme a natureza da proposta, outras entidades distritais e federais passam a integrar o processo em razão de infraestrutura, redes, mobilidade, paisagismo, iluminação pública e gestão urbana. Assim, a viabilidade da intervenção depende não apenas de sua qualidade técnica, mas também de sua aderência aos instrumentos normativos aplicáveis e às instâncias responsáveis por sua apreciação e encaminhamento.

Compreendidos dessa forma, os condicionantes legais e institucionais não operam como exigências externas ou posteriores ao projeto, mas como parte constitutiva do ambiente em que a intervenção se torna admissível, analisável e executável. É a partir dessa base que a requalificação dos espaços públicos da Esplanada dos Ministérios pode ser formulada com segurança jurídica, coerência institucional e compatibilidade com o conjunto de normas e competências que regem o território.

Para facilitar a leitura do quadro normativo e institucional aplicável à Esplanada dos Ministérios, apresenta-se, a seguir, uma síntese dos principais instrumentos e referências que condicionam a formulação, a análise e o encaminhamento das intervenções no território. A tabela não substitui a leitura dos documentos citados, mas consolida, de forma objetiva, os elementos que mais diretamente incidem sobre a admissibilidade das propostas e sobre os critérios a serem observados em seu desenvolvimento.

Tabela 01 – Síntese dos condicionantes legais e institucionais incidentes sobre a Esplanada dos Ministérios

Instrumento / referência	**Incidência sobre a intervenção**	**Implicação para o projeto**
Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937	Estabelece a proteção dos bens tombados e a necessidade de controle sobre intervenções em bem protegido	Exige que a proposta considere, desde a origem, a incidência do regime de proteção patrimonial

Portaria nº 420, de 22 de dezembro de 2010	Define procedimentos para autorização de intervenções em bens tombados e áreas de entorno	Impõe instrução adequada do processo e observância dos requisitos documentais e procedimentais
Portaria IPHAN nº 166, de 11 de maio de 2016	Estabelece critérios específicos de intervenção no Conjunto Urbanístico de Brasília, inclusive para a Esplanada dos Ministérios	Condiciona o projeto quanto à preservação da tipologia, volumetria, visibilidade do conjunto e tratamento do espaço público
Portaria IPHAN nº 421, de 31 de outubro de 2018	Atualiza a Portaria IPHAN nº 166/2016	Exige leitura atualizada dos critérios patrimoniais aplicáveis à área
Lei Complementar nº 1.041, de 19 de junho de 2024	Institui o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília	Vincula a intervenção aos parâmetros urbanísticos e de preservação vigentes para o território
Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília	Enquadra a Esplanada dos Ministérios no Território de Preservação 1 – TP1: Eixo Monumental	Orienta o projeto quanto à preservação da escala monumental, das áreas públicas e da permeabilidade de circulação
Manual Orientativo – Conjunto dos Ministérios e Anexos	Sistematiza diretrizes e critérios para intervenções no conjunto ministerial e seus anexos	Oferece referência técnica para formulação das propostas, sem substituir a necessidade de anuência do IPHAN
DIUR – Entreblocos ministeriais	Consolida condicionantes urbanísticos e patrimoniais aplicáveis aos entreblocos ministeriais	Orienta o tratamento do espaço público quanto a acessibilidade, calçadas, estacionamentos, conexões e integração

Fonte: Autores (2026)

MODULO III – O MÉTODO ESPLANADA VIVA

O Esplanada Viva estrutura sua atuação a partir de um método voltado a transformar diretrizes institucionais em processos coordenados de requalificação dos espaços públicos da Esplanada dos Ministérios. O Programa organiza uma forma de atuação baseada na leitura integrada do território, na definição de diretrizes comuns, na articulação entre atores públicos, na coordenação técnica entre disciplinas e no desenvolvimento progressivo das intervenções.

Este módulo apresenta o modelo de atuação, as etapas de implantação, o papel do projeto-piloto, os fluxos processuais, a tramitação institucional e a integração técnica necessária ao desenvolvimento das propostas.

Como estratégia de implementação e validação, o projeto-piloto é compreendido como laboratório de aplicação do método. Sua função é testar diretrizes, verificar procedimentos, identificar pontos de atenção, consolidar fluxos de trabalho, compatibilizar disciplinas e produzir referências técnicas que possam subsidiar a continuidade e a replicabilidade do Programa. Nesse processo, também ganham relevância a gestão da informação, a modelagem, a compatibilização técnica e a consolidação de registros confiáveis para execução, operação e futuras atualizações.

Assim, o Esplanada Viva se apresenta como uma forma de atuação pública capaz de articular gestão, desenvolvimento técnico, coordenação institucional e construção progressiva de capacidade administrativa sobre o território.

CAPÍTULO 4 – MODELO DE ATUAÇÃO E IMPLANTAÇÃO

4.1. Modelo de atuação do Programa

O modelo de atuação organiza-se, como processo integrado, orientado pela articulação entre leitura do território, definição de diretrizes, desenvolvimento técnico, coordenação entre atores públicos e acompanhamento contínuo das intervenções ao longo do tempo.

Esse modelo apoia-se em quatro eixos complementares. O primeiro é a leitura integrada do espaço público, considerando simultaneamente patrimônio, acessibilidade, paisagem, infraestrutura, conforto ambiental e uso cotidiano. O segundo é a atuação colaborativa, reconhecendo que a viabilidade e a consistência das intervenções dependem da convergência entre órgãos e equipes com competências distintas. O terceiro é a padronização orientadora, construindo referenciais comuns capazes de reduzir dispersões, favorecer a replicabilidade, fortalecer a identidade institucional da iniciativa e favorecer a celeridade das aprovações institucionais. O quarto é a continuidade da gestão, pela qual cada intervenção deve ser compreendida não como entrega encerrada em si mesma, mas como parte de um ciclo mais amplo de operação, manutenção, avaliação e aprimoramento.

A atuação também se organiza segundo uma lógica incremental. Em vez de pressupor a transformação integral e simultânea de todo o território, admite-se desenvolvimento progressivo, articulando prioridades, oportunidades de implementação e amadurecimento institucional. Essa característica permite compatibilizar ambição programática com capacidade administrativa, disponibilidade técnica e necessidade de validação gradual das soluções adotadas, favorecendo a consolidação de aprendizados, o aperfeiçoamento de procedimentos e a construção de bases mais sólidas para desdobramentos futuros.

4.2. Etapas de implantação

Trata-se de um percurso técnico e institucional por meio do qual demandas identificadas no espaço público são transformadas em ações compatíveis com o território, com os marcos patrimoniais e com as condições de execução, operação e acompanhamento. Nesse sentido, as etapas de implantação organizam a passagem entre a necessidade observada e a intervenção efetivamente incorporada à dinâmica de gestão do espaço público.

A primeira etapa consiste na identificação da demanda. Nesse momento, reconhecem-se problemas, carências, oportunidades e potencialidades do espaço público a partir da observação de seus usos, de suas limitações e de sua inserção no conjunto urbano. Essa leitura inicial deve considerar aspectos funcionais, ambientais,

paisagísticos, patrimoniais e institucionais, de modo a evitar respostas fragmentadas ou dissociadas do contexto mais amplo.

A segunda etapa corresponde à estruturação técnica da intervenção, quando a demanda identificada passa a ser traduzida em premissas, critérios e diretrizes para desenvolvimento do projeto arquitetônico preliminar. Nessa fase, consolidam-se os referenciais que orientarão a proposta, definem-se parâmetros iniciais de compatibilidade com o território organiza-se a base técnica necessária para que a solução avance de forma consistente e coerente com os objetivos do Programa.

A terceira etapa é a articulação para desenvolvimento e validação da proposta. É nesse ponto que a formulação técnica preliminar passa a ser compatibilizada com os atores, competências e exigências incidentes sobre o território, permitindo verificar aderência institucional, necessidade de ajustes e condições de encaminhamento. Essa etapa integra o próprio amadurecimento da intervenção, ao aproximar projeto, governança e processo decisório em torno de uma mesma base de referências.

A quarta etapa corresponde à implantação propriamente dita, compreendida como materialização da intervenção a partir das definições técnicas, administrativas e institucionais consolidadas nas fases anteriores. Nessa etapa, o foco recai sobre a execução daquilo que foi desenvolvido e compatibilizado, observadas as condições do território, os parâmetros do Guia e os cuidados necessários à preservação da coerência do conjunto.

A quinta etapa consiste na incorporação da intervenção ao ciclo de operação, manutenção e monitoramento. Essa etapa assegura que o espaço requalificado permaneça funcional, legível, seguro e compatível com os objetivos que orientaram sua realização, reafirmando que a atuação do Programa não se encerra com a entrega física da intervenção, pois se prolonga em um processo continuado de acompanhamento, avaliação e aperfeiçoamento.

Compreendidas em conjunto, essas etapas organizam uma forma de implantação que busca reduzir improvisações, ampliar a previsibilidade e qualificar a passagem entre leitura do problema, desenvolvimento da solução e permanência do resultado ao longo do tempo. É por meio desse encadeamento que o Programa transforma diretrizes em processo e faz da requalificação do espaço público uma prática institucional progressiva, rastreável e passível de aprimoramento contínuo.

4.3. O projeto-piloto como laboratório de implementação

No âmbito do Esplanada Viva, o projeto-piloto deve ser compreendido como instrumento estratégico de implementação, e não apenas como a primeira intervenção material do Programa. Sua função principal é permitir que diretrizes, soluções e instrumentos de atuação sejam testados em situação real, sob as

condições de um território marcado por alta sensibilidade patrimonial, diversidade de atores públicos e exigências operacionais específicas.

O desenvolvimento do projeto-piloto permitirá verificar como os princípios do Programa respondem às condições efetivas do espaço construído, aos condicionantes do conjunto tombado e às rotinas concretas da gestão pública. Com isso, a experiência piloto tornará visível a passagem entre diretriz e implementação, revelando limites, exigências e oportunidades de aperfeiçoamento que dificilmente seriam percebidos apenas no plano conceitual.

Essa condição laboratorial é especialmente importante porque permite validar, de forma integrada, diferentes dimensões da requalificação do espaço público. Elementos como acessibilidade, drenagem de baixo impacto, permanência, conforto ambiental, paisagismo, iluminação pública, mobiliário urbano e gestão da informação deixam de ser tratados como frentes isoladas ou abstratas e passam a ser observados em sua interação concreta. O projeto-piloto, assim, não apenas exemplifica o que o Programa propõe, mas contribui para aferir a compatibilidade entre diretrizes, soluções e capacidade de manutenção dos resultados ao longo do tempo.

Ao mesmo tempo, a implementação do projeto-piloto vem produzindo aprendizado institucional, com a possibilidade de identificar exigências recorrentes, pontos de atenção no desenvolvimento das propostas, necessidades de compatibilização entre disciplinas, condicionantes de articulação entre órgãos e aspectos que demandam maior clareza procedimental. Também nesse processo se tornam mais nítidos os componentes, soluções e elementos passíveis de consolidação como referências do Programa, contribuindo para o amadurecimento do Catálogo de Componentes do Esplanada Viva.

Nesse contexto, a modelagem BIM, a compatibilização técnica e a gestão da informação devem ser compreendidas como instrumentos de apoio ao projeto-piloto, em alinhamento com o Guia Prático de Diretrizes BIM do MGI. Sua aplicação permite integrar bases de referência, modelos por disciplina, modelo federado, verificações de interferência, validação técnica, entregáveis digitais e registros As Built, assegurando maior rastreabilidade das decisões e maior consistência entre o que é projetado, validado, executado e posteriormente atualizado.

A figura a seguir sintetiza o fluxo de estruturação, compatibilização e consolidação das informações de projeto no âmbito do Esplanada Viva, evidenciando que a qualidade dos entregáveis finais depende da articulação progressiva entre base de referência, planejamento BIM, modelagem por disciplina, modelo federado, verificação de interferências, validação técnica, documentação digital e atualização As Built.

Figura 16 – Fluxograma de modelagem, compatibilização e consolidação das informações de projeto



Fonte: Autores (2026)

Por essa razão, o projeto-piloto deve ser lido como referência de amadurecimento progressivo do Esplanada Viva. Ele não esgota o escopo nem restringe sua atuação futura ao perímetro inicial de intervenção. Sua principal contribuição está em oferecer parâmetros verificáveis para desdobramentos posteriores, permitindo que novas intervenções avancem com maior segurança técnica, maior clareza institucional e maior aderência aos princípios que orientam a requalificação dos espaços públicos da Esplanada dos Ministérios. Nessa perspectiva, o piloto afirma-se menos como exceção e mais como base metodológica para continuidade, replicação e aperfeiçoamento da atuação pública sobre o território.

CAPÍTULO 5 – ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E FLUXO DE DESENVOLVIMENTO

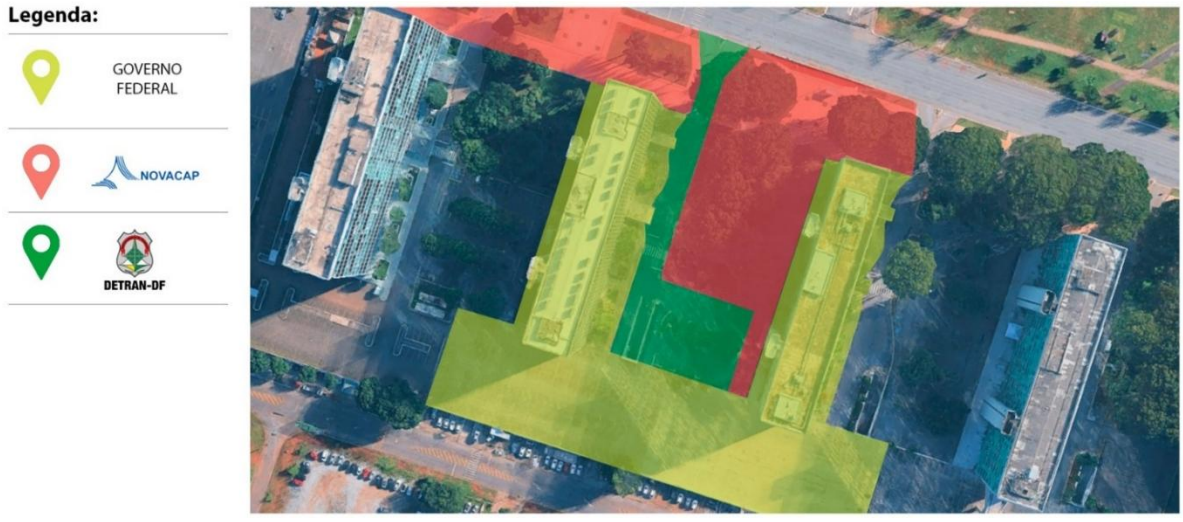
5.1. Articulação entre órgãos e agentes envolvidos

O Esplanada Viva parte de uma lógica de atuação colaborativa, de modo a favorecer convergência entre órgãos e equipes que já atuam sobre o território, criando condições para que decisões técnicas e institucionais se organizem a partir de referências comuns. Essa articulação permite reduzir fragmentações, antecipar incompatibilidades e dar mais clareza ao desenvolvimento das intervenções.

Conforme a natureza de cada demanda, esse processo envolve órgãos e entidades com competências distintas incidentes sobre a área. Identificar essa rede de interlocução desde o início é parte essencial do desenvolvimento da proposta de intervenção.

Para tornar mais legível essa distribuição de atribuições, apresenta-se um mapa sintético de responsabilidades institucionais, indicando as principais faixas de atuação dos agentes que incidem sobre o território da Esplanada.

Figura 17 — Mapa de responsabilidades institucionais sobre os Entreblocos



Fonte: Autores (2026)

Mais do que reunir instituições em torno de um mesmo espaço, o Programa busca consolidar uma prática de corresponsabilidade pública sobre a Esplanada. É essa articulação que permite tratar o espaço público não como soma de decisões setoriais, mas como realidade compartilhada que exige coordenação, continuidade e compromisso comum com a qualidade urbana do conjunto.

5.2. Fluxo processual e tramitação institucional

A tramitação institucional das intervenções integra o amadurecimento da proposta de intervenção, pois é ao longo desse percurso que se verificam condicionantes, se consolidam compatibilizações e se reúnem as condições necessárias para seu

encaminhamento. Nesse sentido, o fluxo processual serve para organizar a interlocução institucional que sustenta a passagem entre a proposta e sua viabilização.

No programa, essa tramitação se insere em um arranjo de governança colaborativa voltado à coordenação entre os diversos órgãos e entidades com competências incidentes sobre o território da Esplanada dos Ministérios.

Figura 18 — Fluxo Processual



Fonte: Autores (2026)

Nesse percurso, o fluxo se inicia com o diagnóstico da área, etapa voltada à compreensão das formas de uso, dos aspectos a preservar, dos pontos críticos e das oportunidades de melhoria. Nesse momento, realizam-se os levantamentos técnicos e a identificação de desafios, potencialidades e condicionantes incidentes sobre a área. Inserem-se, ainda, as providências preliminares necessárias à requalificação do espaço, como a solicitação, via E-Protocolo, sendo ele um canal eletrônico para protocolar documentos junto aos órgãos do Distrito Federal, permitindo o envio, registro e tramitação inicial da demanda sem necessidade de comparecimento presencial. , de serviços de limpeza e de verificação da necessidade de podas junto à NOVACAP (Departamento de Parques e Jardins) e ao SLU (Sistema de Limpeza Urbana), conforme a natureza da demanda. Também nessa fase, e como um dos primeiros passos do percurso, realiza-se, por meio da Central Integrada de Licenciamento Arquitetônico e Urbanístico do Distrito Federal – CILUrb, ela concentra a análise e tramitação de licenças urbanísticas junto à SEDUH, buscando integrar órgãos envolvidos, agilizar o atendimento e reduzir a burocracia nos processos de licenciamento, a solicitação integrada de informações sobre interferências de redes e demais condicionantes de infraestrutura junto aos órgãos distritais competentes, em razão da morosidade e da complexidade inerentes a esse processo.

Com base nesse diagnóstico inicial, passa-se à proposta de requalificação, quando a demanda identificada é traduzida em solução preliminar de intervenção. Nessa etapa, definem-se os contornos da proposta e sua orientação técnica inicial, de modo que o projeto avance de forma aderente às necessidades observadas no território e às diretrizes que estruturam a atuação do Programa.

Na sequência, a proposta ingressa na etapa de compatibilização e articulação, em que se realiza a análise técnica da solução e sua compatibilização com as diretrizes do Guia, com os parâmetros institucionais do Programa e com os condicionantes patrimoniais, urbanísticos, paisagísticos, funcionais e operacionais incidentes sobre o território. Essa etapa se apoia, inclusive, nas informações previamente consolidadas no diagnóstico e nas respostas obtidas no processo de verificação integrada de interferências. Não se trata de mera conferência formal, mas de momento de avaliação, alinhamento técnico-institucional e articulação interinstitucional, fundamental para a coerência da intervenção com a lógica de atuação do Programa.

Superado esse momento de alinhamento, o fluxo avança para a etapa de Tramitação Institucional. Na situação específica das intervenções promovidas pelo Governo Federal em área pública de titularidade do Governo do Distrito Federal, esse percurso compreende a formalização do Acordo de Cooperação Técnica, no âmbito do programa Adote uma Praça, como instrumento necessário à viabilização institucional da intervenção. Nesse caso, o ACT não figura como mecanismo eventual ou acessório, mas como etapa integrante do fluxo, por meio da qual se formaliza a base cooperativa necessária à atuação federal sobre área distrital, devendo ter seu andamento pela Administração Regional do Plano Piloto. É também nesse momento que a proposta passa a envolver as etapas de submissão, análise e validação junto aos órgãos competentes, conforme a natureza da área, os sistemas atingidos e os condicionantes envolvidos.

Figura 19 – Programa Adote Uma Praça



Fonte: SEDUH

Por fim, o fluxo alcança a etapa de aprovações setoriais e desdobramentos técnicos. No território da Esplanada dos Ministérios, esse percurso inclui, de forma particularmente relevante, a interlocução com o IPHAN, em razão da incidência das normas de preservação sobre o conjunto tombado, além da articulação com os demais órgãos e entidades responsáveis por infraestrutura, paisagismo, mobilidade, iluminação pública e gestão urbana, sempre que a solução demandar manifestações específicas. Após a aprovação da proposta arquitetônica, o fluxo pode demandar novos desdobramentos setoriais, como a definição e a locação de elementos de infraestrutura, a exemplo do posteamento, com posterior submissão à CEB IPES ou às instâncias técnicas competentes para obtenção da aprovação, quando houver incidência sobre o sistema de iluminação pública. Somente depois de superadas essas validações principais é que se mostra adequado o avanço para a elaboração dos projetos complementares, tais como pavimentação, acessibilidade, irrigação, drenagem pluvial e iluminação urbana, ou, quando não houver elaboração interna, para a instrução dos procedimentos de contratação correspondentes.

A tramitação institucional compõe um percurso progressivo de consolidação técnica e institucional, no qual a coerência entre diagnóstico, diretrizes do Programa, compatibilização institucional, projeto e capacidade de implantação precisa ser continuamente preservada. O fluxograma apresentado tem justamente a função de tornar esse encadeamento mais legível, sem pretender fixar um rito único e inflexível, mas explicitando uma sequência de referência para a viabilização das intervenções do programa.

5.3. Coordenação técnica e integração entre disciplinas

A coordenação técnica tem a função de organizar o desenvolvimento das propostas de forma integrada, assegurando que as diferentes disciplinas envolvidas não avancem de modo paralelo, desconectado ou contraditório. Em um território como a Esplanada dos Ministérios, onde cada intervenção mobiliza exigências urbanísticas, patrimoniais, funcionais, ambientais e operacionais, a qualidade do processo depende da capacidade de construir interlocução contínua entre as frentes técnicas desde as etapas iniciais de formulação.

Essa coordenação tem como função estruturar um processo de trabalho em que premissas, interfaces, condicionantes e pontos de atenção sejam compartilhados de forma tempestiva, permitindo que o desenvolvimento da proposta ocorra com mais clareza, coerência e previsibilidade. Trata-se, portanto, de garantir que o avanço de cada disciplina permaneça vinculado a uma leitura comum da intervenção e aos objetivos gerais do Programa.

À medida que a proposta amadurece, arquitetura, paisagismo, acessibilidade, drenagem, iluminação, mobiliário, infraestrutura e demais frentes incidentes precisam

ser articuladas de forma progressiva, para que decisões relevantes não sejam tomadas de maneira isolada nem transferidas para etapas tardias de compatibilização. A coordenação técnica atua justamente para reduzir esse tipo de fragmentação, favorecendo um processo mais consistente de construção da intervenção.

É por meio dessa coordenação que o Esplanada Viva sustenta o desenvolvimento integrado das intervenções e cria condições para que as compatibilizações específicas sejam aprofundadas, mais adiante, nos capítulos técnicos deste Guia. A coordenação técnica aparece, portanto, como elemento de método: não como antecipação das soluções setoriais, mas como condição para que elas possam ser desenvolvidas com coerência, continuidade e aderência ao território.

MODULO IV – DIRETRIZES DE REQUALIFIVCAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

É neste módulo que o Guia passa da base interpretativa e institucional para a formulação das diretrizes aplicáveis à requalificação dos espaços públicos da Esplanada dos Ministérios. A partir da leitura territorial, patrimonial e normativa já consolidada, o módulo aprofunda os fundamentos urbanísticos e paisagísticos, a coerência estética do conjunto e o diagnóstico físico, territorial e ambiental, estabelecendo a base necessária para orientar intervenções compatíveis com a singularidade da Esplanada.

Ao longo de seus capítulos, o módulo trata de infraestrutura urbana, pavimentação e drenagem sustentável, circulação e acessibilidade universal, mobiliário urbano, estruturas de sombra e apoio ao uso público, vegetação, manejo hídrico sustentável, conforto térmico, microclima, iluminação pública e infraestrutura elétrica. Seu propósito é oferecer um referencial técnico integrado para o desenvolvimento de propostas coerentes com os condicionantes urbanos, patrimoniais, ambientais, funcionais e operacionais do território.

Este módulo também incorpora referências, soluções e aprendizados desenvolvidos no âmbito do projeto-piloto, de modo a apoiar a formulação de novas propostas e favorecer maior consistência entre diretrizes, projeto e implantação. Tais elementos devem ser compreendidos em caráter orientativo, como repertório técnico de apoio à requalificação dos espaços públicos, e não como imposição de modelos únicos ou obrigatórios. Dessa forma, o módulo atua como ponte entre método e projeto, convertendo fundamentos e critérios gerais em diretrizes aplicáveis ao desenvolvimento das intervenções.

CAPÍTULO 6 – FUNDAMENTOS URBANÍSTICOS, PAISAGÍSTICOS E DIAGNÓSTICO TERRITORIAL

6.1. Fundamentos urbanísticos e paisagísticos

Uma vez compreendidas a estrutura urbana da Esplanada dos Ministérios, sua condição patrimonial e o quadro normativo que condiciona sua transformação, a intervenção sobre seus espaços públicos deve se orientar por fundamentos urbanísticos e paisagísticos capazes de requalificar o uso contemporâneo sem comprometer a coerência do conjunto.

O primeiro desses fundamentos é o reconhecimento da Esplanada como conjunto articulado, em que edifícios, espaços livres, percursos e paisagem compõem uma estrutura contínua. A intervenção, portanto, não deve ser concebida a partir de elementos isolados, mas da relação entre as partes que organizam a experiência do território. Essa compreensão é compatível com o Relatório do Plano Piloto de Brasília e com o Manual Orientativo – Conjunto dos Ministérios e Anexos, que situam a Esplanada como porção especialmente significativa da composição urbana de Brasília e do legado modernista que lhe dá forma.

Outro fundamento central é a leitura dos espaços como elementos estruturadores, e não como áreas residuais entre edificações. Na Esplanada, os vazios, os gramados, os entreblocos, os passeios e as áreas ajardinadas integram a própria lógica de organização do conjunto, contribuindo para sua legibilidade, para a relação entre escala monumental e uso cotidiano e para a articulação entre circulação, permanência e ambiência. As diretrizes SEDUH (DIUR Entreblocos ministeriais) reforçam essa perspectiva ao tratar as áreas públicas situadas em torno dos blocos como partes articuladas do território e ao reconhecer a importância dos percursos, conexões e áreas livres na qualificação da experiência urbana.

A intervenção deve considerar, ainda, a coexistência entre monumentalidade e escala de uso. A Esplanada é, ao mesmo tempo, espaço de representação institucional e território de circulação cotidiana, permanência, travessia e apoio ao funcionamento dos edifícios públicos. Os fundamentos urbanísticos e paisagísticos que orientam sua requalificação devem, por isso, ser capazes de compatibilizar a clareza compositiva do conjunto com exigências contemporâneas de acessibilidade, conforto, orientação e permanência, sem introduzir soluções que fragilizem sua leitura unitária ou disputem protagonismo com a estrutura existente.

Também se mostra fundamental compreender a paisagem como componente ativo da organização espacial da Esplanada. A arborização, os gramados, a presença dos vazios e a relação entre superfícies livres e volumes edificados não operam apenas como complemento visual, mas como suporte de continuidade, ambiência e

reconhecimento do território. A paisagem, nesse sentido, deve ser lida como parte da forma urbana, e não como tratamento acessório posterior.

Lidos em conjunto, esses fundamentos indicam que a intervenção sobre a Esplanada dos Ministérios deve operar por reforço da estrutura existente, e não por competição com ela. Requalificar o espaço público, nesse contexto, significa preservar a articulação entre edifícios, espaços livres, percursos e paisagem, de modo a responder às exigências contemporâneas de uso sem romper a coerência urbana do conjunto. É a partir dessa base interpretativa que se tornam possíveis, nos capítulos seguintes, as diretrizes técnicas voltadas à infraestrutura urbana, à acessibilidade, ao paisagismo e ao uso público.

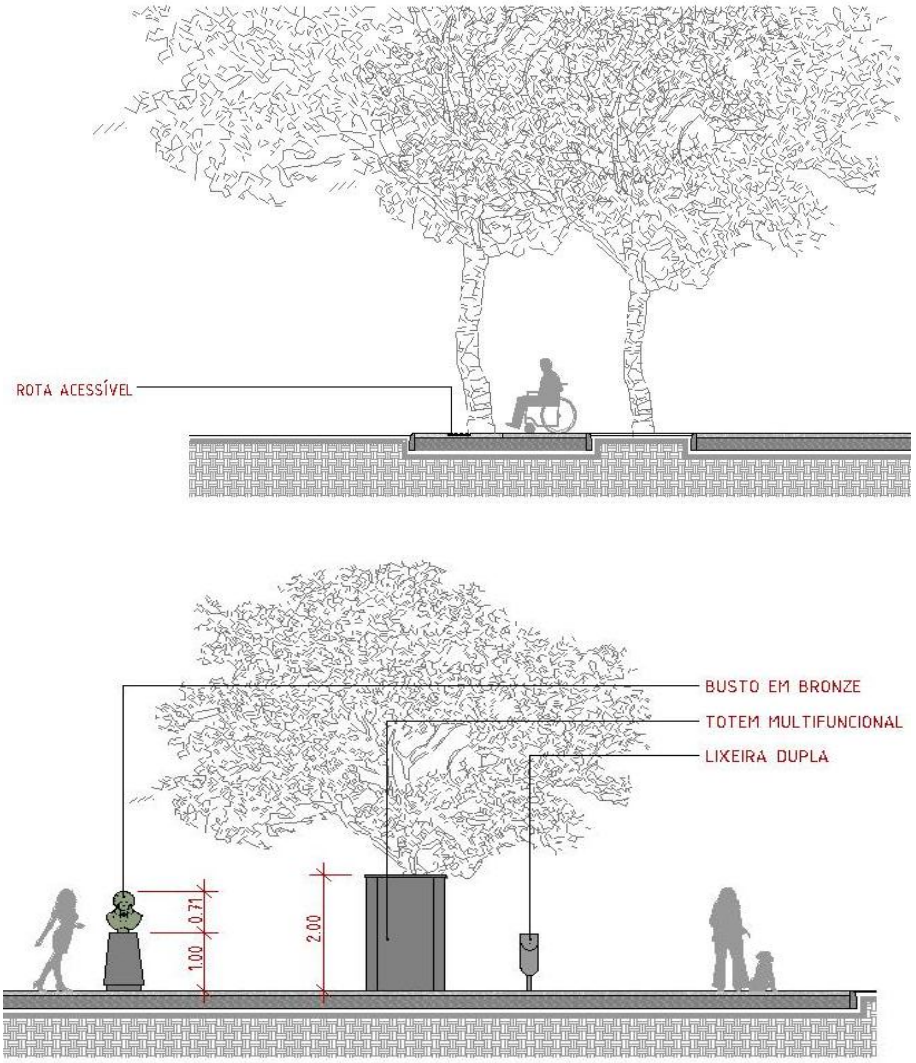
6.2. Identidade visual e coerência estética

A requalificação dos espaços públicos da Esplanada dos Ministérios exige que as intervenções sejam concebidas a partir de uma linguagem compatível com a identidade do conjunto. Nesse contexto, identidade visual e coerência estética não significam repetição literal de formas, mas manutenção de uma ordem perceptível entre elementos novos e preexistentes, de modo que o espaço público requalificado permaneça legível, sóbrio e integrado à ambiência urbana da Esplanada.

Essa exigência decorre do próprio caráter unitário do conjunto ministerial. O Manual Orientativo – Conjunto dos Ministérios e Anexos reconhece que a preservação da Esplanada alcança não apenas os edifícios, mas também os critérios de padronização, materialidade e expressão que sustentam a leitura coerente do território. Do mesmo modo, as diretrizes da SEDUH (DIUR Entreblocos ministeriais) indicam a necessidade de tratamento integrado do espaço público, o que pressupõe compatibilidade entre componentes, percursos, áreas de permanência e suportes de uso.

Nessa perspectiva, a coerência estética da intervenção depende da capacidade de articular os diferentes elementos introduzidos segundo uma lógica comum de inserção. Isso significa que mobiliário, suportes informativos, estruturas de apoio, tratamento paisagístico e demais componentes não devem aparecer como adições autônomas ou dispersas, mas como partes de uma composição unificada, compatível com a sobriedade e com a clareza formal da Esplanada.

Figura 20 – Unidade do Conjunto



Fonte: Autores (2026)

Alguns critérios gerais decorrem dessa leitura. O primeiro é a sobriedade, entendida como contenção formal e compatibilidade com a escala institucional do conjunto. O segundo é a continuidade, que pressupõe relação coerente entre materiais, tonalidades, volumetrias e elementos de apoio. O terceiro é a discrição, de modo que os componentes introduzidos cumpram sua função sem disputar protagonismo com a estrutura urbana existente. O quarto é a legibilidade, pela qual a organização visual do espaço público deve favorecer orientação, reconhecimento e uso qualificado sem fragmentar a percepção do conjunto.

Esses critérios não substituem o detalhamento técnico dos componentes, que será desenvolvido nos capítulos seguintes, mas estabelecem a base a partir da qual sua escolha e sua inserção devem ser avaliadas. A coerência estética, nesse sentido, não opera como exigência meramente formal, mas como condição para que a qualificação do espaço público se realize com unidade, clareza e permanência.

6.3. Diagnóstico físico, territorial e ambiental

O diagnóstico da Esplanada dos Ministérios deve ser compreendido como leitura objetiva das condições concretas que incidem sobre o desempenho, a legibilidade e o uso cotidiano de seus espaços públicos. Mais do que inventariar elementos isolados, trata-se de reconhecer como circulação, acessibilidade, superfícies livres, áreas ajardinadas, estacionamentos, infraestrutura e condições microambientais se articulam no território e condicionam a formulação das intervenções.

Uma primeira dimensão desse diagnóstico diz respeito à organização física dos espaços entreblocos. As diretrizes da SEDUH (DIUR Entreblocos ministeriais) tratam essas áreas públicas em torno dos edifícios de forma integrada, abrangendo calçadas, acessos, conexões principais, estacionamentos e áreas livres. O próprio documento registra, nas áreas livres junto aos Ministérios, a presença de dois eixos principais de percurso de pedestres, o que evidencia a centralidade da circulação e da continuidade espacial para a experiência cotidiana do território.

No plano do uso e da acessibilidade, o diagnóstico deve reconhecer que a intensidade de circulação de servidores, visitantes e usuários produz exigências específicas sobre passeios, travessias, rampas, conexões com acessos principais e organização do espaço público. As diretrizes da SEDUH apontam, inclusive, a inadequação de parte dessas áreas quanto à acessibilidade, à padronização da organização espacial, ao mobiliário, aos materiais e à manutenção, incluindo a vegetação. Esse quadro evidencia que a leitura diagnóstica da Esplanada precisa identificar descontinuidades, estreitamentos, conflitos entre fluxos e obstáculos à utilização autônoma e segura do espaço público.

Outra dimensão relevante do diagnóstico refere-se às relações entre superfícies pavimentadas, áreas livres, estacionamentos e desempenho ambiental do território. A presença de extensas áreas impermeabilizadas, associada ao uso intensivo dos espaços externos e à necessidade de requalificação das áreas não edificadas no nível do solo, exige atenção às condições de drenagem, escoamento superficial, conforto ambiental e permanência. Aqui, o diagnóstico deve reconhecer as áreas de maior sensibilidade e os pontos em que a configuração atual do território compromete a qualidade de uso, sem ainda definir a solução a ser adotada.

A dimensão paisagística e microambiental também integra esse diagnóstico. O Manual Orientativo – Conjunto dos Ministérios e Anexos do IPHAN registra que as intervenções nas áreas externas abrangem acessibilidade, tratamento da área pública e paisagismo externo aos blocos, utilizando como referência as plantas de sistema viário e de locação da Esplanada. As diretrizes da SEDUH, por sua vez, destacam a presença de áreas ajardinadas, canteiros lineares e vegetação complementar nos espaços públicos. Diagnosticar essas condições significa observar não apenas a

presença física desses elementos, mas sua capacidade efetiva de qualificar ambiência, sombreamento, continuidade espacial e permanência.

Por fim, o diagnóstico deve ser entendido como base de articulação entre leitura do território e tomada de decisão. É a partir dele que se tornam mais nítidos os pontos críticos e os potenciais de requalificação relacionados à circulação, à acessibilidade, à permanência, ao paisagismo, ao conforto ambiental e ao suporte ao uso público. Sua função, portanto, não é prescrever, mas oferecer base objetiva para que as diretrizes técnicas dos capítulos seguintes avancem com maior aderência ao território e maior coerência com a singularidade da Esplanada dos Ministérios.

Para tornar mais objetiva a leitura diagnóstica do território, apresenta-se, a seguir, uma síntese dos principais eixos de observação física, territorial e ambiental incidentes sobre a Esplanada dos Ministérios e de suas implicações para a requalificação do espaço público.

Tabela 02 – Síntese do diagnóstico físico, territorial e ambiental da Esplanada dos Ministérios

Eixo de análise	**Questões observadas**	**Implicação para a requalificação**
Organização física dos entreblocos	Calçadas, acessos, conexões principais, estacionamentos, áreas livres e continuidade dos percursos	Exige leitura integrada da configuração espacial e dos fluxos cotidianos
Uso, circulação e acessibilidade	Intensidade de circulação, descontinuidades, estreitamentos, conflitos entre fluxos e obstáculos ao uso autônomo	Orienta a requalificação das condições de deslocamento, travessia, permanência e orientação
Superfícies pavimentadas e desempenho ambiental	Impermeabilização, escoamento superficial, drenagem e conforto ambiental	Evidencia áreas sensíveis para melhoria do desempenho ambiental e da qualidade de uso
Paisagem e microambiente	Áreas ajardinadas, canteiros, vegetação, sombreamento e ambiência	Reforça o papel da paisagem na permanência, na continuidade espacial e na qualificação ambiental

Fonte: Autores (2026)

CAPÍTULO 7 – INFRAESTRUTURA URBANA, ACESSIBILIDADE E USO PÚBLICO

7.1 Pavimentação e drenagem sustentável

O projeto de requalificação precisa compreender a pavimentação e a drenagem como partes do funcionamento ambiental e urbano do espaço público, articulando circulação, permanência, escoamento, infiltração, manutenção e proteção das interfaces com as edificações. Essa abordagem é coerente com as diretrizes da SEDUH para os entreblocos ministeriais, que tratam calçadas, acessos, estacionamentos, conexões principais e áreas livres como partes integradas de um mesmo sistema espacial, e com o Manual Orientativo do IPHAN, que estende o tratamento projetual às áreas externas, acessos, calçadas, rampas e paisagismo do entorno imediato dos blocos.

A escolha das soluções de pavimentação deve partir do uso previsto, das cargas atuantes, da condição do solo, da declividade da área, da relação entre superfície pavimentada e área de contribuição e do comportamento hidráulico esperado para cada trecho. Isso significa que o revestimento não pode ser definido apenas por aparência ou conveniência executiva. Ele deve responder, ao mesmo tempo, à exigência de suporte físico do uso e à necessidade de conduzir, reter ou infiltrar a água de forma compatível com o local.

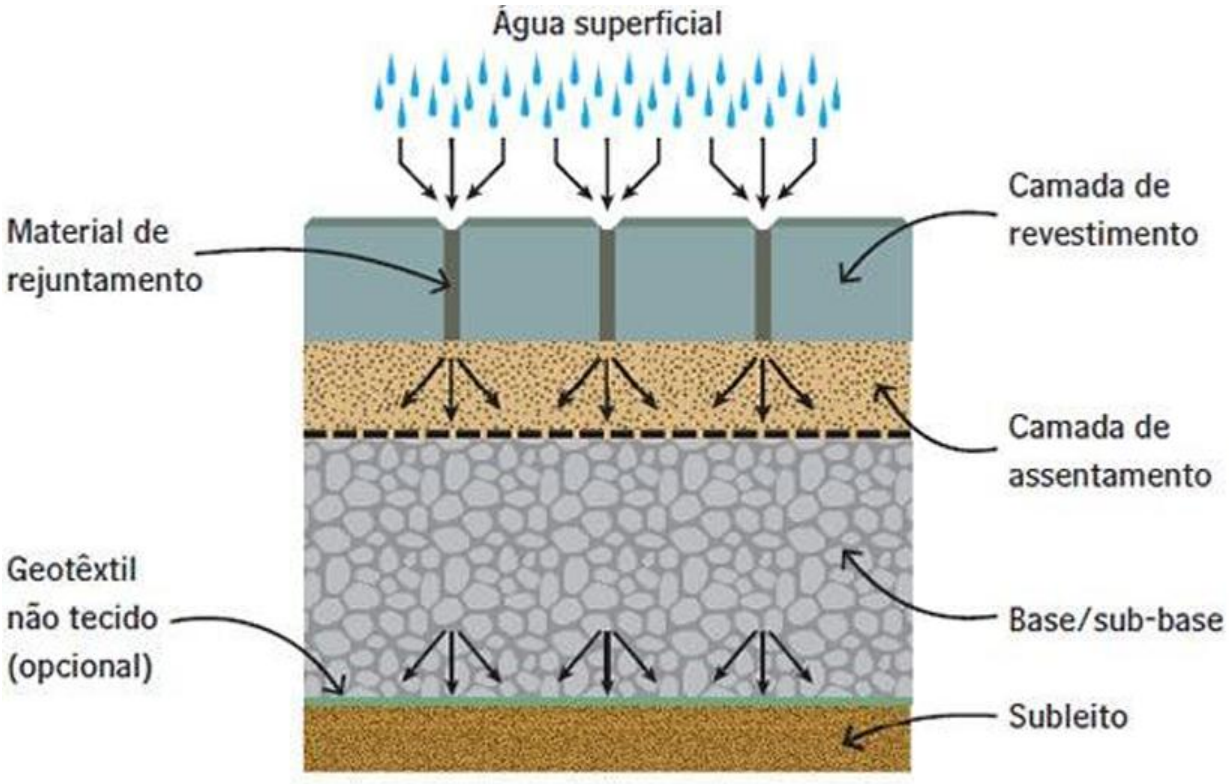
Nesse contexto, a impermeabilização descontrolada das áreas entreblocos deve ser evitada. Quando grandes superfícies estanques são introduzidas sem tratamento adequado da drenagem, o escoamento superficial tende a se concentrar e a ser conduzido involuntariamente para pontos sensíveis do conjunto, inclusive junto aos acessos, rampas e interfaces com os blocos ministeriais. Em uma área como a Esplanada, isso representa não apenas perda de desempenho ambiental, mas risco concreto de desconforto de uso, formação de pontos de empoçamento, erosão localizada e direcionamento indevido das águas para o entorno imediato, ou até mesmo para o interior das edificações. A lógica mais responsável, portanto, é controlar a água o mais próximo possível do ponto onde ela incide, desacelerando seu escoamento e reduzindo sua concentração. Essa abordagem converge com as técnicas de drenagem com controle na fonte, voltadas à retenção e à infiltração das águas pluviais para diminuir o escoamento superficial e aproximar o comportamento hídrico de condições menos impermeabilizadas.

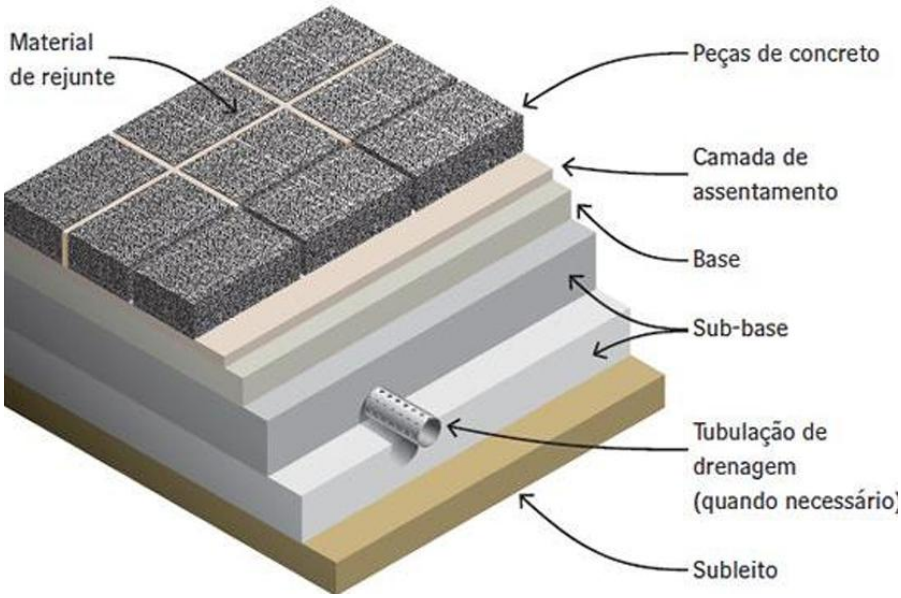
Por essa razão, o projeto deve buscar minimizar a impermeabilização e preservar o máximo possível da permeabilidade do solo. As superfícies de maior estanqueidade devem ficar restritas às situações em que sejam efetivamente indispensáveis ao uso, à durabilidade ou ao desempenho estrutural da área. Nos demais casos, devem ser priorizadas soluções permeáveis ou semipermeáveis compatíveis com o tráfego previsto, com a manutenção e com a composição do espaço público. Essa diretriz se

alinha ao PPCUB, que exige a manutenção das áreas não edificadas no nível do solo como áreas públicas e garante a permeabilidade na circulação de pedestres, e também à literatura técnica sobre pavimentos permeáveis, que destaca sua contribuição para reduzir o escoamento superficial, retardar a chegada da água ao sistema de drenagem e manter a área útil do terreno sem agravar a impermeabilização urbana.

Quando adotados sistemas permeáveis, sua especificação deve considerar o funcionamento integrado de toda a estrutura do pavimento, e não apenas a capacidade de infiltração do revestimento. Revestimento, camada de assentamento, base, sub-base, contenções, transições, bordas e eventuais dispositivos de drenagem complementar precisam operar como um conjunto. A solução só é tecnicamente consistente quando o desempenho hidráulico estiver compatibilizado com o desempenho estrutural e com as condições locais de implantação. Os referenciais técnicos sobre pavimento permeável indicam, inclusive, que a seção-tipo deve considerar base, sub-base e, quando necessário, tubulação de drenagem, além da definição do tipo de infiltração do sistema, se é total, parcial ou sem infiltração, em função das características do solo e da drenagem pretendida.

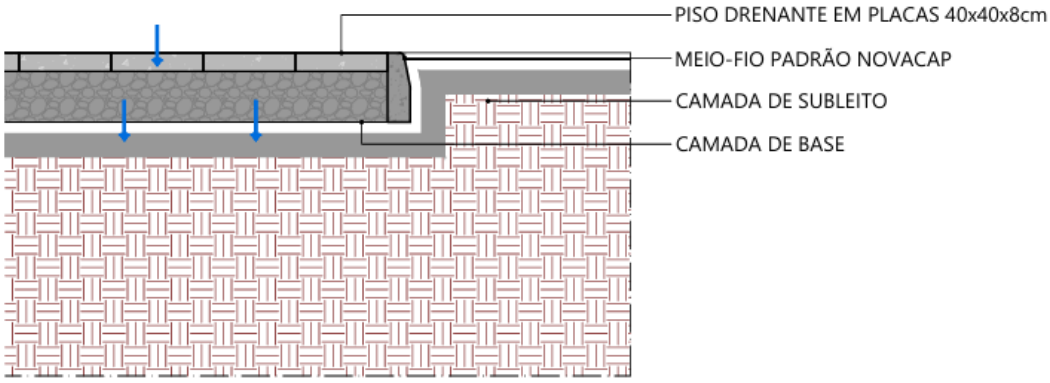
Figura 21 – Seção-tipo de pavimentação permeável e drenagem sustentável





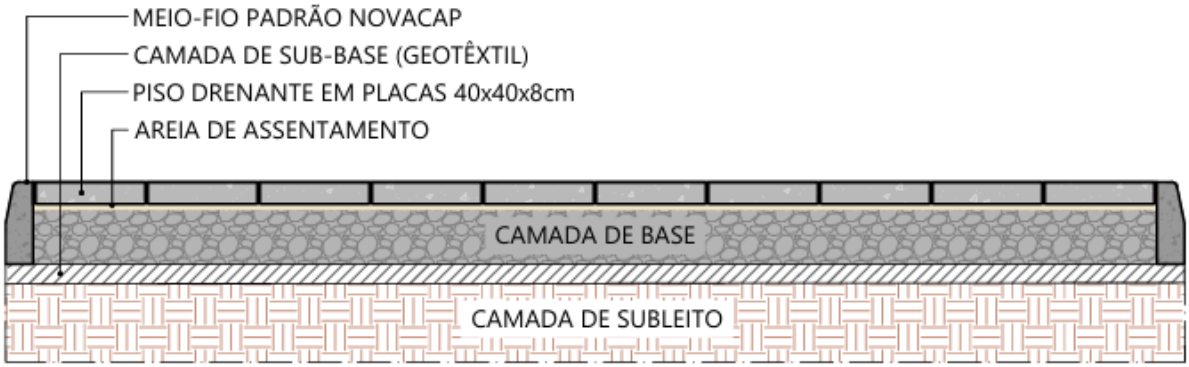
Fonte: Guia de Técnicas Sustentáveis em Drenagem Urbana (UFMS) (2017)

Figura 22 – Pavimento Permeável (Concreto Drenante)



Fonte: Autores (2026)

Figura 23 – Pavimento Permeável (Intertravado)



Fonte: Autores (2026)

Nas áreas em que a solução permeável não se mostrar adequada, o projeto convencional deverá, ainda assim, resolver o encaminhamento das águas pluviais, evitando que a pavimentação funcione apenas como superfície de lançamento. Inclinações, encontros de materiais, sarjetas, caixas, grelhas e pontos de captação precisam ser definidos em continuidade com o desenho do espaço livre, sem criar barreiras ao deslocamento, descontinuidades nos percursos ou conflitos com mobiliário, canteiros, travessias e acessos. Nessa interface, pode ser recomendável o uso de grelhas lineares de concreto ou dispositivos equivalentes entre as áreas entreblocos e os blocos ministeriais, especialmente quando houver necessidade de interceptar o escoamento antes que ele alcance faixas sensíveis junto às edificações. Esses elementos, porém, devem ser parte da concepção do projeto, e não solução corretiva introduzida posteriormente.

A sustentabilidade da pavimentação não se esgota na escolha de materiais drenantes. Ela depende da coerência entre concepção, execução, operação e manutenção. Soluções de difícil inspeção, alta sensibilidade à obstrução ou baixa durabilidade tendem a comprometer rapidamente o desempenho do sistema. O projeto deve, portanto, prever, desde o início, condições adequadas de conservação futura, detalhando encontros, transições, contenções e formas de acesso aos elementos de drenagem, de modo a favorecer limpeza, inspeção e reparos sem perda de desempenho.

Em síntese, o projeto de pavimentação e drenagem sustentável deve transformar o pavimento em infraestrutura ativa da requalificação. Na Esplanada, isso significa adotar soluções que sustentem o uso cotidiano, preservem a legibilidade do espaço, reduzam a impermeabilização desnecessária, controlem o escoamento superficial no próprio local e protejam, com responsabilidade técnica, as interfaces entre o espaço público e as edificações. Não se trata apenas de escolher entre pavimento convencional ou permeável, mas de projetar o chão como parte do equilíbrio entre uso, paisagem, conservação e desempenho ambiental.

O quadro a seguir reúne referências normativas e técnicas pertinentes ao projeto de pavimentação e drenagem sustentável no contexto da Esplanada dos Ministérios. Trata-se de instrumento de caráter orientativo, elaborado para subsidiar a formulação e a compatibilização das soluções, sem pretensão de exaurir o conjunto de documentos aplicáveis a cada situação. A responsabilidade pela verificação da vigência, atualização, pertinência e suficiência das referências adotadas, bem como pela observância de normas complementares, requisitos específicos dos órgãos competentes e demais condicionantes incidentes sobre o projeto, permanece atribuída ao projetista.

Tabela 03 – Referências transversais aplicáveis às diretrizes do Capítulo 7

Documento	Contribuição principal	Pontos de checagem
Lei Complementar nº 1.041/2024 - PPCUB	Enquadra as intervenções no regime urbanístico e de preservação da Esplanada dos Ministérios.	Manutenção das áreas públicas não edificadas; preservação da escala monumental; permeabilidade da circulação de pedestres; compatibilidade das soluções com a lógica territorial e paisagística do conjunto.
DIUR Entreblocos ministeriais (SEDUH)	Orienta o tratamento integrado das áreas públicas entre os blocos ministeriais.	Compatibilização entre calçadas, estacionamentos, praças, percursos, áreas de estar e conexões principais; integração entre infraestrutura, circulação e uso público.
Manual Orientativo -Conjunto dos Ministérios e Anexos (IPHAN)	Vincula as soluções à preservação do conjunto tombado e aos critérios de intervenção do IPHAN.	Compatibilidade material e formal; mínima intervenção; padronização; integração entre áreas externas, acessos, rampas, marquises, paisagismo e entorno imediato dos blocos.
Plano Diretor de Logística Sustentável – PLS 2024–2026	Oferece lastro institucional para racionalização de recursos e sustentabilidade, sem substituir as normas técnicas de projeto.	Coerência entre especificação de equipamentos eficientes, durabilidade, racionalização de consumo e sustentabilidade institucional.

Fonte: Autores (2026)

Tabela 04 – Referências aplicáveis ao projeto de pavimentação e drenagem sustentável

Documento	Contribuição principal	Pontos de checagem
NBR 16416 - Pavimentos permeáveis de concreto	Define requisitos de projeto, execução, inspeção e manutenção de pavimentos permeáveis de concreto.	Dimensionamento mecânico e hidráulico; tipo de infiltração; camadas e materiais; manutenção da permeabilidade.
NBR 15953 - Pavimento intertravado com peças de concreto	Rege a execução do pavimento intertravado com peças de concreto.	Assentamento; rejuntamento; compactação; confinamento; acabamento.
NBR 9781 - Peças de concreto para pavimentação	Define requisitos e ensaios para aceitação das peças de concreto.	Controle de qualidade; conformidade dimensional; desempenho; adequação ao uso.
NBR 15115 - Agregados reciclados de resíduos sólidos da construção civil	Orienta a execução de camadas com agregados reciclados, quando adotados.	Execução das camadas; controle tecnológico; recebimento; desempenho do material reciclado.
Guia de Técnicas Sustentáveis em Drenagem Urbana - UFMS	Reforça a integração entre pavimentação, infiltração e controle do escoamento superficial.	Drenagem integrada ao espaço; manutenção da permeabilidade; redução do escoamento; técnicas de controle na fonte.

Fonte: Autores (2026)

7.2 Circulação, caminhos e acessibilidade universal

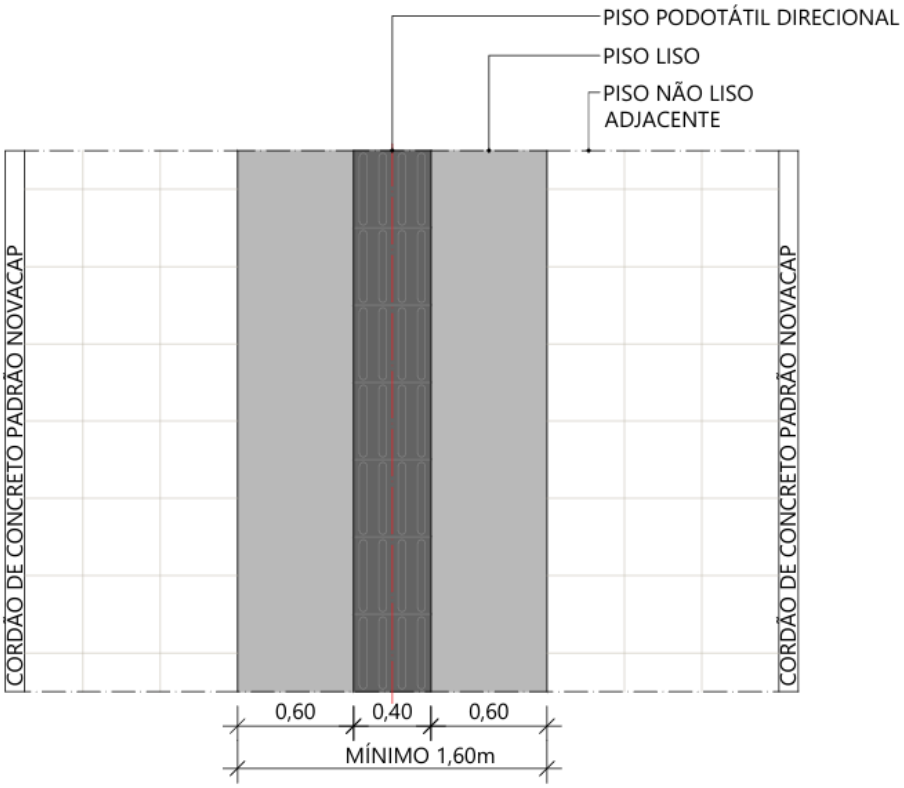
Na Esplanada, caminhos, travessias, acessos e áreas de transição não funcionam apenas como faixas de passagem: eles definem como o território é lido, atravessado e utilizado no cotidiano. Interessa, portanto, concebê-los como sistema claro, seguro e acessível, capaz de articular deslocamento, permanência e aproximação às edificações, sem perder a legibilidade do conjunto.

Um desafio recorrente nesses ambientes está na adoção de soluções isoladas, sem articulação entre si. Rampa mal posicionada, rebaixamento desconectado da travessia, piso tátil interrompido, faixa livre ocupada por mobiliário ou percurso acessível que se perde ao chegar ao edifício são situações que comprometem o uso cotidiano. Para evitar esse tipo de fragmentação, convém estruturar percursos completos, conectando estacionamentos, áreas de embarque e desembarque, passeios, travessias, acessos principais e espaços de uso coletivo em sequência clara, funcional e coerente com a organização do espaço público.

Na área dos entreblocos, essa organização deve considerar a integração entre os blocos e a hierarquia de usos, destacadas no Capítulo 5, pois a definição dos percursos, acessos e áreas de permanência depende da leitura articulada entre os diferentes setores do espaço público e das funções que neles se concentram. Também depende da forma como esses usos se relacionam ao longo do percurso, especialmente nas transições entre circulação, chegada, espera e acesso às edificações.

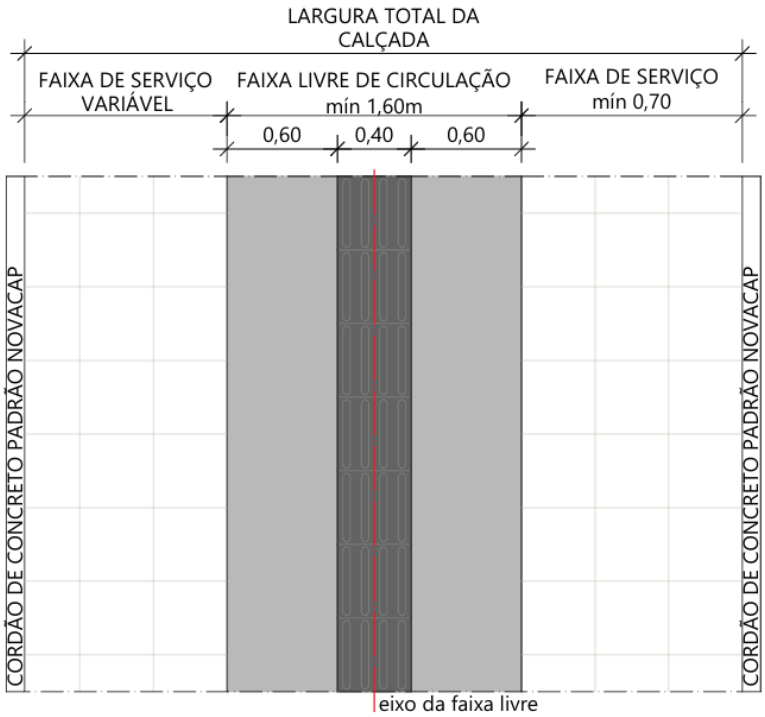
Um primeiro cuidado está na continuidade do deslocamento. Recomenda-se preservar faixas livres desobstruídas, com largura compatível com o fluxo esperado, regularidade superficial, inclinações bem resolvidas e transições cuidadosas entre pisos, grelhas, caixas, rampas e travessias. Postes, bancos, lixeiras, floreiras, placas e outros elementos de apoio tendem a funcionar melhor quando posicionados fora da faixa principal de passagem, evitando estreitamentos, desvios forçados e conflitos perceptivos. Em um conjunto linear e de grande escala como a Esplanada, pequenos erros de implantação se acumulam e prejudicam a experiência do caminhar.

Figura 24 – Sinalização tátil direcional em piso com faixa lateral com piso liso complementar



Fonte: Autores (2026)

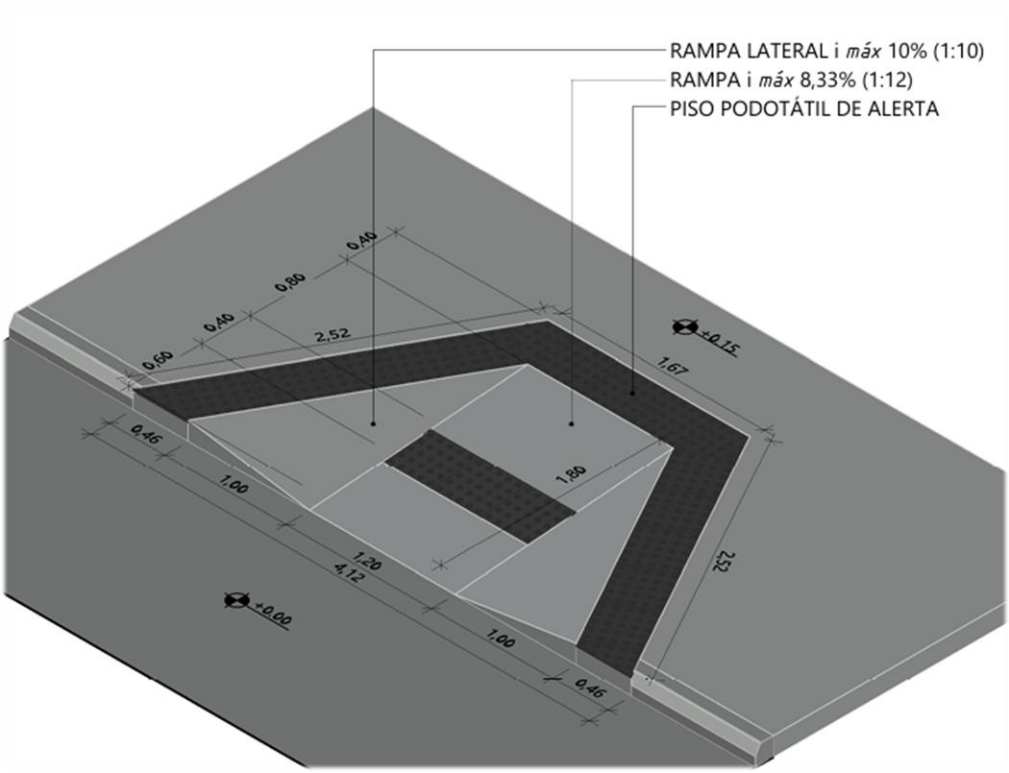
Figura 25 – Sinalização tátil no eixo da faixa livre de circulação com largura ≥ 1,60 m



Fonte: Autores (2026)

A orientação perceptiva constitui outro aspecto decisivo. Sinalização tátil e contrastes de piso tendem a ser mais eficazes quando empregados de forma precisa, nos pontos em que realmente ajudam a orientar, alertar ou organizar o deslocamento: travessias, mudanças de direção, acessos, encontros de caminhos e situações de risco. Em vez de sobrecarregar o ambiente com informação excessiva, convém que esses recursos reforcem a leitura do caminho e se integrem ao desenho do piso e à faixa livre de circulação.

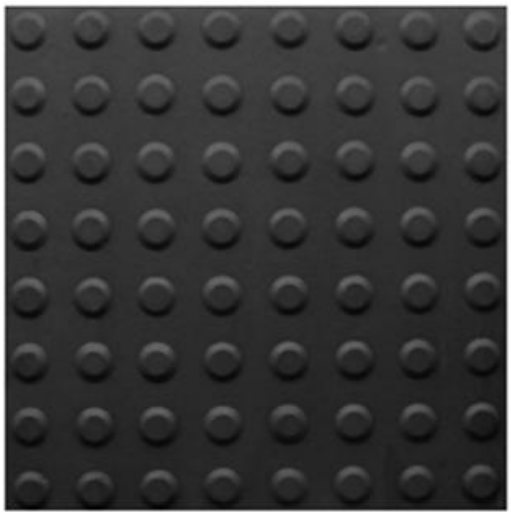
Figura 26 – Rampa acessível



Fonte: Autores (2026)

Também é importante compatibilizar a circulação acessível com o funcionamento dos estacionamentos, baias e áreas de embarque e desembarque. Quando houver vagas reservadas, sua localização tende a ser mais eficiente quando vinculada à rota acessível e posicionada de forma a reduzir a distância até os acessos principais. Da mesma forma, saídas de garagem, entradas de veículos e áreas de conflito costumam exigir tratamento mais cuidadoso, para que a lógica do automóvel não interrompa nem desorganize o percurso do pedestre.

Figura 27 – Piso tátil alerta



Fonte: Governo do Estado do Ceará (2008)

Figura 28 – Piso tátil direcional



Fonte: Governo do Estado do Ceará (2008)

Projetar circulação, caminhos e acessibilidade universal na Esplanada significa organizar trajetos que funcionem de fato no uso cotidiano. Para além de atender exigências de forma isolada, interessa construir deslocamentos claros, contínuos, confortáveis e inclusivos, compatíveis com a escala do conjunto e com a experiência real de quem o atravessa. Quando bem resolvida, a circulação deixa de ser apenas infraestrutura de passagem e passa a constituir parte essencial da qualidade do espaço livre.

O quadro a seguir reúne referências normativas e técnicas pertinentes ao projeto de circulação, caminhos e acessibilidade universal no contexto da Esplanada dos Ministérios. Trata-se de instrumento de caráter orientativo, elaborado para subsidiar a formulação e a compatibilização das soluções, sem pretensão de exaurir o conjunto de documentos aplicáveis a cada situação. A responsabilidade pela verificação da vigência, atualização, pertinência e suficiência das referências adotadas, bem como pela observância de normas complementares, requisitos específicos dos órgãos competentes e demais condicionantes incidentes sobre a proposta, permanece atribuída ao projetista.

Tabela 05 – Referências normativas e técnicas aplicáveis ao projeto de circulação, caminhos e acessibilidade universal

Documento	Contribuição principal	Pontos de checagem
ABNT NBR 9050 – Acessibilidade	Reúne critérios gerais de acessibilidade aplicáveis ao espaço público e às rotas acessíveis	Faixa livre; largura de circulação; travessias; rebaixamentos; rampas; rota acessível; vagas reservadas; circulação de pedestres em estacionamentos
ABNT NBR 16537:2024 – Sinalização tátil no piso	Orienta a elaboração de projeto e a instalação da sinalização tátil direcional e de alerta	Localização da sinalização tátil; continuidade do percurso; mudanças de direção; pontos de risco; integração com a faixa livre de circulação
Guia de Acessibilidade: Espaço Público e Edificações	Apoia a leitura aplicada do desenho universal no espaço público	Larguras de circulação; travessias; esquinas; locação de mobiliário; posicionamento de obstáculos fora da faixa de travessia; conforto e segurança do pedestre

Fonte: Autores (2026)

7.3 Mobiliário urbano, estruturas de sombra e apoio ao uso público

A permanência no espaço público depende menos da quantidade de elementos instalados e mais da forma como elas se relacionam entre si, se distribuem no território e respondem às necessidades reais de quem utiliza o lugar. Na Esplanada, bancos, lixeiras, paraciclos, estruturas de sombra, suportes informativos e demais dispositivos tendem a produzir melhores resultados quando integrados à lógica do percurso, dos pontos de espera, das áreas de estar e das aproximações às edificações, e não tratados como acréscimo tardio ao projeto.

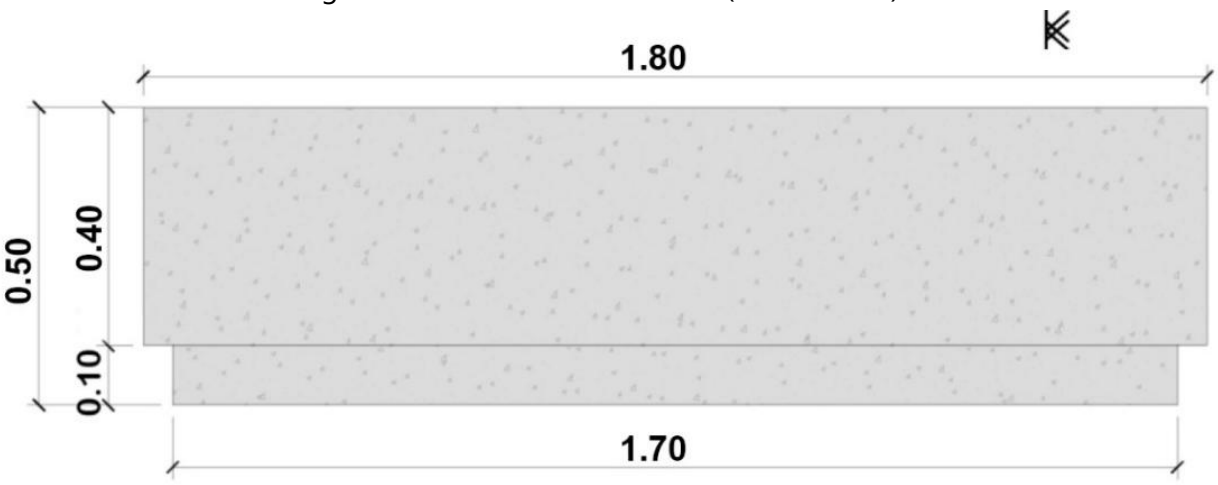
Um problema frequente, nesse tipo de ambiente, está no acúmulo de elementos implantados sem relação clara com a situação que deveriam atender. Banco fora da lógica do percurso, lixeira ocupando a faixa livre, sombra dissociada da área de permanência ou totem posicionado como obstáculo costumam gerar ambientes mais carregados, menos legíveis e menos confortáveis. Convém, portanto, que cada item seja proposto a partir de uma pergunta objetiva: para quem, onde e para atender a que necessidade ela está sendo inserida.

Na área dos entreblocos, essa definição deve dialogar com a integração entre os blocos, com a hierarquia de usos, destacada no Capítulo 5, e com a organização da circulação tratada no item anterior. Também convém considerar que a SEDUH já consolidou referências de mobiliário urbano que orientam as intervenções na Esplanada, favorecendo a adoção de soluções compatíveis com o conjunto e evitando a justaposição de peças heterogêneas ou improvisadas.

Um primeiro cuidado está na disposição do mobiliário em relação ao percurso. Bancos, lixeiras, floreiras, totens, suportes para bicicleta e outros componentes não devem ocupar a faixa principal de deslocamento nem gerar estreitamentos, desvios forçados ou conflitos com rampas, travessias e acessos. Em geral, o posicionamento é mais eficiente quando esses itens ficam vinculados às faixas de serviço, aos alargamentos do passeio ou às áreas de estar, preservando a fluidez da circulação e a leitura do espaço.

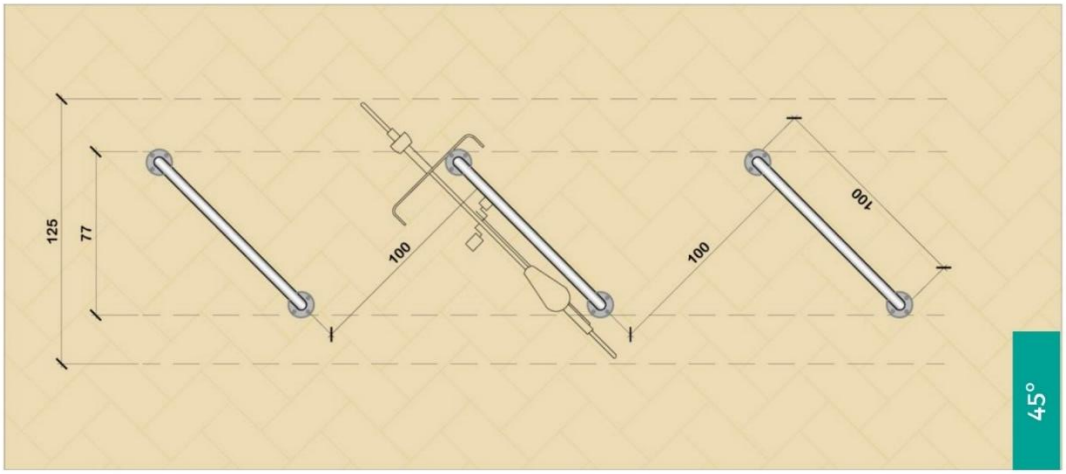
Outro ponto importante diz respeito à permanência com conforto. Em um conjunto de grande escala e forte exposição climática como a Esplanada, essa questão se torna ainda mais sensível durante o período de seca em Brasília, quando a combinação entre insolação intensa, baixa umidade e longos percursos amplia a necessidade de pontos de apoio, espera e abrigo. Nessa condição, bancos, estruturas de sombra, marquises e demais dispositivos de proteção contra intempéries tendem a ser mais eficazes quando associados a áreas de espera, travessia, embarque e desembarque, pontos de estar e setores de apoio ao cotidiano.

Figura 29 – Bancos em Concreto (Vista Lateral)



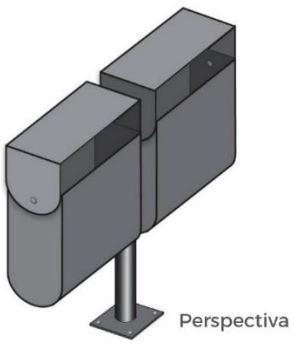
Fonte: Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação (2017)

Figura 30 – Paraciclos



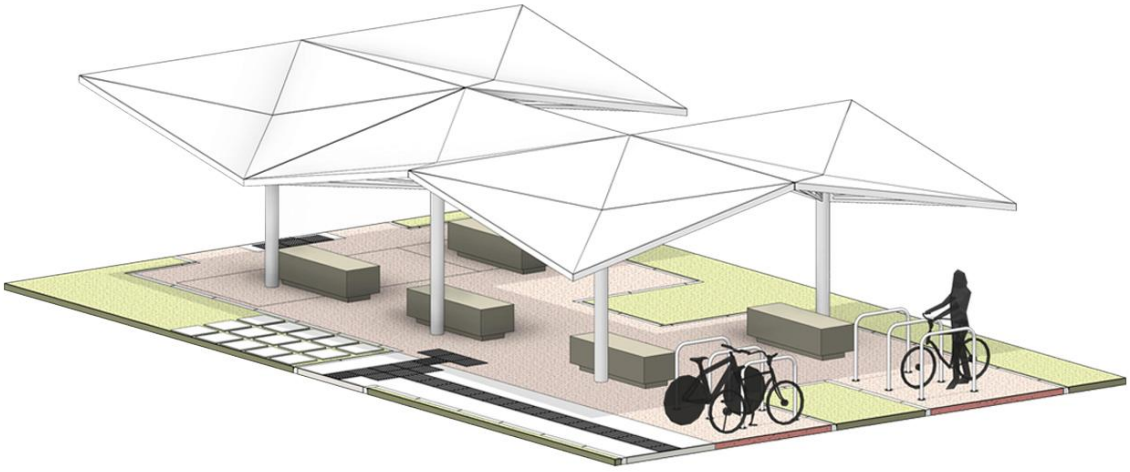
Fonte: Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação (2017)

Figura 31 – Lixeiras



Fonte: Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação (2017)

Figura 32 – Visão conceitual da proposta da estrutura de sombra



Fonte: Autores (2026)

Também convém tratar esses suportes de forma mais ampla, incluindo informação, orientação e recursos complementares ao espaço livre. Nesse campo, elementos como totens multifuncionais, suportes informativos e recursos eventuais de conectividade podem ser úteis quando vinculados a pontos de permanência, encontro ou apoio à leitura do lugar. Seu valor, contudo, depende menos da quantidade de dispositivos instalados e mais da localização, da clareza de uso e da compatibilização com a paisagem e com a circulação.

Esses elementos também podem contribuir para a fruição pública e turística da área. Embora sua função principal seja apoiar o uso cotidiano, a presença de pontos de sombra, informação e orientação tende a tornar o espaço mais acolhedor e compreensível para visitantes, ampliando as condições de permanência e leitura do conjunto monumental. Ao tornar o ambiente mais utilizável e confortável, também se favorece sua apropriação por quem o frequenta ocasionalmente, inclusive em contexto de visitação.

Figura 33 – Busto Institucional



Fonte: Roque de Sá/Agência Senado (2022)

Figura 34 – Totem Multifuncional



Fonte: Smart Toten (2026)

Além do uso cotidiano e da fruição turística, esses elementos também podem contribuir para o suporte a usos temporários e situações de ativação do espaço público, como ações institucionais e atividades educativas. Nesses casos, estruturas de sombra, pontos de estar, suportes informativos e recursos de apoio tendem a ampliar as condições de acolhimento, orientação e permanência, sem que isso implique descaracterização do conjunto ou sobrecarga do espaço livre.

Também vale considerar, desde o início, a manutenção e a durabilidade. Peças de difícil reposição, materiais muito sensíveis à ação do tempo, estruturas que dificultem limpeza ou componentes que acumulem resíduos rapidamente tendem a comprometer o desempenho da área ao longo do tempo. Em espaços de uso intensivo, a escolha costuma ser mais acertada quando combina resistência, facilidade de manutenção, conforto e boa inserção no conjunto.

O quadro a seguir reúne referências normativas e técnicas pertinentes ao projeto de mobiliário urbano, estruturas de sombra e apoio ao uso público no contexto da Esplanada dos Ministérios. Trata-se de instrumento de caráter orientativo, elaborado para subsidiar a formulação e a compatibilização das soluções, sem pretensão de exaurir o conjunto de documentos aplicáveis a cada situação. A responsabilidade pela verificação da vigência, atualização, pertinência e suficiência das referências adotadas, bem como pela observância de normas complementares, requisitos específicos dos órgãos competentes e demais condicionantes incidentes sobre a proposta,

permanece atribuída ao projetista.

Tabela 06 – Referências normativas e técnicas aplicáveis ao projeto de mobiliário urbano, estruturas de sombra e apoio ao uso público

Documento	Contribuição principal	Pontos de checagem
ABNT NBR 9050 – Acessibilidade	Reúne critérios gerais para mobiliário urbano acessível e sua relação com a rota acessível	Localização fora da faixa livre; segurança e autonomia de uso; áreas de aproximação; assentos públicos; lixeiras; pontos de embarque e desembarque
Portaria nº 59, de 5 de setembro de 2013	Aprova modelos de mobiliários urbanos para implantação nas zonas urbanas do Distrito Federal	Modelos de paraciclo, lixeira e gola de árvore; adoção de peças padronizadas; redução de improvisações e heterogeneidade excessiva

Fonte: Autores (2026)

CAPÍTULO 8 – PAISAGISMO, CONFORTO AMBIENTAL E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

8.1 Vegetação, implantação e manejo hídrico sustentável

Na Esplanada, a vegetação participa diretamente da forma como o espaço é percebido, percorrido e utilizado. Em um território amplo e marcado pela alternância entre estação chuvosa e período seco intenso, ela define limites, qualifica áreas de permanência, orienta percursos e torna o ambiente mais habitável. Seu desenho, portanto, precisa dialogar com a circulação, drenagem, solo, acessos e com a lógica espacial dos entreblocos.

As diretrizes da SEDUH e o Manual Orientativo do IPHAN reconhecem o paisagismo externo aos blocos como parte do tratamento das áreas públicas, associando canteiros lineares, traçados ortogonais e implantação articulada com calçadas, acessos e percursos já existentes. Nesse contexto, a vegetação deixa de ocupar um papel residual e passa a contribuir diretamente para a organização do espaço.

Na prática, o paisagismo funciona melhor quando a sua concepção acompanha a modulação dos entreblocos, preserva a clareza dos percursos e reforça a leitura do conjunto. Canteiros que não apresentam uma boa relação com os acessos, as travessias e as áreas de permanência tendem a fragmentar o espaço e a tornar a manutenção mais complexa. Por isso, a implantação da vegetação deve ser feita com lógica, articulando limites, transições, áreas de permanência e pontos de apoio.

Na área dos entreblocos, essa implantação precisa dialogar com a integração entre os blocos, com a hierarquia de usos, discutida anteriormente, e com a lógica espacial já reconhecida pela SEDUH e pelo IPHAN em seus documentos orientadores.

As imagens a seguir apresentam espécies adotadas como referência no projeto-piloto e ajudam a visualizar como diferentes espécies podem atuar na composição desses espaços, seja na cobertura do solo, no sombreamento, na estruturação de canteiros ou no reforço da ambiência.

Figura 35 – Bromélias



Fonte: Autores (2026)

Figura 36 – Costela de Adão



Fonte: Autores (2026)

Figura 37 – Caliandras



Fonte: Autores (2026)

Figura 38 – Pau-Brasil



Fonte: Autores (2026)

Figura 39 – Grama São Carlos



Fonte: Autores (2026)

Figura 40 – Jasmim-Manga



Fonte: Autores (2026)

A seleção das espécies merece atenção especial, visto que no contexto da Esplanada convém priorizar espécies nativas do Cerrado e outras já adaptadas às condições de Brasília, capazes de enfrentar insolação intensa, baixa umidade no período seco e sazonalidade climática. As espécies adotadas como referência no projeto-piloto exemplificam diferentes funções no espaço, como cobertura do solo, sombreamento, estruturação de canteiros e reforço da ambiência. A escolha tende a ser mais consistente quando combina resistência, baixa manutenção e coerência com o local.

Essa seleção também pode reforçar referências muito associadas à experiência da cidade. Entre elas, destaca-se o reverdecimento da paisagem após as primeiras chuvas, quando a grama antes ressecada volta a ganhar cor e o espaço parece renovar-se. Trata-se de uma imagem profundamente ligada à vivência de Brasília: depois de meses de seca, o solo responde rapidamente à água, e a paisagem, até então opaca, readquire vitalidade. Esse ciclo evidencia que a paisagem não é estática; ela acompanha o tempo, marca as estações e confere identidade ao espaço livre.

Figura 41 – A sazonalidade da paisagem em Brasília: do período seco ao reverdecimento após as primeiras chuvas.



Fonte: Marcus Vinícios de Oliveira (2024)

O manejo hídrico sustentável precisa ser resolvido em conjunto com a implantação da vegetação. O problema que se discute aqui não é a existência do escoamento superficial em si, mas sim sua concentração excessiva e seu encaminhamento inadequado. Por isso, interessa compatibilizar vegetação, solo e drenagem de modo a favorecer a infiltração, onde for viável, reduzir volumes concentrados e distribuir

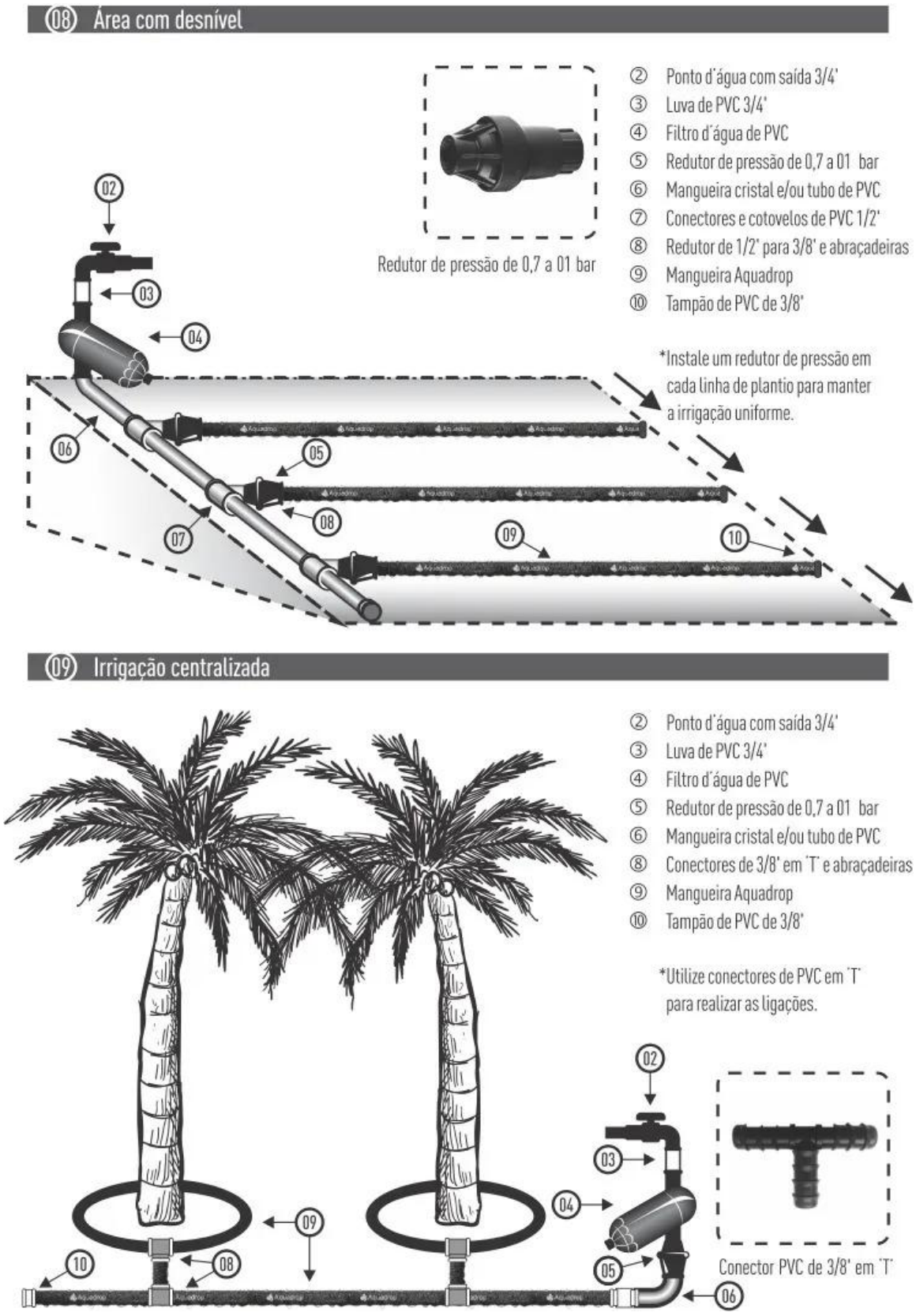
melhor o escoamento superficial.

Essa compatibilização é importante porque a sazonalidade climática exige conciliar resistência à estiagem com bom desempenho no período chuvoso. O projeto funciona melhor quando reduz a dependência de irrigação intensiva, preserva ao máximo a capacidade de infiltração do solo e associa a vegetação a soluções compatíveis com infiltração e drenagem.

Quando houver necessidade de irrigação permanente, convém adotar sistemas automatizados e compatíveis com as condições locais. As figuras a seguir devem ser lidas a título de exemplo de tipologia e arranjo técnico, sem vinculação a marcas, fabricantes ou fornecedores específicos. Nessa linha, a irrigação subterrânea por gotejamento, associada à automação e à filtragem, pode servir como referência útil para reduzir perdas e melhorar o controle da água aplicada. Em termos orientativos, publicações técnicas da Embrapa indicam que, em comparação ao gotejamento superficial, o gotejamento subterrâneo pode proporcionar economia de água da ordem de 10% a 15%, sobretudo em razão da menor evaporação, sem prejuízo de variações conforme solo, manejo, espécies e condições de operação.

Também é importante que o projeto preveja setorização com possibilidade de manutenção preventiva sem paralisação integral do sistema, com registros, filtros, válvulas e arranjos que permitam isolamento de trechos e operação por desvio quando necessário. Esse cuidado reduz o impacto das intervenções corretivas, facilita a limpeza e a reposição de componentes e preserva a continuidade do funcionamento. Ao mesmo tempo, reforça o uso racional da água, uma vez que a eficiência do sistema não depende apenas da tecnologia adotada, mas também da sua operação, monitoramento e manutenção ao longo do tempo.

Figura 42 – Diretrizes de montagem do sistema de irrigação subterrânea por gotejamento



Fonte: Aquadrop Agrociência (2026)

Antes da definição do traçado, deve ser feita verificação criteriosa do subsolo, com identificação de redes, galerias, lajes, estruturas enterradas e demais interferências existentes. Esse ponto exige atenção especial, sobretudo nas áreas com elementos

construídos abaixo da superfície, pois a implantação inadequada do sistema pode comprometer a proteção existente e favorecer infiltrações indesejadas, com risco de patologias futuras.

A vegetação também precisa ser pensada com horizonte de manutenção e evolução no tempo. Espécies incompatíveis com o local, canteiros de difícil acesso, sistemas de irrigação sem controle setorial ou áreas verdes sem estratégia de reposição tendem a comprometer rapidamente o desempenho da proposta. Em espaços públicos de uso intensivo, a solução costuma ser mais consistente quando combina resistência, facilidade de manejo e uso racional da água.

Assim, projetar vegetação, implantação e manejo hídrico sustentável na Esplanada significa tratar a paisagem como elemento ativo do espaço público, articulando espécies adaptadas às condições de Brasília, soluções de infiltração e drenagem, sistemas eficientes de irrigação e critérios de manutenção compatíveis com a escala e a permanência das intervenções.

O quadro a seguir reúne referências normativas e técnicas pertinentes ao projeto paisagístico, à implantação e ao manejo hídrico sustentável no contexto da Esplanada dos Ministérios. Trata-se de instrumento de caráter orientativo, elaborado para subsidiar a formulação e a compatibilização das soluções, sem pretensão de exaurir o conjunto de documentos aplicáveis a cada situação. A responsabilidade pela verificação da vigência, atualização, pertinência e suficiência das referências adotadas, bem como pela observância de normas complementares, requisitos específicos dos órgãos competentes e demais condicionantes incidentes sobre a proposta, permanece atribuída ao projetista.

Tabela 07 – Referências normativas e técnicas aplicáveis ao projeto paisagístico e ao manejo hídrico sustentável

Documento	Contribuição principal	Pontos de checagem
ABNT NBR 10844 – Instalações prediais de águas pluviais	Dá base normativa para captação e condução de águas pluviais em áreas associadas às edificações.	Captação e condução pluvial; articulação com áreas ajardinadas; compatibilização com a drenagem do entorno imediato das edificações.

DNIT 030/2004-ES – Drenagem: dispositivos de drenagem pluvial urbana	Orienta a implantação de dispositivos convencionais de microdrenagem urbana.	Grelhas, bocas de lobo, galerias e poços de visita; captação superficial; articulação entre áreas ajardinadas, pavimentação e rede de drenagem.
ABNT NBR ISO 9261 – Equipamentos de irrigação agrícola – Emissores e tubos emissores	Fundamenta a especificação de emissores e tubos emissores aplicáveis ao gotejamento subterrâneo.	Desempenho dos emissores; compatibilização com o sistema de gotejamento; requisitos funcionais do conjunto emissor.
ABNT NBR 16636-4 – Projeto de arquitetura paisagística	Organiza tecnicamente o desenvolvimento do projeto de arquitetura paisagística.	Compatibilização entre vegetação, solo, drenagem e irrigação; coerência técnica da solução paisagística.
Manejo da água de irrigação: Irrigação e fertirrigação em fruteiras e hortaliças (Embrapa, 2014)	Fundamenta o uso de sistemas mais eficientes de irrigação, inclusive gotejamento subterrâneo.	Redução de perdas por evaporação; economia de água em relação ao gotejamento superficial; automação; filtragem; compatibilização entre sistema, solo, manejo e espécies vegetais.

Guia de Técnicas Sustentáveis em Drenagem Urbana – UFMS	Apoia a integração entre paisagismo, infiltração, retenção e controle do escoamento superficial	Compatibilização entre vegetação, solo e drenagem; controle na fonte; redução da concentração do escoamento; favorecimento da infiltração onde viável

Fonte: Autores (2026)

8.2 Conforto térmico e microclima nos espaços públicos

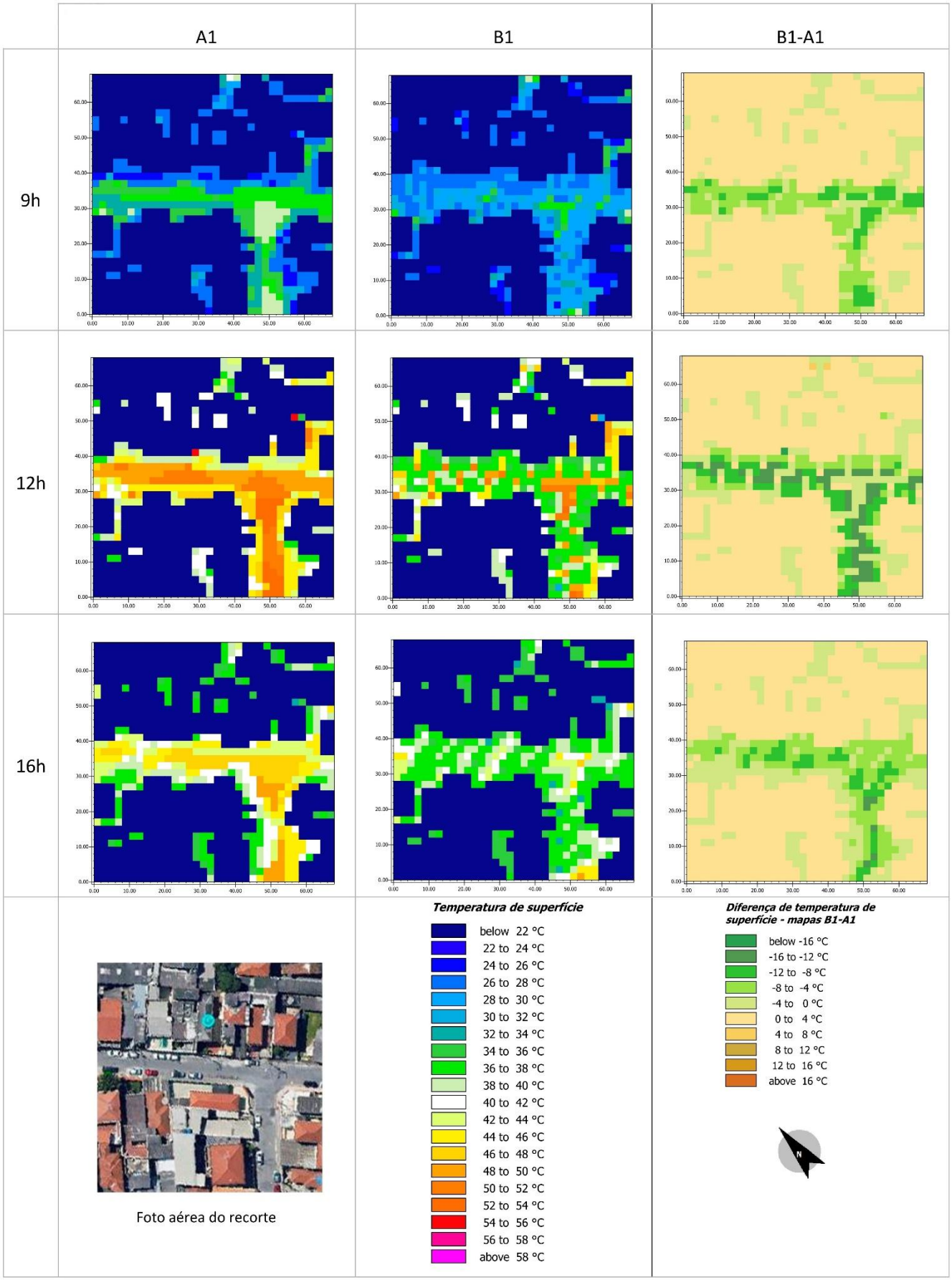
Em Brasília, a combinação entre seca prolongada, baixa umidade e forte incidência solar agrava o desconforto térmico nas áreas de permanência e aproximação aos edifícios. Nesses trechos, a requalificação do espaço público deve priorizar sombra, abrigo e melhores condições de uso ao longo do dia.

A revisão bibliográfica conduzida sobre conforto térmico indica, de forma consistente, que arborização e sombreamento reduzem o calor em espaços urbanos abertos. Estudos mostram que áreas arborizadas tendem a apresentar temperatura do ar mais baixa, maior umidade e superfícies menos aquecidas do que áreas excessivamente expostas. Em alguns casos, a redução da temperatura do ar chegou a 1,5°C, com aumento de até 6% na umidade relativa, além de menor aquecimento das superfícies. Ainda que esses resultados não tenham sido produzidos especificamente para a Esplanada dos Ministérios, eles fornecem base técnica suficiente para sustentar a adoção e preservação de soluções de mitigação térmica nos entreblocos.

Na figura a seguir, o cenário A1 representa a área em sua condição atual, sob condição climática simulada com acréscimo de 1°C na temperatura do ar. O cenário B1 representa a mesma área com acréscimo de 23 árvores, sob essa mesma condição climática. Já o quadro B1-A1 mostra a diferença entre os dois cenários e evidencia a redução da temperatura de superfície proporcionada pela arborização, com reduções de até 14°C no estudo de referência. A figura evidencia, de forma direta, que a vegetação não atua apenas como elemento compositivo, mas como recurso efetivo de moderação térmica em espaços urbanos abertos.

Áreas de estar, pontos de embarque e desembarque e acessos principais devem ser associados ao sombreamento produzido pela vegetação ou por estruturas construídas. Nesses pontos, arborização, marquises, estruturas de proteção e mobiliário de apoio precisam acompanhar os usos efetivos do espaço, e não apenas compor o desenho.

Figura 43 – Comparação da temperatura de superfície entre cenário de referência e cenário com reforço de arborização, com indicação da diferença térmica entre ambos



Fonte: SILVA (2023).

O desempenho térmico também depende da relação entre superfícies expostas e áreas sombreadas. Setores com maior cobertura vegetal tendem a oferecer condições mais equilibradas de uso do que trechos predominantemente pavimentados, como estacionamentos excessivamente expostos. Por isso, a distribuição de árvores e estruturas de proteção deve considerar os pontos em que o sol direto compromete a permanência e o deslocamento cotidiano. Nesse sentido, a vegetação interessa menos como composição paisagística isolada e mais como recurso de moderação térmica aplicado ao uso do espaço.

Áreas externas mais sombreadas tendem a melhorar a transição entre espaço aberto e edificação e a reduzir a incidência direta de calor sobre setores adjacentes. A mitigação térmica do espaço externo não atua isoladamente sobre o consumo energético, mas pode contribuir, de forma complementar, para estratégias mais amplas de uso racional de recursos, em consonância com a lógica de sustentabilidade institucional adotada pelo PLS/MGI.

Em síntese, projetar conforto térmico e microclima nos espaços públicos significa distribuir sombra de forma estratégica, proteger os pontos mais expostos e requalificar as áreas de espera e permanência. Quando bem resolvidas, essas medidas tornam os entreblocos mais utilizáveis, confortáveis e adequados ao cotidiano de quem circula e trabalha no conjunto ministerial.

8.3 Iluminação pública e infraestrutura elétrica

A iluminação pública deve ser tratada, nos entreblocos ministeriais, como parte da requalificação do espaço público. Em uma área marcada por percursos intensos de pedestres, acessos institucionais, áreas de espera e permanências eventuais, o sistema precisa assegurar leitura noturna clara, orientação, segurança e continuidade de uso, sem competir com a sobriedade espacial do conjunto. As próprias diretrizes urbanísticas para os entreblocos reconhecem a importância dos percursos, dos espaços de estar e dos pontos de ônibus na organização dessas áreas públicas.

A implantação do sistema deve partir da compatibilização com os condicionantes urbanísticos, patrimoniais e operacionais da área. Isso significa integrar iluminação, paisagismo, mobiliário, circulação e infraestrutura, evitando soluções isoladas ou superpostas. Nos entreblocos, a iluminação tende a funcionar melhor quando responde diretamente aos usos efetivos do espaço. Também convém considerar que determinados trechos podem receber usos temporários vinculados à vida institucional, com aumento pontual da concentração de pessoas, o que reforça a necessidade de soluções estáveis e previamente estruturadas, sem improvisação e sem perda de legibilidade espacial.

A infraestrutura elétrica associada ao sistema deve seguir, desde o início, as diretrizes

de projeto da distribuidora. A norma da Neoenergia Brasília para projeto de rede de distribuição de iluminação pública abrange vias e espaços de uso comum, como abrigos de transporte coletivo, praças, parques e jardins, e exige que, em redes subterrâneas, haja quadro exclusivo de medição, proteção e distribuição geral de circuitos para iluminação pública, com acesso independente e circuito exclusivo medido. A mesma norma estabelece que instalações passíveis de incorporação somente podem ser ligadas quando executadas conforme projeto aprovado. Isso exige que a iluminação seja concebida como infraestrutura completa, envolvendo luminárias, postes, braços, suportes, quadros, eletrodutos, cabos e demais componentes, e não como simples inserção pontual de equipamentos.

No caso dos entreblocos, o posteamento deve adotar modelo padronizado para todo o conjunto, de modo a assegurar unidade visual, simplificação executiva, racionalidade construtiva e maior facilidade de manutenção. Essa padronização não afasta a necessidade de ajuste fino da implantação conforme as características de cada trecho, mas evita a fragmentação de soluções e contribui para uma leitura mais ordenada e institucional do espaço livre.

Figura 44 – Modelo de posteamento a ser adotado nos entreblocos ministeriais.



Fonte: SONERES (2026)

Quanto às luminárias, a especificação deve priorizar equipamentos homologados e compatíveis com os padrões da CEB IPES. A NTIP 1.01 estabelece que o fornecimento e a instalação de luminárias LED devem buscar eficiência técnica e econômica, padronização e eficiência energética e luminotécnica, além de exigir avaliação das características fotométricas do conjunto completo da luminária. No contexto dos entreblocos, isso significa que a escolha dos equipamentos não deve se limitar à potência nominal ou à aparência do conjunto, mas considerar efetivamente distribuição luminosa, uniformidade, desempenho compatível com o uso previsto e integração com a infraestrutura projetada.

Também é importante que o sistema seja pensado com horizonte de operação e manutenção. A própria norma exige identificação legível e indelével das luminárias, com dados de fabricante, modelo, lote, potência, fluxo luminoso e identificação individualizada, além de garantia técnica mínima. Esse cuidado é especialmente relevante na Esplanada, onde a preservação da padronização, da rastreabilidade e da facilidade de substituição ajuda a evitar heterogeneidade, perda de controle sobre os equipamentos instalados e degradação progressiva do sistema.

Por fim, a iluminação pública deve combinar desempenho, integração espacial e racionalidade técnica. Isso envolve compatibilizar posteamento, luminárias, arborização, marquises, mobiliário e redes subterrâneas; atender aos padrões técnicos da distribuidora; e distribuir luz de forma coerente com os percursos, acessos e permanências efetivas do território. Também envolve adotar soluções eficientes e duráveis, em consonância com os princípios de racionalização de recursos e sustentabilidade já assumidos institucionalmente no PLS, sem deslocar este capítulo para temas de monitoramento e gestão continuada, que pertencem ao módulo seguinte.

Em síntese, a iluminação pública e a infraestrutura elétrica devem atuar como suporte discreto, confiável e tecnicamente consistente da vida cotidiana e institucional nos entreblocos. Quando bem resolvido, o sistema reforça a segurança, a legibilidade e a continuidade de uso do espaço público, inclusive em situações eventuais de maior ocupação, preservando unidade formal e coerência com o conjunto ministerial.

Tabela 08 – Referências normativas e técnicas aplicáveis ao projeto de iluminação pública e infraestrutura elétrica

Documento	Contribuição principal	Pontos de checagem
DIS-NOR-037 – Projeto de Rede de Distribuição de Iluminação Pública	Define critérios de projeto e construção da rede de iluminação pública da distribuidora, inclusive para espaços de uso comum, e disciplina a infraestrutura do sistema.	Quadro exclusivo de medição, proteção e distribuição em redes subterrâneas; circuito exclusivo medido; ligação apenas de instalações executadas conforme projeto aprovado; compatibilização da rede com futura incorporação pela distribuidora.

NTD 3.09 – Especificação de Materiais e Equipamentos de Iluminação Pública	Padroniza materiais e equipamentos do sistema de iluminação pública do Distrito Federal.	Postes e braços de aço; suportes de luminária; postes de concreto; quadros para comando; eletrodutos; cabos de energia; caixas de concreto para projetor.
NTIP 1.01 – Especificações e Homologação de Luminárias LED	Estabelece critérios mínimos para fornecimento, instalação e homologação de luminárias LED destinadas ao parque de iluminação pública do Distrito Federal.	Eficiência técnica e econômica; padronização; eficiência energética e luminotécnica; documentação técnica; homologação; ensaios; garantia.
ABNT NBR 5101 – Iluminação pública	Referência central para o desempenho luminotécnico do sistema de iluminação pública.	Níveis de iluminância, uniformidade e adequação da iluminação ao tipo de uso e à leitura noturna do espaço.
ABNT NBR 15129 – Luminárias para iluminação pública – Requisitos particulares	Define requisitos particulares aplicáveis às luminárias destinadas à iluminação pública.	Desempenho e características do equipamento; compatibilidade com ensaios e exigências técnicas da especificação adotada.
ABNT NBR 5410 – Instalações elétricas de baixa tensão	Referência geral para concepção segura das instalações elétricas de baixa tensão associadas ao sistema.	Segurança da instalação, proteção, dimensionamento e conformidade da infraestrutura elétrica de apoio.

Fonte: Autores (2026)

MODULO V – GESTÃO E MONITORAMENTO

A requalificação dos espaços públicos não se encerra com a implantação das intervenções. Sua permanência depende da capacidade institucional de operar, conservar, monitorar e aperfeiçoar continuamente os espaços qualificados, assegurando que os resultados alcançados se mantenham ao longo do tempo e permaneçam aderentes aos objetivos que orientam o Programa Esplanada Viva.

Este módulo reúne os princípios e instrumentos que sustentam essa continuidade. São tratados os processos de operação e manutenção dos espaços públicos, os mecanismos de monitoramento e avaliação de desempenho, a Vistoria Visual Trimestral, o papel dos indicadores e o Índice de Conservação dos Espaços Públicos, bem como a integração dessas ações às estratégias institucionais de gestão, sustentabilidade e aprimoramento contínuo. Dessa forma, se estrutura uma prática permanente de cuidado, leitura crítica e atualização das intervenções realizadas.

Como encerramento do Guia, este módulo reafirma que o valor público do Esplanada Viva reside não apenas em sua capacidade de qualificar espaços, mas em sua aptidão para sustentar essa requalificação como prática contínua de gestão. É nesse horizonte que a experiência acumulada se converte em aprendizagem institucional, e que o Programa se projeta como referência passível de consolidação, aprimoramento e replicação em novas intervenções e contextos compatíveis de aplicação.

CAPÍTULO 9 – OPERAÇÃO, AVALIAÇÃO E REPLICABILIDADE

9.1 Operação e manutenção dos espaços públicos

A operação e a manutenção dos espaços públicos requalificados pelo Programa Esplanada Viva devem ser compreendidas como continuidade direta do projeto implantado. A permanência da qualidade desses espaços não depende apenas da boa concepção ou da correta execução das intervenções, mas da capacidade de conservar, acompanhar e ajustar, ao longo do tempo, os elementos que sustentam seu uso cotidiano.

O modelo de governança deve reconhecer o caráter público desses espaços e, ao mesmo tempo, assegurar definição clara de responsabilidades quanto à conservação, à operação dos sistemas implantados e ao acompanhamento das condições de uso. Cabe ao responsável pela manutenção do espaço preservar os valores urbanos, paisagísticos, ambientais e institucionais que orientaram o projeto, evitando adaptações improvisadas, inserções desconectadas do conjunto ou soluções que comprometam acessibilidade, funcionalidade, legibilidade e coerência estética. Sempre que necessário, a operação deve articular-se com órgãos públicos competentes e concessionárias envolvidas, especialmente nos temas relacionados à iluminação pública, à infraestrutura elétrica, às áreas verdes, aos sistemas de irrigação e ao uso do espaço para atividades eventuais.

A manutenção deve ser estruturada com prioridade para ações preventivas, de modo a reduzir a incidência de falhas, prolongar a vida útil dos componentes implantados e evitar que pequenas anomalias evoluam para perdas funcionais ou intervenções mais onerosas. Isso envolve rotinas regulares de inspeção, conservação e reparo aplicáveis a pavimentos, percursos acessíveis, mobiliário urbano, estruturas de sombra, elementos de apoio, iluminação pública, pontos de energia e demais infraestruturas associadas ao uso do espaço. As intervenções corretivas, por sua vez, devem ser acionadas sempre que houver comprometimento da segurança, da acessibilidade, do conforto, da drenagem, da integridade física dos componentes ou da qualidade geral de uso do ambiente.

No caso das áreas verdes e dos sistemas ambientais implantados, a manutenção assume papel estratégico, pois interfere diretamente no conforto térmico, na qualidade paisagística e no desempenho ambiental do espaço público. O manejo da vegetação deve respeitar as diretrizes do projeto paisagístico e compreender, quando cabível, podas técnicas, recomposição de forrações, substituições pontuais de indivíduos comprometidos, controle de espécies invasoras, manejo preventivo de pragas e ajustes nos sistemas de irrigação conforme sazonalidade e desempenho observado. Em soluções baseadas na natureza, a perda de eficiência operacional afeta não apenas a aparência do espaço, mas também sua capacidade de responder

adequadamente às condições climáticas e de uso.

A conservação das infraestruturas deve assegurar integridade, estabilidade e desempenho contínuo dos elementos que organizam a experiência do usuário no espaço público. Pavimentos e percursos devem permanecer em condições adequadas de regularidade, drenagem e segurança, evitando colmatação, recalques, peças soltas, desníveis e empoçamentos. O mobiliário urbano, as estruturas de sombra e os equipamentos instalados devem ser periodicamente inspecionados quanto à estabilidade, ao acabamento e ao funcionamento. Da mesma forma, a iluminação pública e a infraestrutura elétrica associada devem ser acompanhadas em articulação com os agentes competentes, de modo a garantir funcionamento adequado e resposta tempestiva a falhas. É vedada a introdução de elementos, anexos ou adaptações que descaracterizem o projeto ou criem obstáculos em rotas acessíveis.

As ações de operação e manutenção devem ser orientadas por critérios de segurança, acessibilidade, conforto ambiental, funcionalidade e coerência estética, e devem responder diretamente às informações produzidas pelo sistema de monitoramento do programa. Os procedimentos de vistoria, os critérios de avaliação, a metodologia do ICEP e os formulários correspondentes são apresentados no Anexo B e referenciados no item 10.2.

9.2 Monitoramento, indicadores e ICEP

O monitoramento dos espaços públicos deve ser conduzido de forma regular, rastreável e orientada por evidências, com o objetivo de identificar anomalias precocemente, subsidiar a manutenção, reduzir a recorrência de falhas e assegurar a continuidade do desempenho urbano, ambiental e funcional das intervenções implantadas. Mais do que registrar problemas já instalados, o monitoramento deve permitir leitura sistemática das condições de conservação e uso, produzindo informação útil para priorização de ações, correção de inconformidades e aperfeiçoamento contínuo da gestão do espaço público.

Para esse fim, o Programa adota duas escalas complementares de acompanhamento: a Vistoria Visual Trimestral (VVT) e a consolidação semestral dos resultados por meio do Índice de Conservação do Espaço Público (ICEP). O ICEP é calculado semestralmente a partir da consolidação dos resultados das duas Vistorias Visuais Trimestrais realizadas no período. A VVT constitui o instrumento de observação direta e padronizada das condições do espaço, permitindo registrar ocorrências, desgastes, falhas e comprometimentos de uso. O ICEP, por sua vez, sintetiza os resultados produzidos ao longo do semestre, permitindo leitura comparável da condição geral do espaço público e apoiando decisões de manutenção, correção e aperfeiçoamento da gestão.

O ICEP foi concebido como indicador multicritério. Isso significa que sua composição se baseia na combinação estruturada de diferentes dimensões que, em conjunto, expressam a qualidade de conservação e o desempenho do espaço público. A análise multicritérios é importante porque evita leituras parciais ou simplificadas: um espaço pode apresentar boa aparência geral, por exemplo, mas ter problemas relevantes de acessibilidade, iluminação ou drenagem. Ao reunir diferentes dimensões em um mesmo sistema de avaliação, o índice permite leitura mais equilibrada, tecnicamente consistente e aderente à complexidade real do espaço avaliado.

No âmbito do Esplanada Viva, essa estrutura multicriterial foi organizada para refletir os componentes que sustentam a qualidade e o funcionamento dos espaços públicos requalificados. O índice considera cinco dimensões complementares, com pesos diferenciados, de modo a reconhecer que determinados grupos de elementos exercem maior impacto sobre a conservação, a segurança e a usabilidade do conjunto.

Tabela 09 – Dimensões de análise do ICEP

Dimensão	Conteúdo observado	Peso
D1 – Infraestrutura física	Pavimentos, drenagem, mobiliário urbano, estruturas de sombra e elementos de apoio	25%
D2 – Acessibilidade e segurança	Continuidade da rota acessível, condição do piso, sinalização tátil e riscos evidentes ao uso	20%
D3 – Paisagismo e infraestrutura verde	Vitalidade da vegetação, forração e cobertura do solo, presença de invasoras ou pragas e irrigação	20%
D4 – Iluminação e infraestrutura elétrica aparente	Funcionamento dos pontos de luz, integridade de postes e luminárias e condição da infraestrutura aparente	15%
D5 – Limpeza, integridade visual e uso	Limpeza geral, vandalismo, obstruções, conflitos de uso e condições sanitárias observáveis	20%

Fonte: Autores (2026)

Essa composição permite avaliar o espaço público não apenas quanto à integridade

material de seus componentes, mas também quanto à sua capacidade de permanecer acessível, seguro, funcional, confortável e coerente com os objetivos do Programa.

O funcionamento do ICEP parte, portanto, de uma lógica de avaliação estruturada por critérios distribuídos nessas cinco dimensões. Em cada VVT, os componentes observados são registrados de forma padronizada, com atribuição de pontuações conforme a condição verificada em campo. Posteriormente, os resultados das vistorias do semestre são consolidados para gerar o índice final, que expressa a condição média do espaço no período avaliado. Essa lógica permite que o Programa opere com base em registros comparáveis ao longo do tempo, reduzindo subjetividade e fortalecendo a consistência das decisões.

A principal utilidade do ICEP não está apenas em atribuir uma nota ao espaço, mas em permitir leitura integrada do seu desempenho e de suas fragilidades. Ao sintetizar o comportamento das diferentes dimensões avaliadas, o índice favorece a identificação de padrões de degradação, recorrência de falhas, setores mais sensíveis à perda de desempenho e temas que exigem correção mais estruturada. A consolidação semestral também permite verificar a evolução do espaço ao longo do tempo, aferir a efetividade das ações de manutenção realizadas e produzir base técnica mais consistente para decisões futuras.

Para facilitar a interpretação dos resultados, o ICEP deve ser apresentado por faixas de desempenho, que traduzem a condição geral do espaço em linguagem mais acessível, inclusive para comunicação institucional. As faixas adotadas são:

- Faixa A (Excelente): ICEP de 90 a 100
- Faixa B (Bom): ICEP de 75 a 89
- Faixa C (Regular): ICEP de 60 a 74
- Faixa D (Ruim): ICEP de 40 a 59
- Faixa E (Comprometido): ICEP de 0 a 39

Essas faixas não substituem a leitura técnica detalhada, mas facilitam a comunicação sobre a condição do espaço e sobre a necessidade de resposta da gestão.

Além da leitura global do índice, o sistema deve prever gatilhos de criticidade, destinados a impedir que médias consolidadas ocultem problemas graves de uso, acessibilidade ou segurança. Assim, sempre que a vistoria identificar situação crítica em critério relacionado à acessibilidade e à segurança, deverão ser adotadas providências imediatas ou mitigação emergencial, independentemente do resultado final do ICEP no semestre. Essa salvaguarda assegura que o monitoramento preserve sua função principal de apoiar respostas tempestivas diante de falhas que

comprometam o uso seguro e adequado do espaço público.

Desse modo, o monitoramento no âmbito do Programa Esplanada Viva deve ser compreendido como um sistema contínuo, que articula observação de campo, consolidação de resultados, interpretação do desempenho e resposta operacional. A figura a seguir sintetiza essa lógica de funcionamento.

No fluxo proposto, a Vistoria Visual Trimestral (VVT) constitui a etapa de observação periódica das condições do espaço; o ICEP consolida semestralmente os resultados das vistorias realizadas no período; as faixas de desempenho facilitam a interpretação da condição geral do espaço; e os gatilhos de criticidade asseguram resposta prioritária às situações mais sensíveis. Em conjunto, esses instrumentos orientam a manutenção preventiva e corretiva e contribuem para o aperfeiçoamento contínuo do Programa.

Os procedimentos de vistoria, os critérios de avaliação, a metodologia de cálculo do ICEP, os formulários correspondentes, os descritores de pontuação, os parâmetros de consolidação semestral, as regras de criticidade e os modelos de apresentação dos resultados constam do Anexo B, que integra o sistema de monitoramento do Esplanada Viva e deve ser utilizado como referência obrigatória para aplicação do método.

Figura 45 – Fluxograma do sistema de monitoramento



Fonte: Autores (2026).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Esplanada Viva consolida-se como iniciativa estratégica para a qualificação dos espaços públicos da Esplanada dos Ministérios, alinhando sustentabilidade, acessibilidade, eficiência e valorização do patrimônio público. Mais do que promover intervenções físicas, o Programa estabelece diretrizes para o planejamento, a gestão e o acompanhamento desses espaços, buscando assegurar sua qualidade, funcionalidade e permanência ao longo do tempo.

Ao articular leitura territorial, governança colaborativa, desenvolvimento técnico, implantação, operação, manutenção e avaliação, o Esplanada Viva estabelece um modelo de atuação capaz de produzir resultados mais consistentes e duradouros. Nesse processo, os registros técnicos, os instrumentos de monitoramento, os indicadores de desempenho e as evidências produzidas ao longo da implementação deixam de ser apenas mecanismos de controle e passam a constituir base de aprendizagem institucional, orientando ajustes, novas intervenções e aperfeiçoamentos futuros.

Os anexos do Guia complementam essa estrutura ao reunir instrumentos de apoio à aplicação das diretrizes, à padronização de procedimentos, ao registro de informações e ao acompanhamento dos resultados. Sua função é dar maior operacionalidade ao conteúdo apresentado, oferecendo suporte técnico para que os conceitos, métodos e orientações do Esplanada Viva possam ser aplicados, verificados e aprimorados de forma mais objetiva ao longo do tempo.

A relevância do Programa, portanto, transcende a dimensão física das intervenções. Ao qualificar espaços de convivência, acessibilidade, conforto ambiental, orientação e permanência, o Esplanada Viva contribui para a melhoria das condições de uso da Esplanada dos Ministérios, para o bem-estar de servidores, colaboradores e visitantes e para a construção de uma ambiência institucional mais humana, funcional e inclusiva. Reforça-se, assim, o entendimento de que a qualidade dos espaços públicos influencia a qualidade das relações institucionais e da própria experiência cotidiana de acesso e permanência no território.

Por fim, o Esplanada Viva demonstra que preservação do patrimônio, sustentabilidade, eficiência administrativa e valorização das pessoas não constituem objetivos dissociados, mas dimensões complementares de uma mesma prática pública. Ao promover a requalificação dos espaços que simbolizam o centro administrativo do país, o Programa reafirma o compromisso com uma gestão pública responsável, integrada e orientada ao interesse coletivo, consolidando uma visão de futuro em que infraestrutura, governança e qualidade de vida caminham de forma permanente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. Acervo fotográfico do Distrito Federal. Brasília, DF: Arquivo Público do Distrito Federal, [s. d.].

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIMENTO PORTLAND (ABCP). Melhores práticas: Pavimento intertravado permeável. 2. ed. São Paulo: ABCP, 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIMENTO PORTLAND (ABCP). Projeto técnico: Pavimento permeável. Soluções para cidades. São Paulo: ABCP, 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). ABNT NBR 5101: Iluminação viária. Rio de Janeiro: ABNT, 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). ABNT NBR 5410: Instalações elétricas de baixa tensão. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). ABNT NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). ABNT NBR 9781-1: Componentes de concreto para pavimentação intertravada – Parte 1: Requisitos. Rio de Janeiro: ABNT, 2026.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). ABNT NBR 10844: Instalações prediais de águas pluviais - Procedimento. Rio de Janeiro: ABNT, 1989.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). ABNT NBR 15115: Agregados reciclados de resíduos sólidos da construção civil — Execução de camadas de pavimentação — Procedimentos. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). ABNT NBR 15129: Luminárias para iluminação pública — Requisitos particulares. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). ABNT NBR 15953: Pavimento intertravado com peças de concreto — Execução. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). ABNT NBR 16416-1: Pavimento permeável - Parte 1: Execução de pavimento permeável intertravado. Rio de Janeiro: ABNT, 2026.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). ABNT NBR 16537: Acessibilidade — Sinalização tátil no piso — Diretrizes para elaboração de projetos e instalação. Rio de Janeiro: ABNT, 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). ABNT NBR 16636-4: Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos — Parte 4: Projeto de arquitetura paisagística. Rio de Janeiro: ABNT, 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). ABNT NBR ISO 9261: Equipamentos de irrigação agrícola — Emissores e tubos emissores. Rio de Janeiro: ABNT, 2006.

BARROS, C. P. G.; COSTA, S. B.; BARBOSA, R. V. R. Vegetação e microclima urbano: estudo de caso em ruas residenciais de bairros litorâneos em Maceió-Alagoas. Maceió, 2016.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro, 1937.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Brasília, cidade que inventei: relatório do Plano Piloto de Brasília. 4. ed. Brasília: IPHAN, 2018.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Manual orientativo: Conjunto dos Ministérios e Anexos. Brasília: IPHAN, 2023.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Portaria nº 420, de 22 de dezembro de 2010. Dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a autorização de intervenções em bens tombados e nas respectivas áreas de entorno. Brasília, DF: IPHAN, 2010.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Portaria nº 166, de 11 de maio de 2016. Estabelece a complementação e o detalhamento da Portaria nº 314/1992 para o Conjunto Urbanístico de Brasília. Brasília, DF: IPHAN, 2016.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Portaria nº 421, de 31 de outubro de 2018. Altera a Portaria IPHAN nº 166, de 11 de maio de 2016. Brasília, DF: IPHAN, 2018.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). Plano Diretor de Logística Sustentável: PLS 2024–2026. Brasília, DF: MGI, 2024.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). Secretaria de Serviços Compartilhados. Diretoria de Administração e Logística. Anexo E: Caderno de Diretrizes BIM. Brasília, DF: MGI, 2026.

CARLUCCI, M.; CARLUCCI DA SILVA, L. H.; CARLUCCI PALAZZO, F.; CAVALINI LANÇA, M. I.; CEREZINE NEVES, D. Ambientes de descompressão em espaços corporativos. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE QUALIDADE DO PROJETO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 6., 2019, Uberlândia. Anais [...]. Uberlândia: PPGAU/FAUeD/UFU, 2019. p. 872–881. DOI: https://doi.org/10.14393/sbqp19081.

CEARÁ. Governo do Estado do Ceará. Secretaria da Infraestrutura. Guia de acessibilidade: espaço público e edificações. Fortaleza: SEINFRA-CE, 2009.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA (CEB). NTD 3.38: luminárias para iluminação pública. 2. ed. Brasília, DF: CEB, 2013.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA – ILUMINAÇÃO PÚBLICA E SERVIÇOS (CEB IPES). NTIP 1.01: especificações e homologação de luminárias LED. 5. ed. Brasília, DF: CEB IPES, 2024.

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ (CREA-PR). Pavimento permeável. Curitiba: CREA-PR, 2024. Série Cadernos Técnicos – Agenda Parlamentar em Ação.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES (DNIT). DNIT 030/2004-ES: drenagem — dispositivos de drenagem pluvial urbana — especificação de serviço. Rio de Janeiro: DNIT, 2004.

DISTRITO FEDERAL. Lei Complementar nº 1.041, de 19 de junho de 2024. Institui o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB. Brasília, DF, 2024.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação. Guia de urbanização. 1. ed. Brasília, DF: SEDUH, 2017.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação. Subsecretaria do Conjunto Urbanístico de Brasília. Coordenação de Planos, Programas e Projetos. Diretrizes para o desenvolvimento de projeto para os entreblocos da Esplanada dos Ministérios: acessibilidade, calçadas, estacionamentos, praças. Brasília, DF: SEDUH, 2024.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano. Portaria nº 59, de 5 de setembro de 2013. Aprova os modelos de mobiliários urbanos dos tipos paraciclo, lixeira e gola de árvore a serem implantados nas zonas urbanas do Distrito Federal. Diário Oficial do Distrito Federal: Brasília, DF, 6 set. 2013.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). Construindo e analisando indicadores: guia prático. Rio de Janeiro: FGV, [s. d.].

LEDVANCE. Urban Lantern Symmetric: URB LTRN V 59W SYM PS 830-840 IP66 BK. [S. l.]: LEDVANCE, [s. d.].

MAROUELLI, W. A.; OLIVEIRA, A. S. de; COELHO, E. F.; NOGUEIRA, L. C.; SOUSA, V. F. de. Manejo da água de irrigação. In: SOUSA, V. F. de; MAROUELLI, W. A.; COELHO, E. F.; PINTO, J. M.; COELHO FILHO, M. A. (ed.). Irrigação e fertirrigação em fruteiras e hortaliças. 2. ed. Brasília, DF: Embrapa, 2014. cap. 5, p. 158–232.

NAZAROFF, Jordana Pietrowski Pimenta. Pavimento de concreto drenante: uma análise de execução. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.

NEOENERGIA BRASÍLIA. DIS-NOR-037: projeto de rede de distribuição de iluminação pública. Rev. 06. Brasília, DF: Neoenergia Brasília, 2023.

NEOENERGIA BRASÍLIA. NTD 3.09: especificação de materiais e equipamentos de iluminação pública. 2. ed. Brasília, DF: Neoenergia Brasília, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York: ONU, 2015.

SILVA, Ana Luiza Thomaz da; SILVA, Maria Elisa Siqueira. A influência da arborização no microclima urbano por meio do ENVI-met. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, 15., 2023. Anais do XV ENANPEGE. Campina Grande: Realize Editora, 2023.

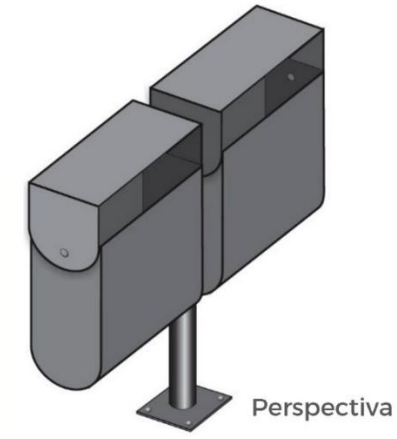
SILVA, Gabriel Moraes da; BEZERRA, Marinna Rafaella de Carvalho Sousa; RODRIGUES, Arthur Rocha; LIMA, Julia da Costa. Avaliação pós-ocupacional (APO) de espaços livres públicos: um estudo de caso da Praça Floriano Peixoto em Imperatriz/MA. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, São Paulo, v. 8, n. 10, p. 1593–1611, out. 2022. DOI: 10.51891/rease.v8i10.7260.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS). Guia de técnicas sustentáveis em drenagem urbana. Campo Grande: UFMS, 2017.

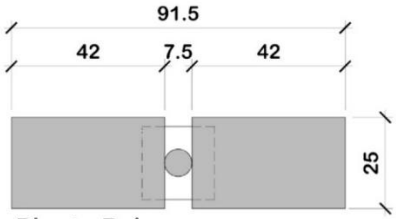
VIEIRA, Daniel Lavra. Arquitetura e urbanismo: reflexões sobre o espaço urbano e seus processos. 2015. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Estadual do Maranhão, Centro de Ciências Tecnológicas, São Luís, 2015.

ANEXO A – CATÁLOGO DE COMPONENTES DO ESPLANADA VIVA

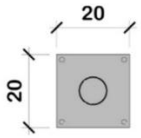
- **LIXEIRA**



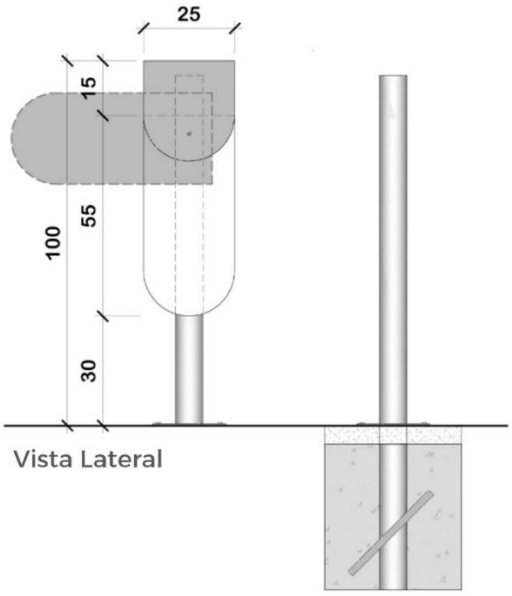
Perspectiva



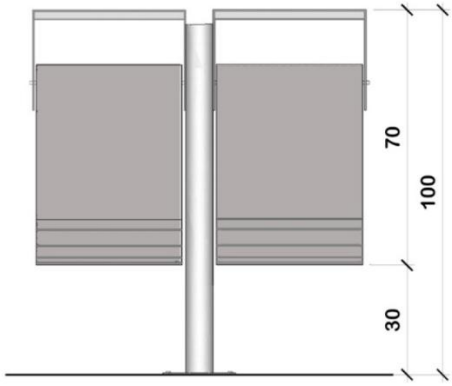
Planta Baixa



Base



Vista Lateral



Vista Frontal

Descrição:

Lixeira de recipiente duplo – Padrão SEGETH

Especificações:

- Estrutura tubular e coletores em chapa 1,95mm em aço galvanizado;
- Estrutura superior dos coletores em chapa 5mm;
- Pintura eletrostática pó de poliéster Cinza Médio – ref. Pantone 430:

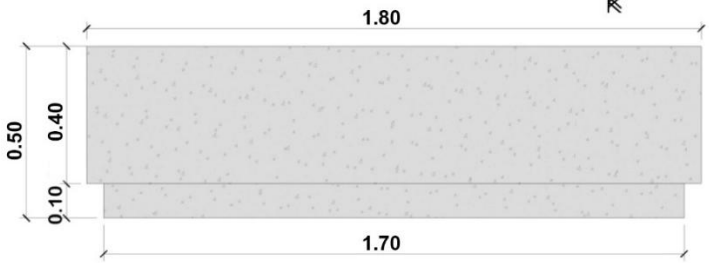
Desenho:

Recipientes de 55x40x25 cm.

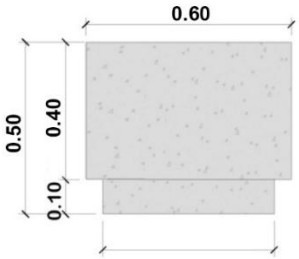
- **BANCO**



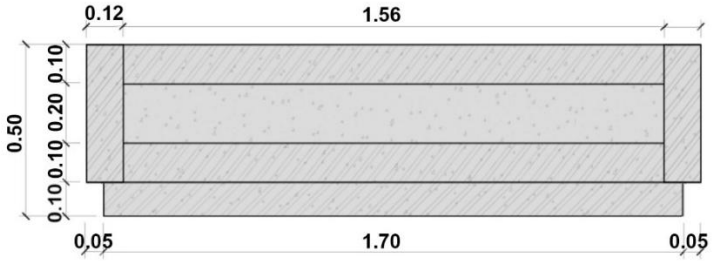
Planta baixa



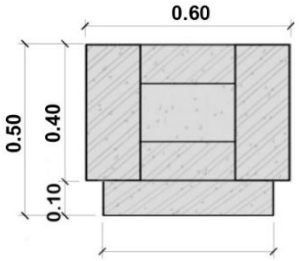
Vista lateral



Vista frontal



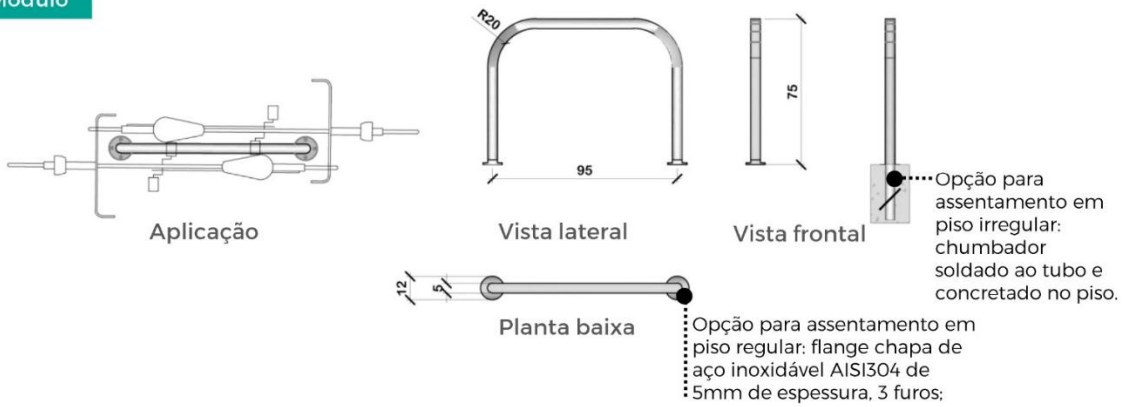
Corte longitudinal



Corte transversal

- **PARACICLO**

Módulo



Descrição:

Paraciclo conforme – Padrão SEGETH.

Benefícios:

- Delimita o espaço para estacionamento de bicicletas.
- Incentiva o uso da bicicleta.

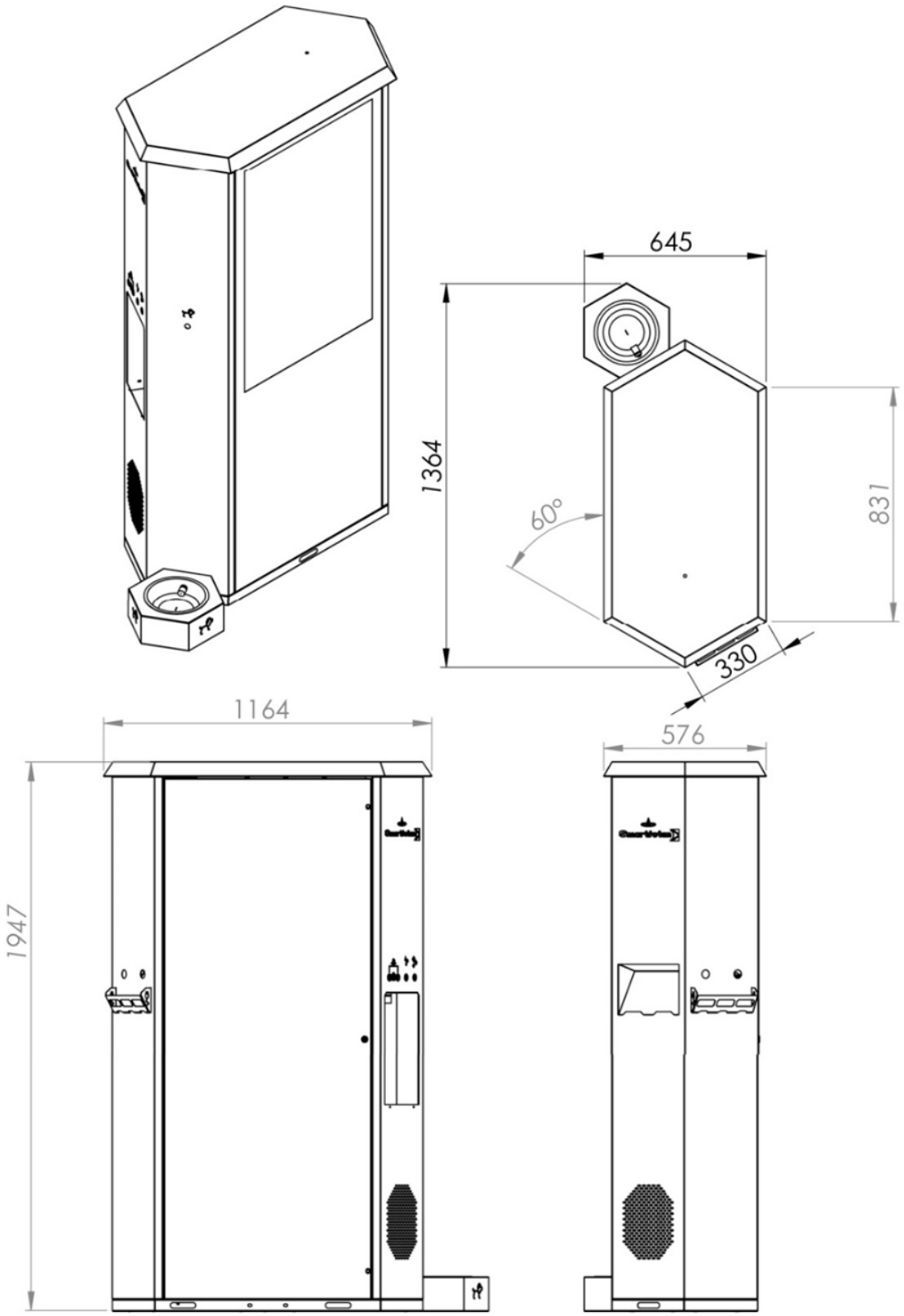
Desenho:

- Tubo de aço inoxidável escovado de 2" AISI304, espessura de 2mm.

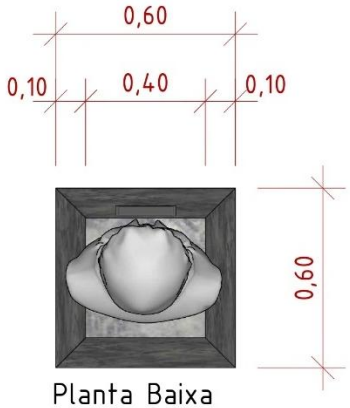
Recomendações:

- Dar preferência para locais próximos a áreas institucionais, comerciais e de ensino.
- Quando não houver espaço, analisar a possibilidade de supressão de vagas de carro para o posicionamento de paraciclos.
- Para assentamento em piso de concreto utilizar flange de chapa inoxidável e chumbador tipo parabolt 5/6" x 2 ¼".
- Para assentamento em piso frágil utilizar chumbador soldado ao tubo e concretado no piso (30 cm).

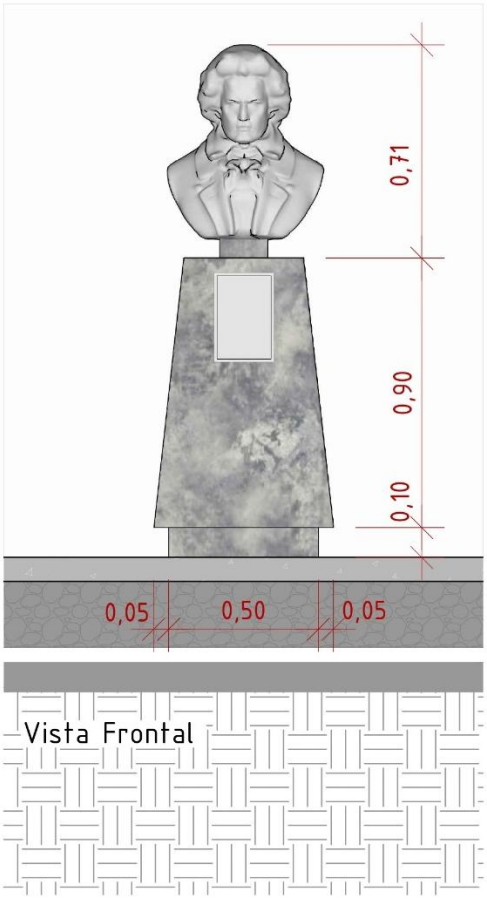
- **TOTEM MULTIFUNCIONAL**



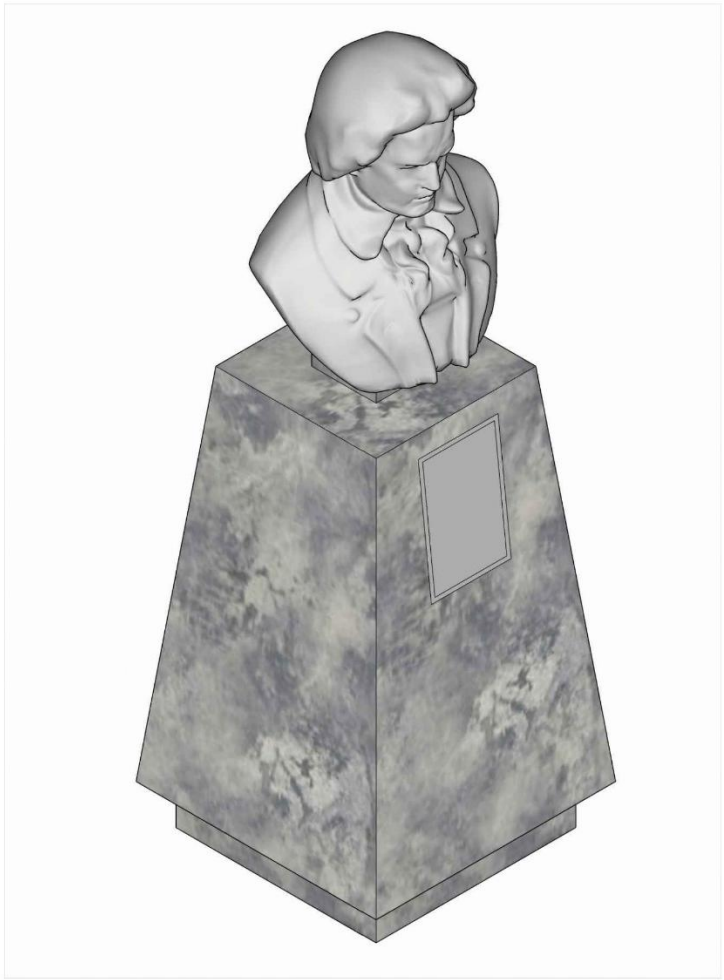
- **BUSTO INSTITUCIONAL**



Planta Baixa



Vista Frontal



Perspectiva

DESCRIÇÃO:

Busto Institucional e Pedestal

ESPECIFICAÇÕES:

-Busto Institucional em Bronze

-Pedestal em Bloco de Granito Nacional com acabamento levigado.

RECOMENDAÇÕES:

O busto institucional configura elemento identitário e referência espacial das praças, organizando o uso de forma compatível com a escala do espaço e a intensidade de uso, sem protagonismo formal excessivo.

O busto exerce função simbólica e cívica, associada à memória institucional e ao turismo cívico.

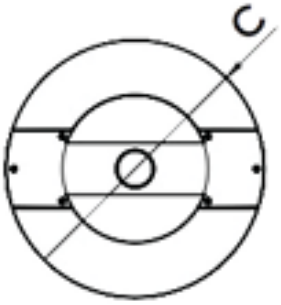
- **POSTE**

PESO E DIMENSÕES

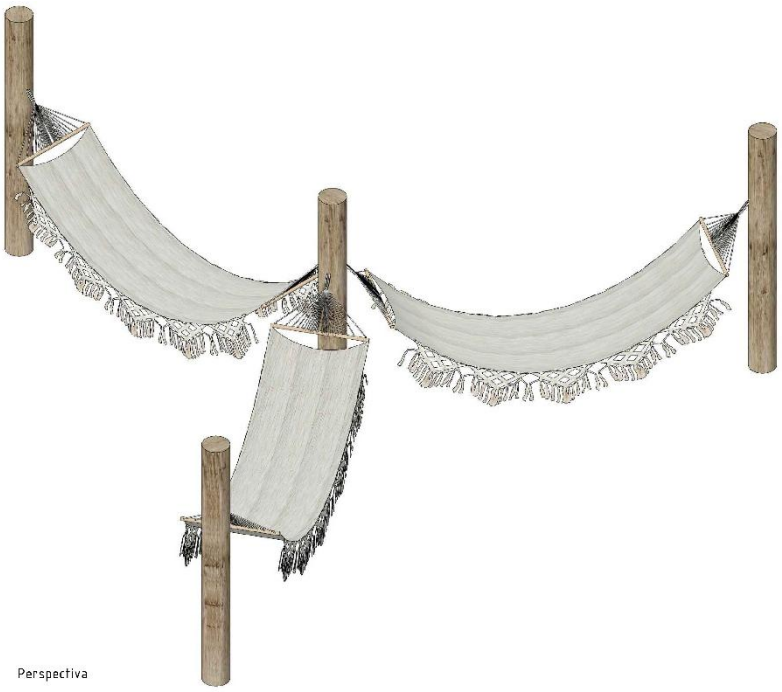
Modelo	A	B	C	Peso
SINGLE	até 5 m	165,5 mm	480 mm	4Kg

A - ALTURA
B - LARGURA
C - DIÂMETRO





- **REDÁRIO**



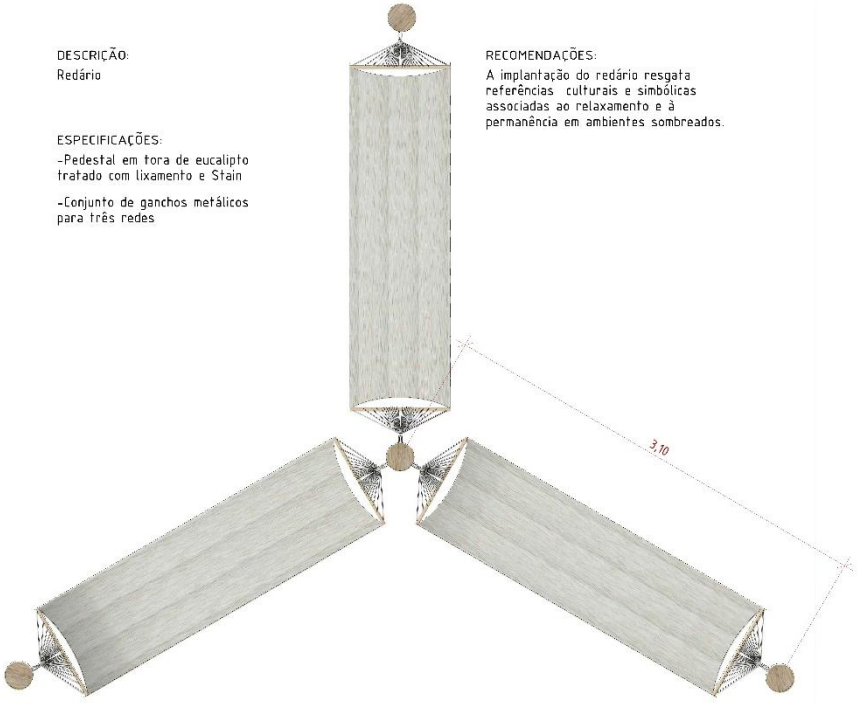
Perspectiva

DESCRIÇÃO:
Redário

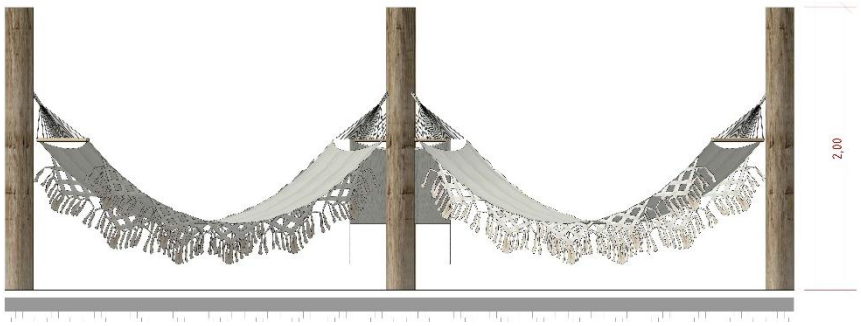
ESPECIFICAÇÕES:
-Pedestal em tora de eucalipto tratado com lixamento e Stain

-Conjunto de ganchos metálicos para três redes

RECOMENDAÇÕES:
A implantação do redário resgata referências culturais e simbólicas associadas ao relaxamento e à permanência em ambientes sombreados.



Planta Baixa



ANEXO B – INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO

ANEXO B - Referencial técnico-metodológico do ICEP

Este anexo reúne os fundamentos conceituais e metodológicos do Índice de Conservação do Espaço Público (ICEP), adotado no sistema de monitoramento do Programa Esplanada Viva. Seu objetivo é explicitar a lógica técnica do índice, a estrutura de consolidação das Vistorias Visuais Trimestrais (VVT), as dimensões avaliadas, os pesos oficiais, as fórmulas de cálculo, as faixas de desempenho e as regras de criticidade associadas ao método.

1) Estrutura de aplicação do sistema

O sistema de monitoramento do Programa Esplanada Viva organiza-se em duas etapas complementares, vinculadas a instrumentos obrigatórios e a uma lógica de acompanhamento contínuo do desempenho do espaço público.

Não deverá ser realizada vistoria adicional específica para cálculo do ICEP. O índice resulta exclusivamente da consolidação das duas Vistoriais Visuais Trimestrais efetivamente realizadas no semestre, de modo a privilegiar a consistência do desempenho ao longo do tempo e reduzir distorções decorrentes de avaliações pontuais.

2) Diretrizes de aplicação e rastreabilidade

2.1) Rito sintético da VVT

- **Preparação:** consulta à vistoria anterior, verificação de pendências, conferência do formulário e dos meios de registro.
- **Percurso:** realização da vistoria no percurso padrão, preferencialmente em período diurno e com visibilidade adequada.
- **Pontuação:** atribuição de nota por critério, com base na condição efetivamente observada em campo.
- **Ocorrências:** registro das anomalias, classificação de criticidade e indicação de encaminhamentos e prazos.
- **Validação:** assinatura da dupla de vistoria e armazenamento do registro no repositório institucional.

Diretriz	Aplicação mínima obrigatória
Equipe de vistoria	Cada VVT deve ser realizada presencialmente por dupla mínima de 2 servidores identificados no formulário.
Percurso padrão	O mesmo percurso deve ser mantido nas vistorias sucessivas, cobrindo entradas, rotas acessíveis, áreas de estada, áreas verdes, iluminação e elementos de apoio.
Registro de evidências	Toda anomalia relevante deve conter observação objetiva; recomenda-se evidência fotográfica sempre que houver dano, risco, obstrução, vandalismo ou nota ≤ 3.
Classificação de criticidade	Ocorrências devem ser classificadas conforme nível de atenção, prioridade ou criticidade, com indicação da equipe acionada e do prazo recomendado.
Integridade metodológica	É vedado o uso de instrumentos alternativos, adaptações não aprovadas formalmente ou reinterpretações que alterem os critérios, escalas e campos do método.
Rastreabilidade institucional	Os formulários, evidências e consolidações devem ser armazenados em repositório institucional versionado, apto a manter histórico, autoria e data dos registros.

Etapa	Periodicidade	Instrumento obrigatório	Finalidade
Vistoria Visual Trimestral (VVT)	A cada 3 meses	Anexo B.1	Registrar condições de conservação, ocorrências, evidências e acionamentos
Consolidação semestral do ICEP	A cada 6 meses	Anexo B.2	Consolidar os resultados das duas VVT do semestre e calcular o índice final

3) Conceito e finalidade do ICEP

O ICEP é um indicador sintético de desempenho destinado a expressar, em escala numérica única, a condição geral de conservação e uso do espaço público monitorado ao longo do semestre. Sua função não é substituir a leitura técnica de campo, mas organizar e consolidar as informações produzidas pelas VVT de forma comparável, rastreável e útil à tomada de decisão.

4) Lógica de análise multicriterial

O ICEP adota estrutura de análise multicriterial. Isso significa que o resultado final não decorre da observação de um único aspecto do espaço, mas da combinação de múltiplos critérios distribuídos em dimensões complementares. Essa lógica evita leituras parciais ou simplificadas, permitindo que o índice considere simultaneamente conservação física, acessibilidade, segurança, paisagismo, iluminação, limpeza e condições de uso.

A adoção da análise multicritérios é necessária porque um espaço pode apresentar boa aparência geral e, ao mesmo tempo, registrar falhas relevantes de acessibilidade, iluminação, drenagem ou segurança. O método busca, portanto, produzir leitura mais equilibrada e aderente à complexidade real do ambiente avaliado.

5) Dimensões do índice e pesos oficiais

Dimensão	Conteúdo avaliado	Peso
D1 – Infraestrutura física	Pavimentos e juntas, drenagem superficial aparente, mobiliário urbano, estruturas de sombra e elementos de apoio.	25%
D2 – Acessibilidade e segurança	Continuidade da rota acessível, condição do piso, sinalização tátil e riscos evidentes ao uso.	20%
D3 – Paisagismo e infraestrutura verde	Vitalidade da vegetação, forração/cobertura do solo, invasoras ou pragas e irrigação.	20%
D4 – Iluminação e infraestrutura elétrica aparente	Funcionamento dos pontos de luz, integridade de postes e luminárias e condição da infraestrutura aparente.	15%
D5 – Limpeza, integridade visual e uso	Limpeza geral, integridade visual, compatibilidade do uso e condições sanitárias observáveis.	20%

6) Estrutura de consolidação do índice

O cálculo do ICEP ocorre em quatro etapas sucessivas: consolidação da nota por critério, cálculo da nota por dimensão, conversão para escala 0–100 e soma ponderada final. O processo parte das duas VVT realizadas no semestre e resulta em um índice final único, acompanhado de faixa de desempenho e verificação de criticidade.

6.1) Consolidação por critério

Para cada critério avaliado, consolida-se a nota média das duas VVT do semestre.

$$NC_{ij} = \frac{V_{ij1} + V_{ij2}}{2}$$

NC_{ij} = nota consolidada do critério i, j;

V_{ij1} = nota do critério na primeira VVT

V_{ij2} = nota do critério na segunda VVT

6.2) Nota por dimensão

A nota de cada dimensão corresponde à média aritmética simples das notas consolidadas de seus critérios.

$$ND_i = \frac{\sum NC_{ij}}{n}$$

$\boldsymbol{ND_i}$ = nota da dimensão i;

$\sum \boldsymbol{NC_{ij}}$ = soma das notas consolidadas da dimensão

$\boldsymbol{V_{ij2}}$ = número de critérios da dimensão

6.3) Conversão para escala 0–100

Cada nota de dimensão, originalmente em escala 0–5, é convertida para escala 0–100 para permitir a leitura final padronizada do índice.

$$SD_i = \left(\frac{ND_i}{5}\right) \times 100$$

$\boldsymbol{SD_i}$ = resultado da dimensão na escala $0 - 100$

6.4) Cálculo final ponderado do ICEP

O valor final do ICEP corresponde à soma ponderada dos resultados das cinco dimensões, conforme seus pesos oficiais.

$$ICEP = \sum (SD_i \times Peso_i)$$

Dimensão	Peso oficial
D1 – Infraestrutura física	0,25
D2 – Acessibilidade e segurança	0,20
D3 – Paisagismo e infraestrutura verde	0,20
D4 – Iluminação e infraestrutura elétrica aparente	0,15
D5 – Limpeza, integridade visual e uso	0,20

7) Escala padronizada de pontuação (0–5)

Nota	Classificação	Parâmetro de interpretação
5	**Excelente**	Condição íntegra, desempenho pleno, sem anomalias relevantes.
4	**Bom**	Desgaste leve, sem prejuízo funcional relevante; manutenção programável.
3	**Regular**	Anomalias visíveis com impacto moderado; requer correção em curto prazo.
2	**Ruim**	Degradação significativa; compromete conforto, estética institucional ou parte do uso.
1	**Muito ruim**	Comprometimento severo; alto risco de agravamento; uso parcialmente comprometido.
0	**Crítico**	Risco à segurança, ruptura de acessibilidade ou falha sistêmica; ação imediata.

A pontuação deve sempre refletir a condição efetivamente observada em campo, e não a expectativa de correção futura. Toda nota atribuída deve estar acompanhada de observação objetiva e, quando cabível, de evidência fotográfica.

8) Faixas de desempenho do ICEP

Faixa	Classificação	Intervalo do ICEP	Leitura orientativa
A	**Excelente**	90–100	Espaço em elevado padrão de conservação e desempenho; manutenção rotineira suficiente.
B	**Bom**	75–89	Espaço em condição satisfatória, com ajustes pontuais e acompanhamento regular.
C	**Regular**	60–74	Espaço funcional, porém, com anomalias e desgastes que exigem correções programadas.
D	**Ruim**	40–59	Espaço com perda relevante de desempenho, demandando intervenção prioritária.
E	**Comprometido**	0–39	Espaço com condição crítica de conservação e uso, exigindo resposta imediata e revisão das rotinas de manutenção.

9) Gatilhos de criticidade

Para impedir que médias consolidadas ocultem riscos relevantes, o sistema prevê regra específica de criticidade vinculada à Dimensão D2 – Acessibilidade e Segurança. Será considerada situação crítica para fins operacionais toda ocorrência em que, em qualquer uma das VVT do semestre, haja atribuição de nota 0 ou 1 a qualquer critério de D2.

Item	Regra aplicável
Dimensão de controle	D2 – Acessibilidade e Segurança
Condição de disparo	Existência de nota 0 ou 1 em qualquer critério de D2, em qualquer VVT do semestre.
Efeito operacional	A situação deverá ser tratada como crítica, independentemente do valor final do ICEP.
Providência mínima	Ação imediata ou mitigação emergencial até correção definitiva.
Registro obrigatório	A ocorrência deve constar no formulário da VVT e na consolidação semestral do índice.
Impacto sobre o resultado	O gatilho não invalida o cálculo do ICEP, mas condiciona sua interpretação e divulgação.

10) Interpretação do resultado

Situação	Interpretação recomendada
ICEP elevado sem criticidade	Indica condição global satisfatória do espaço no semestre.
ICEP intermediário com recorrência de notas baixas	Indica perda gradual de desempenho e necessidade de reprogramação da manutenção.
ICEP satisfatório com gatilho crítico em D2	O resultado numérico não elimina a necessidade de tratamento imediato da ocorrência crítica.
ICEP baixo sem gatilho crítico	Indica comprometimento generalizado da conservação, ainda que sem ocorrência crítica de acessibilidade ou segurança.
ICEP baixo com gatilho crítico	Indica situação de forte comprometimento do espaço, com resposta prioritária e revisão das rotinas de operação.

ANEXO B.1 - Formulário Modelo: Vistoria Visual Trimestral (VVT)

Identificação geral

Campo	Preenchimento
Espaço Entreblocos	
Data	
Condições climáticas	Seco ( ) Chuva leve ( ) Chuva intensa ( ) Outro:
Trimestre (1-4)	

Identificação da dupla de vistoria (mínimo 2 servidores)

Nome completo	Matrícula/ID	Órgão/Unidade	Assinatura

Escala padronizada de pontuação (0-5)

- **5 - Excelente:** integro, desempenho pleno, sem anomalias relevantes.
- **4 - Bom:** desgaste leve, sem prejuízo funcional; manutenção programável.
- **3 - Regular:** anomalias visíveis com impacto moderado; correção em curto prazo.
- **2 - Ruim:** degradação significativa; compromete conforto, estética institucional ou parte do uso.
- **1 - Muito ruim:** comprometimento severo; alto risco de agravamento; uso parcialmente comprometido.
- **0 - Crítico:** risco, ruptura de acessibilidade ou falha sistêmica; ação imediata.

D1 - Infraestrutura física (25%)

Critério	Nota (0-5)	Observação objetiva	Foto (Hiperlink)
D1.1 Pavimentos e juntas			
D1.2 Drenagem superficial aparente			
D1.3 Mobiliário urbano			
D1.4 Estruturas de sombra (quando houver)			
D1.5 Elementos de apoio (totem/busto/pontos)			

D2 – Acessibilidade e Segurança (20%)

Critério	Nota (0-5)	Observação objetiva	Foto (Hiperlink)
D2.1 Continuidade da rota acessível			
D2.2 Condição do piso na rota acessível			
D2.3 Sinalização tátil			
D2.4 Riscos evidentes (buracos, fiação, arestas e/ou instabilidades)			

D3 - Paisagismo e infraestrutura verde (20%)

Critério	Nota (0-5)	Observação objetiva	Foto (Hiperlink)
D3.1 Vitalidade da vegetação			
D3.2 Forração e/ou cobertura do solo			
D3.3 Invasoras e/ou pragas			
D3.4 Irrigação (quando houver)			

D4 - Iluminação e infraestrutura elétrica aparente (15%)

Critério	Nota (0-5)	Observação objetiva	Foto (Hiperlink)
D4.1 Funcionamento dos pontos de luz			
D4.2 Integridade de postes e luminárias			
D4.3 Infraestrutura aparente (caixas/tampas/pontos)			

D5 - Limpeza, integridade visual e uso (20%)

Critério	Nota (0-5)	Observação objetiva	Foto (Hiperlink)
D5.1 Limpeza geral			
D5.2 Integridade visual (pichação e/ou vandalismo)			
D5.3 Uso compatível (obstruções e/ou conflitos)			
D5.4 Condições sanitárias e/ou pragas evidentes (quando observável)			

Registro de ocorrências e acionamentos

Preencher obrigatoriamente quando houver anormalidades.
Legenda de criticidade:

- **1 - Atenção** (até 30 dias);
- **2 - Prioritária** (até 15 dias);
- **3 - Crítico** (até 72h/mitigação imediata).

Descrição objetiva	Criticidade (1/2/3)	Equipe acionada	Prazo

Ações concluídas desde a última VVT (quando aplicável)

Ocorrência anterior	Ação executada	Foto (Hiperlink)

Declaração e validação

Declaramos que a vistoria foi realizada presencialmente, seguindo o percurso padrão e os critérios do Manual, com registro de evidências e encaminhamentos quando aplicável.

Nome	Função/Unidade	Assinatura

ANEXO B.2 - Formulário Modelo: Consolidação Semestral do ICEP

Este formulário consolida as duas VVT (Vistoria Visual Trimestral) do semestre e registra o cálculo do ICEP (0-100).

Identificação geral

Campo	Preenchimento
Nome Completo	
Órgão/Unidade	
Espaço Entreblocos	
Data	
Semestre (X/XX)	
Datas das VVT	VVT1: ____ /____ /____ VVT2: ____ /____ /____

1) Consolidação por critério (média das duas VVT's)

D1 - Infraestrutura física

Critério	VVT1	VVT2	NC (média)
D1.1 Pavimentos e juntas			
D1.2 Drenagem superficial aparente			
D1.3 Mobiliário urbano			
D1.4 Estruturas de sombra (quando houver)			
D1.5 Elementos de apoio (totem/busto/pontos)			

D2 - Acessibilidade e segurança

Critério	VVT1	VVT2	NC (média)
D2.1 Continuidade da rota acessível			
D2.2 Condição do piso na rota acessível			
D2.3 Sinalização tátil			
D2.4 Riscos evidentes (buracos, fiação, arestas e/ou instabilidades)			

D3 - Paisagismo e infraestrutura verde

Critério	VVT1	VVT2	NC (média)
D3.1 Vitalidade da vegetação			
D3.2 Forração e/ou cobertura do solo			
D3.3 Invasoras e/ou pragas			
D3.4 Irrigação (quando houver)			

D4 - Iluminação e infraestrutura elétrica

Critério	VVT1	VVT2	NC (média)
D4.1 Funcionamento dos pontos de luz			
D4.2 Integridade de postes e luminárias			
D4.3 Infraestrutura aparente (caixas/tampas/pontos)			

D5 - Limpeza, integridade visual e uso

Critério	VVT1	VVT2	NC (média)
D5.1 Limpeza geral			
D5.2 Integridade visual (pichação e/ou vandalismo)			
D5.3 Uso compatível (obstruções e/ou conflitos)			
D5.4 Condições sanitárias e/ou pragas evidentes (quando observável)			

2) Nota por dimensão (média dos critérios consolidados)

Dimensão	n (critérios)	ND_i (0-5)
ND1 - Infraestrutura física	5	
ND2 - Acessibilidade e segurança	4	
ND3 - Paisagismo e infra verde	4	
ND4 - Iluminação e infraelétrica	3	
ND5 - Limpeza, integridade e uso	4	

3) Conversão para escala 0-100

Dimensão	SD_i (0-100)
SD1 - Infraestrutura física	
SD2 - Acessibilidade e segurança	
SD3 - Paisagismo e infraestrutura verde	
SD4 - Iluminação e infraestrutura elétrica	
SD5 - Limpeza, integridade visual e uso	

4) Cálculo final do ICEP (soma ponderada)

Pesos Oficiais	Faixas de Desempenho
D1=0,25	Faixa A (Excelente): ICEP 90–100
D2=0,20	Faixa B (Bom): ICEP 75–89
D3=0,20	Faixa C (Regular): ICEP 60–74
D4=0,15	Faixa D (Ruim): ICEP 40–59
D5=0,20	Faixa E (Comprometido): ICEP 0–39

$$\boldsymbol{ICEP = (SD1 \times 0,25) + (SD2 \times 0,20) + (SD3 \times 0,20) + (SD4 \times 0,15) + (SD5 \times 0,20)}$$

Campo	Preenchimento
ICEP final (0-100)	
Faixa (Etiqueta ICEP)	
Data da consolidação	
Alerta crítico D2 (Sim/Não)	

5) Gatilhos de criticidade

Houve em alguma VVT nota 0 ou 1 em critério da Dimensão D2 (Acessibilidade e Segurança)?

( ) Sim ( ) Não

Se sim, descrever ocorrência crítica e providencias (mitigação/ação imediata):

Descrição

6) Síntese e plano de ação

Principais fatores que impactaram o ICEP:

Plano de ação recomendado (prioridades e prazos):

7) Validação

Nome	Função	Órgão/Unidade	Assinatura

ANEXO B.3 - Exemplo didático do cálculo do ICEP (estudo de caso)

Este estudo de caso demonstra, com valores numéricos, como calcular o ICEP semestral a partir de duas VVT.

Cenário hipotético: Praça Alfa (EV-01) - 1o semestre/XXXX - VVT1: 05/02; VVT2: 05/04;

Passo 1 - Notas por critério em cada VVT (0-5)

D1 - Infraestrutura física

Critério	VVT1	VVT2
D1.1 Pavimentos e juntas	4	4
D1.2 Drenagem superficial	4	3
D1.3 Mobiliário urbano	5	4
D1.4 Estruturas de sombra	4	4
D1.5 Elementos de apoio	5	5

D2 - Acessibilidade e segurança

Critério	VVT1	VVT2
D2.1 Continuidade rota acessível	4	4
D2.2 Piso na rota acessível	4	3
D2.3 Sinalização tátil/orientação	3	3
D2.4 Riscos evidentes	5	4

D3 - Paisagismo e infraestrutura verde

Critério	VVT1	VVT2
D3.1 Vitalidade da vegetação	4	3
D3.2 Forração/cobertura do solo	4	3
D3.3 Invasoras/pragas	4	3
D3.4 Irrigação	5	4

D4 - Iluminação e infraestrutura elétrica

Critério	VVT1	VVT2
D4.1 Funcionamento dos pontos	4	4
D4.2 Integridade postes/luminárias	5	4
D4.3 Infraestrutura aparente	5	5

D5 - Limpeza, integridade visual e uso

Critério	VVT1	VVT2
D5.1 Limpeza geral	4	4
D5.2 Integridade visual	4	3
D5.3 Uso compatível	5	4
D5.4 Condições sanitárias/pragas	5	4

Passo 2 - Consolidação por critério (NC = média das 2 VVT)

Critério	NC (média do semestre)
D1.1	3,67
D1.2	3,33
D1.3	4,33
D1.4	4,00
D1.5	4,67
D2.1	4,00
D2.2	3,33
D2.3	3,00
D2.4	4,33
D3.1	3,33
D3.2	3,00
D3.3	3,33
D3.4	4,33
D4.1	3,67
D4.2	4,33
D4.3	4,67
D5.1	4,00
D5.2	3,33
D5.3	4,33
D5.4	4,33

Passo 3 - Nota por dimensão (ND) e conversão para 0-100 (SD)

Regras: ND = (soma dos NC) / n; SD = (ND / 5) x 100

Dimensão	ND (0-5)	SD (0-100)
D1 Infraestrutura física	4,00	80,0
D2 Acessibilidade e segurança	3,67	73,4
D3 Paisagismo e infra verde	3,50	70,0
D4 Iluminação e infraelétrica	4,22	84,4
D5 Limpeza, integridade e uso	4,00	80,0

Passo 4 - Cálculo final do ICEP

Pesos: D1=0,25; D2=0,20; D3=0,20; D4=0,15; D5=0,20

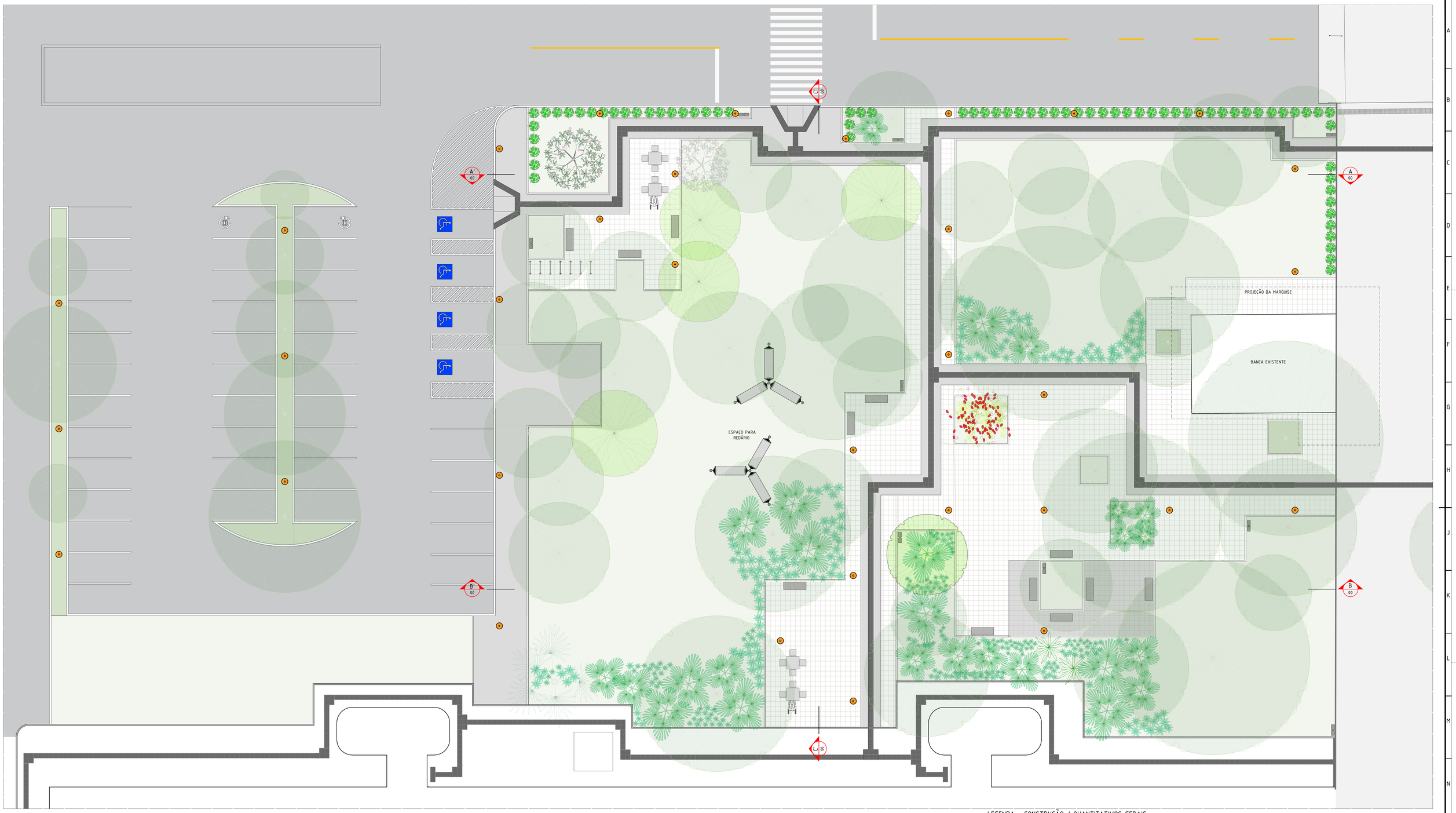
ICEP = (80,0x0,25) + (73,4x0,20) + (70,0x0,20) + (84,4x0,15) + (80,0x0,20) = 77,34

Resultado: ICEP = **77,3** / 100.

Faixa (Etiqueta ICEP): B (Bom).

Alerta crítico D2: Não (nenhum critério de D2 recebeu nota 0 ou 1 em qualquer VVT).

ANEXO C – PROJETO MODELO



PROJETO BÁSICO DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO - PAVIMENTAÇÃO - PRAÇA ENTREBLOCOS "B" E "C"
Escala 1:100

LEGENDA - CONSTRUÇÃO / QUANTITATIVOS GERAIS

SÍMBOLO	NOME	QUANTIDADE
	Pavimento em concreto semi-polido - Padrão Novacap	385,00 m²
	Pavimento em concreto drenante pré-moldadeo 40 x 40 cm	680,00 m²
	Pavimento com revestimento em Piso Fulget 40 x 40 x 3 cm - Padrão Novacap	55,20 m²
	Grama Esmeralda	2.170,00 m²
	Cordão de concreto - Padrão Novacap	455,00
	Meio fio - Padrão Novacap	216,00 m
	PISO PODOTÁTIL direcional na cor preta - Padrão Novacap	67,56 m²
	PISO PODOTÁTIL de alerta na cor preta - Padrão Novacap	19,63 m²
	Lixeira Dupla-padrão Portaria Sedhab Nº 59 De 06/09/2013	9 unidades
	Paraciclos - Padrão Portaria Sedhab Nº 59 De 06/09/2013	7 unidades
	Banco Em Concreto-projeto Padrão Novacap- 1,80 x 0,60 m Coord: Proj-seinst/defec/de - Projeto 01 006/2012	14 unidades
	Pintura de demarcação de vaga com tinta acrílica branca, e=10cm, aplicação manual AF_05/2021	402,37 m
	Pintura de símbolos com tinta acrílica azul de acordo com o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, Volume IV (CONTRAN) - Sinalização Horizontal	4,85 m²
PNE	Pintura de símbolos com tinta acrílica branca de acordo com o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, Volume IV (CONTRAN) - Sinalização Horizontal	0,7 m²
	Poste TownTune Central Post-Top Philips ou similar	24 unidades



LOCALIZAÇÃO DO BLOCO
SEM ESCALA

MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
SECRETARIA DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PROJETO:	REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA ENTRE OS BLOCOS "B" E "C"	DATA:	FEV/2026
PRANCHA:	PROJETO BÁSICO - LOCAÇÃO DE PONTOS DE LUMINOTÉCNICA	ESCALA:	1:100
DEMANDANTE:	MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS	REVISÃO:	R-02
ENDEREÇO:	BLOCO "B" E "C", ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BRASÍLIA - DF		
Nº PROCESSO:	12600.003901/2025-30		ÚNICA
RESP. TÉCNICO:	ARQ. EDGAR ROBERTO LUIZ PEREIRA / COLABORADOR(A): ANNY BEATRIZ PEREIRA MARQUES		

Folha A0 (84x1189) - 17-03-2026_Bloco_c_esplanada_ma_projeto_luminotecnica.dwg
C:\Users\edgar.pereira\Desktop\17-03-2026_bloco_c_esplanada_ma_projeto_luminotecnica.dwg